



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

O TRABALHISMO NO AMAZONAS: o periódico *Tribuna Popular* como instrumento de “orientação das hostes trabalhistas”

Amaury Oliveira Pio Junior

MANAUS-AM
2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

AMAURY OLIVEIRA PIO JUNIOR

O TRABALHISMO NO AMAZONAS: o periódico *Tribuna Popular* como instrumento de “orientação das hostes trabalhistas”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História, sob orientação do Prof. Dr. César Augusto Bubolz Queirós.

MANAUS-AM
2015

P662t Pío Junior, Amaury Oliveira
O TRABALHISMO NO AMAZONAS: o periódico Tribuna Popular
como instrumento de "orientação das hostes trabalhistas" / Amaury
Oliveira Pío Junior. 2015
131 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Prof. Dr. César Augusto Bubolz Queirós
Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do
Amazonas.

1. Amazonas. 2. Tribuna Popular. 3. Sindicalismo. 4. Trabalhismo.
I. Queirós, Prof. Dr. César Augusto Bubolz II. Universidade Federal
do Amazonas III. Título

AMAURY OLIVEIRA PIO JUNIOR

O TRABALHISMO NO AMAZONAS: o periódico *Tribuna Popular* como instrumento de “orientação das hostes trabalhistas”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História, sob orientação do Prof. Dr. César Augusto Bubolz Queirós.

Aprovado em ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. César Augusto Bubolz Queirós – Presidente
Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Prof. Dr. Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro – Membro
Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Profa. Dra. Edilza Fontes – Membro
Universidade Federal do Pará – UFPA

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Amaury e Leocádia, pelo apoio desde meus primeiros passos na graduação;

À minha esposa, Efigênia Litaiiff, que soube compreender meus momentos de reclusão junto aos livros e me apoiou incondicionalmente em todas as horas;

Ao meu filho Luca, por assumir tarefas do cotidiano, das quais tive de me manter afastado;

A Deus, pela força quando a angústia tentava se instalar.

AGRADECIMENTOS

O início desta jornada pode ser apontado bem antes do processo de seleção da turma 2013/15. A definição pela temática do Trabalho começou ainda enquanto aluno especial do Programa de Mestrado em História da UFAM, onde, pela gentileza que lhe é peculiar, fui acolhido pelo professor Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro. Naquelas primeiras aulas, começamos a desenhar as primeiras propostas desta pesquisa. Posteriormente, enquanto orientador durante a primeira fase do curso, devo à sua generosidade a apresentação das potencialidades que o jornal Tribuna Popular representaria em meu trabalho.

Continuando nesse caminho, tive sob o professor César Augusto Bubolz Queirós, além de um orientador, um amigo disposto a ouvir minhas dúvidas e anseios, encorajando e sendo crítico nos momentos certos. Sua contribuição para este trabalho possui um valor inestimável. Tudo sempre regado a um mate, como se espera de um bom gaudério.

Agradeço também aos diretores do Centro de Mídias de Educação do Estado do Amazonas – CEMEAM/SEDUC, professores José Augusto Melo Neto e Socorro Barros, minhas chefias diretas, pelo apoio para que eu pudesse assistir às aulas, produzir textos e participar de eventos que foram fundamentais para que o bom andamento desta pesquisa não fosse prejudicado.

À Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM, pela concessão da bolsa de estudo. Recurso fundamental para a compra de materiais necessários empregados na pesquisa, assim como no comparecimento de diversos eventos.

Por meio do professor James Roberto Silva, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História da UFAM, agradecer a acolhida e apoio oferecido por toda estrutura da Instituição.

Ao Laboratório de História da Imprensa no Amazonas (LHIA), pelo ambiente acolhedor e de acesso às teses, dissertações, livros e periódicos.

Aos professores Almir Diniz, Maria Luiza Ugarte Pinheiro e Adriana Angelita pelas questões discutidas em sala de aula, que muito contribuíram para a reflexão do trabalho.

Às professoras Eloína Monteiro dos Santos, Ana Lúcia Vieira e meu orientador, César Augusto Bubolz Queirós, membros da banca de Qualificação que, através de preciosas sugestões, colaboraram também para que chegássemos até aqui.

Através das equipes de atendimento, do Arquivo Público, do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, da Biblioteca Estadual, do Centro Cultural Povos da Amazônia e

da Imprensa Oficial, meus ternos agradecimentos, de companheirismo e apoio na busca das fontes.

A tantos amigos desta jornada com os quais aprendemos a compartilhar conhecimento, mas também anseios e desafios, deixo, aqui, minha lembrança. Em especial, a Cláudio Marins de Melo, parceiro nas aulas do Centro de Mídias e, por fim, Eduardo Gomes da Silva Filho, que através de seu exemplo de vida e superação, encorajou a todos aqueles que dele estiveram mais próximos.

Se a palavra de agradecimento é a memória do coração, portanto, sintam-se todos nele.

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo analisar o processo de surgimento e gestação do Movimento Trabalhista no Estado do Amazonas, por volta da primeira metade da década de 1930. Esse período seria caracterizado pelos desdobramentos, em todo país, da ascensão de Getúlio Vargas como presidente do então Governo Provisório. O Amazonas, sob tal contexto, assistiria ao reordenamento de suas forças políticas. O enfraquecimento do sistema oligárquico oportunizaria a projeção de novas lideranças políticas regionais que, naquele momento, colocavam-se à disposição dos projetos pretendidos por Vargas. Ao mesmo tempo, vivenciaríamos ali importantes transformações nas relações entre governos e sindicatos, indicadas pela criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em fins de 1930. A partir de então, o movimento sindical passa a ser melhor observado por algumas lideranças políticas que, no caso do Amazonas, alinham-se com esse segmento, chegando, em alguns casos, a atuarem como agentes da política varguista junto às organizações de trabalhadores. Nesse contexto, algumas lideranças como Álvaro Botelho Maia e Luís Tirelli passam a destacar-se no quadro político local. À frente do Partido Socialista Amazonense (PSA) e do Partido Trabalhista Amazonense (PTA), respectivamente, suas atuações foram fundamentais em agregarem em torno de si as principais forças políticas daquele período no Estado. Seus desempenhos nos processos eleitorais de 1933, 1934 e 1935 destacaram-nos enquanto agentes político-partidários, num primeiro momento em posições antagônicas para, logo em seguida, sob uma única legenda – o Partido Popular Amazonense (PPA) - seguirem como aliados em torno das propostas de Getúlio Vargas. Em meio a esse cenário, a fundação do periódico *Tribuna Popular*, primeiro como órgão de divulgação do PTA e, posteriormente, vinculado ao PPA, revela-se como uma fonte primorosa sob o período e as lideranças partidárias acima mencionadas. Sua periodicidade entre os anos de 1933 e 1936, além de permitir traçar a constituição do perfil político do Amazonas, desperta-nos para sua outra função, que era oferecer-se enquanto espaço para que as propostas Trabalhistas pudessem, ao longo desses anos, esboçarem suas propostas, anseios e discussões sobre parte do mundo operário e sindical da época.

Palavras-Chave: Amazonas, Tribuna Popular, Sindicalismo, Trabalhismo.

ABSTRACT

This thesis aims to analyze the process of Workforce Movement's emergence and elaboration in Amazonas in early 1930s. This period was characterized by the rise of Getulio Vargas as president of the provisional Government. Amazonas, in this context, lived the reordering of its political forces. The fading of the oligarchic system, gave opportunity to the projection of a new regional political leadership of Vargas' projects. At the same time, we were living important changes in the relationship between governments and unions, indicated by the foundation of the Ministry of Labor, Industry and Commerce in late 1930. Since then, the union movement becomes better observed by some political leaders who, in Amazonas, came to align themselves with this segment, and in some cases, acted as agents of Vargas policy with workers' organizations. In this context, some leaders such as Álvaro Botelho Maia and Luís Tirelli begin to stand out in the local political context. The Partido Socialista Amazonense (PSA) and the Partido Trabalhista Amazonense (PTA) respectively, their performances were extremely important in aggregating the main political forces of that period in Amazonas. Their performances in the elections of 1933, 1934 and 1935 highlighted as political party agents, at first in antagonistic positions, and then, under one party - Partido Popular Amazonense - (PPA) - became allies of the Getulio Vargas' proposals. In this scenario, Tribuna Popular newspaper's foundation, first as the PTA disclosure institution and subsequently linked to the PPA, is revealed as an important information source in that period, and the aforementioned party leaders. Its periodicity between 1933 and 1936, not only allows to build the constitution of the political Amazonas profile, but also alert us to their other function, which was to offer itself as a place for the labor proposals draft their proposals, concerns and discussions about some of the people involved in the workforce and trade union world at that time.

Keywords: Amazonas, Tribuna Popular, Trade Unionism, Labourism.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Interventores no Período de 1931 a 1935.....	39
Quadro 2 – Interventores no Amazonas: 1930 a 1935.....	39

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

LEC – Liga Eleitoral Católica

MTIC – Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio

PLA – Partido Liberal do Amazonas

PPA – Partido Popular Amazonense

PRRA – Partido Radical Republicano do Amazonas

PRL – Partido Republicano Liberal

PRA – Partido Republicano do Amazonas

PRR – Partido Republicano Rio-Grandense

PSA – Partido Socialista Amazonense

PTA – Partido Trabalhista Amazonense

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 AS ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS DO AMAZONAS DURANTE O GOVERNO PROVISÓRIO DE GETÚLIO VARGAS (1930-1933)	21
1.1 O Amazonas e a conjuntura revolucionária de 1930	21
1.2 As possibilidades de um trabalhismo em construção nas ações políticas de Álvaro Maia e Luiz Tirelli	29
1.3 Os partidos políticos do Amazonas perante os desdobramentos do Governo Provisório	42
1.4 As eleições de 1933 e o processo de reorganização político-partidária no Amazonas	46
1.4.1 O Partido Socialista Amazonense e as eleições de 33	50
1.4.2 O Partido Trabalhista Amazonense e a busca por uma identidade	53
2 AS ELEIÇÕES DE 1934 E O REORDENAMENTO DA POLÍTICA PARTIDÁRIA AMAZONENSE	60
2.1 A promulgação da Constituição Federal de 1934 e seus desdobramentos	60
2.2 Constituição, novos aliados: os acordos decorrentes das eleições de 1934 e da Assembleia Constituinte do Amazonas	68
2.3 O Partido Popular Amazonense e o desafio das eleições de 1935	79
2.4 O Partido Popular Amazonense: entre as crises nacionais e a consolidação regional	85
3 O JORNAL <i>TRIBUNA POPULAR</i> E A CONSTRUÇÃO DE UM IDEÁRIO TRABALHISTA NO ESTADO DO AMAZONAS	89
3.1 Aspectos gerais acerca do <i>Tribuna Popular</i>	89
3.2 O <i>Tribuna Popular</i> e a identificação com as propostas varguistas	95
3.3 Conceitos Trabalhistas representados pelo Jornal <i>Tribuna Popular</i>	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
REFERÊNCIAS	117
ANEXOS	126

INTRODUÇÃO

No dia 01 de novembro de 1930, um movimento armado que havia percorrido parte do país liderado por militares acabara de afastar o presidente Washington Luís e o candidato eleito para sua sucessão, Júlio Prestes.

Getúlio Dornelles Vargas, o segundo colocado nas eleições de março daquele mesmo ano, seria empossado chefe de Estado, sob um regime de caráter provisório. Seu governo esteve cercado por nomes que, durante a campanha, haviam composto a Aliança Liberal, buscando nomes entre civis e militares para assegurar sua governabilidade. Esse momento de crise política tinha como agravante os efeitos econômicos da crise iniciada um ano antes, na Bolsa de Valores de Nova Iorque, o que acabara desencadeando para o Brasil efeitos nefastos diante de uma limitada pauta de exportações, tendo o café como um dos produtos mais afetados pela crise.

Diante do exposto, Getúlio Vargas passou a atrair para si o apoio de camadas sociais que, anteriormente, foram duramente perseguidas, dentre as quais, destacamos os trabalhadores operários e as suas organizações sindicais. Os sinais da mudança de postura diante da questão social podem ser observados com a criação do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio – MTIC. O surgimento dessa Instituição iniciara um longo processo na História do Brasil, principalmente relacionado aos direitos dos trabalhadores e das suas divergências com o patronato.

A elaboração de leis favoráveis às melhorias dessas relações não era inédita no país e nem uma questão levantada por Vargas. Parte dela, segundo Batalha:

[...] advinha da participação do Brasil na Organização Internacional do Trabalho (OIT), estabelecida em 1919, e posteriormente do desejo que o país aspirava de ter uma cadeira permanente na Sociedade das Nações em 1925, do que dependia a boa imagem do país (2000, p. 60).

Anteriormente, os trabalhadores já haviam assistido a alguns ensaios quanto a isso, como no caso das Leis que criaram o Conselho Nacional do Trabalho e, posteriormente, até mesmo os 15 dias de férias (1925), logo se tornaram inócuos ou simples letra morta, pela falta de regulamentação.

O que verificaríamos, a partir da criação do MTIC, seria a possibilidade da execução de políticas públicas que, sustentadas pela criação de um aparato jurídico – como as Inspetorias Regionais do Trabalho em 1932 – agilizaram a aplicação das decisões com efeitos

práticos no cotidiano laboral do brasileiro, entre as quais estavam: o estabelecimento da jornada de 8 horas diárias de trabalho nas indústrias, a igualdade salarial de gênero e a proibição do trabalho em lugares insalubres, por exemplo.

O surgimento da Carteira Nacional de Trabalho, por meio dos Decretos nº 21.175 e 22.035, daria um importante impulso à formalização da vida laboral daqueles trabalhadores, mas, ambigualmente, superando essas pretensões, promovia a instrumentalização do controle Federal sobre as relações trabalhistas. Embora a sindicalização não fosse obrigatória, o gozo dos benefícios da legislação social estava vinculado ao reconhecimento oficial dos sindicatos pelo Ministério do Trabalho. Esboçavam-se, ali, alguns dos mais relevantes elementos do que mais tarde a historiografia brasileira definiria como Trabalhismo.

Dessa forma, objetivamos que a compreensão de tal contexto sob o cenário amazonense da época deve, primeiramente, caminhar na identificação das forças políticas locais frente à nova ordem pós-30, sob Getúlio Vargas e o Governo Provisório, destacando a sua política de Interventores Federais sobre os Estados.

Incluem-se, nas propostas desta pesquisa, os resultados obtidos nas estratégias de articulação entre estas forças e o apoio dos sindicatos, tornando, assim, possível a apresentação e aproximação das políticas de Vargas voltadas aos trabalhadores amazonenses.

Sobre isso, propomos um olhar mais atento sobre o jornal *Tribuna Popular*, como importante instrumento político – em prol da defesa dos interesses varguistas na região – e de orientação, visando ao fomento das propostas Trabalhistas junto ao meio sindical e operário da época.

Considerando esse cenário, por fim, verificaremos sob quais circunstâncias fora gerado, discutido e propagado, entre 1933 e 1936, um ideário então denominado enquanto Trabalhista.

Diversos pesquisadores apontam para o Trabalhismo como elemento cujo arcabouço ideológico estaria consubstanciado somente a partir dos anos de 1940 (PARANHOS, 2007, p. 28). Porém, cabe aqui lembrar que algumas políticas voltadas aos sindicatos e trabalhadores urbanos já podiam ser encontradas no início da década de 30, sob a nova Legislação Trabalhista, inferindo a seus pesquisadores questionamentos sobre quais condições estas foram recebidas e ressignificadas por estes agentes e suas lideranças políticas regionais.

Indagações como essas ganharam maior relevância quando percorremos a conjuntura política amazonense da época, o que nos leva a notar que emergiram diversas lideranças de destaque, inserindo-se no lastro do movimento revolucionário de 1930 na região.

Entre eles, destacamos a trajetória de Álvaro Botelho Maia e Luís Tirelli, personagens fundamentais em um delicado período em que Getúlio Vargas adotara a convocação de eleições para a formação de uma Assembleia Constituinte, em 1933, e, ao cabo desta, a preparação de um novo pleito, já com vistas à preparação de Constituições Estaduais.

Todo esse quadro representou um grande desafio e, ao mesmo tempo, denotou um momento de reorganização das agremiações partidárias. Paralelo a isso, surgiu como órgão de divulgação do partido trabalhista amazonense o periódico *Tribuna Popular*.

Tal jornal, editado entre 1933 e 1936, superou as temáticas partidárias daqueles dias e passou a oferecer, em suas páginas, um retrato de como boa parte do movimento sindical amazonense articulava-se politicamente com lideranças locais que, por sua vez, buscavam conduzir o processo de divulgação e habilitação dos trabalhadores em torno das propostas varguistas.

Nosso interesse por esse periódico começa a ser instigado pelos conteúdos presentes em suas páginas, colunas e artigos, que tratavam, dentre outras coisas, de denúncias, demandas, tradições de classe, dilemas vividos e projetos políticos defendidos.

Durante sua atuação, o jornal *Tribuna Popular* avança como um espaço onde diversos líderes políticos e sindicais – então autointitulados “Trabalhistas” – promoviam princípios e discussões pautadas quanto à necessidade de um maior engajamento da classe trabalhadora em torno do processo de sindicalização. Por outro lado, o periódico também buscava demonstrar a simetria que os sindicatos passavam a ter com as lideranças políticas que atrelavam suas propostas eleitorais aos interesses das classes trabalhadoras.

Com a fusão do Partido Trabalhista Amazonense com dissidentes do Partido Socialista Amazonense – liderados por Álvaro Maia – e a formação do Partido Popular Amazonense, o *Tribuna Popular* preservou seu nome e manteve seu corpo editorial, o que permite inferir certo grau de consolidação entre os que se identificavam com os pressupostos do Trabalhismo ali propagados.

Delimitamos distribuir as observações sobre o painel até aqui mencionado, em três capítulos. Nestes, procuramos estabelecer os distintos momentos em que diversos agentes se desdobraram em articulações e na tradução de suas concepções sobre o Trabalhismo.

Ao iniciar o primeiro capítulo, buscamos contextualizar o impacto do movimento revolucionário de 1930 sobre a ordem política amazonense daquele período. Ali também registramos as trajetórias de Álvaro Maia e Luís Tirelli, buscando analisar o apoio de setores políticos e sindicais ao Governo Provisório. Também percebemos que ambos forjaram parte das suas biografias a partir de flertes com os movimentos tenentistas de 1924 em Manaus,

com a participação da figura de Álvaro Maia ou na liderança de movimentos sindicais com a presença de Luís Tirelli, além de outros trabalhadores marítimos.

Mesmo sofrendo interferências das constantes alterações na conjuntura nacional, estas lideranças alçaram postos de destaque no cenário regional, o que os levaria a exercer importante papel no processo de implantação da política varguista na região e, em especial, quanto à execução de sua política voltada à classe trabalhadora.

No segundo capítulo, voltamos nossas atenções para a formação das Assembleias Constituintes Federal de 1934 e Estadual de 1935, registrando como as forças políticas amazonenses, especialmente ligadas a Maia e Tirelli, tiveram oportunizadas as chances de construir, por fim, uma aliança, que permitiu agregar ao discurso em torno do Trabalhismo maior condensação e continuidade. Como resultado direto deste agrupamento, o Partido Popular Amazonense manteve Álvaro Maia como governador eleito, com maioria junto à Assembleia Legislativa, fato que lhe proporcionou administrar o Estado com mais tranquilidade. Da mesma forma, Luís Tirelli retornou eleito para a Câmara Federal dos Deputados onde, juntamente com Alexandre Carvalho Leal, fez contraponto e forte oposição aos senadores Leopoldo Tavares Cunha Mello e Alfredo da Matta que travavam, desde a capital Federal, uma batalha contra Álvaro Maia.

Por fim, esse capítulo ainda busca analisar um determinado contexto favorável a Álvaro Maia, que revelaria sua importância diante da crise desencadeada pela Intentona Comunista de 1935, ao permitir a composição de uma robusta defesa de seu mandato, além de desencadear, entre os segmentos Trabalhistas, a defesa da autoridade de Getúlio Vargas.

Finalmente, no terceiro capítulo, adensamos nossas observações sobre o jornal *Tribuna Popular* enquanto importante meio de comunicação e ambiente de debate acerca do Trabalhismo. O exercício dessa etapa da pesquisa permitiu-nos revelar sob quais condições este periódico surgiu e ecoou, não somente nas aspirações político partidárias da época, mas, principalmente, na maneira mais contundente acerca do debate dos novos papéis que eram esperados pela conjuntura do pós-1930, principalmente por parte das lideranças sindicais e trabalhadores.

Ali perpassamos por questões que envolveram desde aspectos burocráticos e técnicos a desafios de fundar e manter um periódico nos anos 1930, passando pela identificação das estratégias da sua equipe em mantê-lo como difusor das propostas Trabalhistas. Também através de artigos, convocações, informes e colunas quinzenais, o jornal *Tribuna Popular* propiciou-nos compreender como as lideranças políticas e sindicais intencionavam difundir seu ideário. Por sua *práxis*, os Trabalhistas acabaram renovando, entre a classe laboral

amazonense, um espírito de luta e empenho pelas melhorias das condições de trabalho e dos seus direitos.

Cabe ressaltar que Luís Balkar Pinheiro, em “Mundos do Trabalho em Manaus, 1920-1945 – observa as mudanças sofridas no meio sindical após a ascensão de Getúlio Vargas, apontando que:

[...] as mudanças políticas da chamada “Revolução de 1930” e suas implicações sociais, notadamente o lento desenvolvimento do trabalhismo, marcavam o início de um outro momento e impactaram os trabalhadores urbanos, as organizações sindicais e a luta operária, mudando sensivelmente suas características (PINHEIRO, 2007, p. 6).

Em “*A Invenção do Trabalhismo*”, Ângela de Castro Gomes analisa o trabalhismo como um conjunto de ideias, crenças, valores, símbolos e o *modus operandi* de fazer política, que influenciou fortemente a cultura política partidária e sindical brasileira em meados da Era Vargas. Acrescenta a autora que, a partir da criação do Ministério do Trabalho, em 1930:

[...] assistiríamos uma alteração na relação entre Estado e trabalhadores, que ao longo da invenção do trabalhismo se consolidaria no surgimento da construção de um “pacto” que não anulava a experiência dos beneficiários do direito social e que tornava muito mais complexa a “troca de benefícios” por “obediência política (GOMES, 2005, p. 166).

Para a autora, o Trabalhismo somente se condensará sob um ordenamento ideológico a partir da década de 1940, o que nos impõe certos cuidados ao trabalhar com o recorte temporal proposto em nossa pesquisa – 1933 a 1936. Contudo, certos elementos de nossa pesquisa exibem evidências de que, no Amazonas dos anos 30, é possível identificar pretensões germinais referentes à gestação de um ideário trabalhista. Ainda em “*A Invenção do Trabalhismo*”, Ângela Gomes (2005, p. 187) convida-nos a esta reflexão, ao lembrar que, “em 1933 com a instituição das carteiras de trabalho, criava-se um instrumento capaz de exercer um controle bem eficaz sobre a massa trabalhadora, iniciando um forte estímulo à sindicalização sob entidades legalizadas pelo Ministério do Trabalho”.

Além disso, diversas outras políticas varguistas – como verificamos no jornal *Tribuna Popular* – são encampadas por esse grupo. Entre elas, percebemos a insistência do periódico na divulgação da distribuição das carteiras de trabalho, além do acionamento dos sindicatos amazonenses em prol da adesão à legislação sindical e à ênfase na figura de Getúlio Vargas, tornando-se, portanto, fiador dessas “conquistas”.

Nesse sentido, Adalberto Paranhos, em sua obra denominada “*O Roubo da Fala*”, afirmara que, “simultaneamente à legislação do trabalho promulgada nos anos 30, entra em gestação a ideologia do trabalhismo” (2007, p. 21).

Sistematizando tal entendimento, Marcelo Badaró estabelece esse processo em diferentes fases: a primeira, entre 1930 e 1934, em que o “sindicato oficial”, sob o Ministério do Trabalho, originou quase todas as leis que foram depois reunidas em 1943. É onde surge o “sindicato oficial”. Por fim, os anos entre 1934 a 35 representariam um breve período constitucional, em que a política de cooptação de sindicatos sofreria forte expansão (MATTOS, 2003, p. 12-16).

Quanto a isso, Ângela Gomes reforça que tal fenômeno se materializaria na sistematização da “troca de benefícios” por “obediência política” (2005, p. 171). Não é à toa que Marcelo Badaró identifica nessa época indícios de que a imagem de Getúlio Vargas, dali em diante, passaria a ser cada vez mais articulada em torno da ideia de “concessão” ou do “direito concedido”, o que posteriormente se cristalizaria sob a alcunha de “pai dos pobres” (2005, p. 27).

Observa-se, portanto, que, mesmo em um estágio gestacional, na ação desses trabalhistas, já transpareciam diversos elementos que os aproximavam do que, subsequentemente, seria implementado nos anos pós-40.

Os teóricos até aqui apresentados foram de fundamental importância, pois nos ofereceram um panorama acerca das origens e evolução do Trabalhismo no Brasil. Porém, cabe lembrar outros trabalhos que nos foram referência, especialmente quanto aos aspectos disso tudo, circunscritos no ambiente político e sindical do Amazonas.

Sobre os efeitos provocados pela Revolução de 1930, Dulce Chaves Pandolfi (1980, p. 343), em “*Regionalismo e Centralização Política*”, apresenta-nos como os Interventores dos Estados da região norte do Brasil tinham entre si e Getúlio Vargas interlocutores ligados aos movimentos tenentistas – como Juarez Távora – que interferiram nos contextos regionais e na formação das lideranças que se projetaram ao fim do Governo Provisório.

Voltando-se agora ao enredo apresentado no estado do Amazonas, Eloína Monteiro dos Santos (1990) ofereceu-nos o preenchimento de importantes lacunas. Em sua primeira obra “*A Rebelião de 1924 em Manaus*”, revela-nos os detalhes da revolta tenentista de 1924, no Estado, e prenuncia as lideranças que despontariam ali, como Augusto Ribeiro Júnior e Álvaro Botelho Maia (SANTOS, 1997). A autora refaz a trajetória deste que seria o primeiro interventor nomeado durante o Governo Provisório.

Destarte, Maria Luíza Ugarte Pinheiro (1999) deteve uma maior atenção aos sindicatos com a obra denominada “*A Cidade sobre os Ombros*”, oferecendo-nos importantes reflexões sobre os precursores do movimento sindical amazonense nas primeiras décadas do século XX, o que nos levou a nortear muitos desdobramentos desse grupo.

Através das pesquisas de Edilza Fontes (2013) em “*Cultura Política dos anos trinta no Brasil e as memórias do interventor do Pará, Magalhães Barata (1930-1935)*”, conseguimos comparar similaridades e diferenças entre as circunstâncias que envolveram o fim do Governo Provisório e suas repercussões na política regional.

Para enfrentar o desafio de compor o quebra-cabeças político do Amazonas frente às diversas alianças e arranjos decorrentes das diversas eleições ocorridas nesse período, o trabalho de Maria das Graças Costa (2001) - “*O Direito à Educação no Amazonas (1933-1935)*” - foi de especial importância. Tendo como enfoque a investigação do papel da Assembleia Constituinte de 1935 no Amazonas, frente aos temas educacionais, a pesquisadora percebeu a necessidade de constatar a composição das coligações e alianças políticas do período, em que o jornal *Tribuna Popular* contribuiu como uma de suas principais fontes.

Por esta introdução, é possível notar que a imprensa obteve, de nossa parte, especial atenção. Por ela, fora possível a averiguação não somente da conjuntura política nacional e regional, mas também sindical. Apesar do *Tribuna Popular* destacar-se nesse sentido, também foram importantes edições do *Diário Oficial do Estado do Amazonas*, o *Jornal do Commercio*, de Manaus, e alguns periódicos vinculados a grupos diversos como *A Reação* (Liga Eleitoral Católica), o jornal *O Estado do Amazonas* (Partido Republicano do Amazonas) e *O Socialista* (Partido Socialista Amazonense). Embora, quanto a estes últimos, termos tido acesso a edições esparsas, que consubstanciaram a observação sobre o contexto da época.

É amplamente detectável, no campo historiográfico do século XX, o fato de que, principalmente desde o movimento dos *Annales*, os historiadores passaram a perceber a valiosa contribuição que esse tipo de documento poderia trazer para a interpretação do passado, como nos comprova, por exemplo, a pesquisadora Maria Helena Rolim Capelatto (1994, p. 20), quando afirma que “a imprensa oferece amplas possibilidades e que a vida cotidiana nela registrada em seus múltiplos aspectos permite compreender como viveram os antepassados.”

Sendo a imprensa constituída como um instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social, o historiador tem, em seu contato, a possibilidade de estudá-la como agente da história e captar o movimento vivo das ideias e personagens que perpassam por suas páginas. Esse ato conduz a desmistificação do elemento “imprensa” – ao primeiro

olhar bastante abstrato – que ocorre precisamente quando se faz emergir a figura de seus produtores como sujeitos dotados de consciência determinada na prática social.

Assim, concernente aos fundamentos metodológicos aplicados no emprego da imprensa, alguns trabalhos merecem ser mencionados, como o de Renée Barata Zicman (1985) denominado “*História através da Imprensa – algumas considerações metodológicas*”, no qual a autora apresenta a necessidade de um estudo mais atento aos órgãos de imprensa, uma vez que a atuação destes se dá no campo político-ideológico.

Outra pesquisadora que notamos se preocupar com as questões metodológicas ligadas ao estudo da imprensa é Tânia Regina de Luca. Em “*História dos, nos e por meio dos periódicos*” (2005), ela aborda alguns métodos e técnicas ao se usar os periódicos como fonte ou objeto de pesquisa: a atenção que o pesquisador deve dar à materialidade dos impressos; a preocupação em se historicizar a fonte; a verificação das funções sociais dos impressos; a ilustração que o periódico veiculava; a investigação do aparecimento de novos grupos letrados; do grupo responsável pela linha editorial; além da atenção que o historiador deve ter sobre a escolha dos títulos e dos textos publicados.

O uso dos periódicos na produção historiográfica amazonense parece-nos, na atualidade, ter sua valorização ainda mais reforçada, como demonstra-nos Luciano Ewerton Teles (2008) em “*A Vida Operária em Manaus: Imprensa e Mundos do Trabalho (1920)*”, onde obteve, através de pesquisas em jornais voltados ao operariado, excelentes resultados sobre um período que ainda nos propõe desafios historiográficos.

Almejamos, assim, que esta pesquisa possa ser mais um incentivo à ampliação de olhares sobre essa riquíssima fonte. Partilhamos da mesma observação de Maria Helena Capelatto que, referindo-se aos estudos voltados aos periódicos, percebe-os como “manancial dos mais férteis para o conhecimento do passado, a imprensa possibilita ao historiador acompanhar o percurso dos homens através dos tempos” (CAPELATTO, 1988, p. 13).

Esperamos, então, que, por meio de alguns desses mananciais aqui apresentados, em especial o *Tribuna Popular*, possamos percorrer e, principalmente, compreender de que forma se procedeu no Amazonas da década de 1930 a difusão e a intenção de se construir um ideário Trabalhista.

1 AS ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS DO AMAZONAS DURANTE O GOVERNO PROVISÓRIO DE GETÚLIO VARGAS (1930-1933)

A política não segue um desenvolvimento linear: é feita de rupturas que parecem acidentadas para a inteligência organizadora do real (RENÉ REMOND).

1.1 O Amazonas e a conjuntura revolucionária de 1930

A chegada da década de 1930 no Amazonas apresentaria diversos reflexos da tensão que ora vivia o restante do país. O abalo econômico, provocado pela crise de 1929, logo se mostraria não somente mais profundo e permanente do que se pensava, como também espalharia, de forma ou outra, seus prejuízos econômicos pelo restante do mundo. Eric Hobsbawm aponta que suas origens podem ser notadas pela própria crise interna do capitalismo liberal e do modelo de democracia representativa, que se ergueria especialmente após a Primeira Guerra Mundial (1995, p. 113-115,139).

Imbricado de certa forma na economia internacional com uma teimosa monocultura de exportação – o café do sudeste e o algodão do nordeste -, o Brasil sentiria diretamente estes reflexos logo disseminados para outras regiões. Além da crise em si, Celso Furtado avalia que a tendência de queda nos preços do café, na região sudeste, advinha também “pela grande produção alcançada justamente em 1933, resultado direto do aumento da área plantada, nos anos entre 1927 a 1929” (2003, p. 185).

Wilson Cano, indo além, havia apontado que as lideranças tenentistas e, propriamente Getúlio Vargas, já haviam percebido, ao assumirem o poder durante o Governo Provisório (1930-1934), que “a economia cafeeira, longe de ser apenas um latifúndio de monocultura, era muito mais complexa e avançada em interligações setoriais”, demonstrando que o alastramento da crise sobre a oligarquia¹ cafeeira, na verdade, poderia espalhar-se como rastilho de pólvora em tantos outros domínios econômicos (CANO, 2012, p. 911).

No caso do Amazonas, embora estivesse vivendo uma era de ocaso econômico do fim do ciclo da borracha – conforme já apontamos na introdução deste trabalho –, a crise de 1929 também impactaria as finanças do estado, provocando um “vazio” dos cofres estaduais.

Esse quadro era o resultado de diversas administrações que, entre as décadas de 1910 e 1920, além de se fazerem praticamente apenas meros assistentes da desestruturação dos seringais e das demais articulações que a economia gomífera gerava – juntamente com as

¹ O termo oligarquia é aqui empregado no sentido mais recorrente na literatura sociológica político latino-americana, isto é, “grupo de dominação cujo poder político real emana da propriedade da terra e do consequente controle que exerce sobre o comportamento dos que nela trabalham” (SAES, 1975, p. 9).

casas aviadoras de Manaus e Belém –, haviam literalmente dilapidado os cofres públicos, seja por meio do puro descontrole financeiro de gastos, ou pela criação de uma situação de dependência em constantes empréstimos, na tentativa de fornecer um socorro efêmero frente à crise, com despesas sempre maiores que a arrecadação (SANTOS, 1989, p. 37-44).

Em 23 de julho de 1924, favorecido por um contexto em que a população encontrava-se severamente atingida pela instabilidade política e econômica, eclode um movimento militar com a finalidade de depor o governo do Estado do Amazonas. Sob a liderança do 1º. Tenente Alfredo Augusto Ribeiro Júnior, o levante teria ainda a participação de diversos outros capitães e tenentes, originários do sul e do nordeste do Brasil, deslocados para o Amazonas em anos anteriores, como correção disciplinar pela participação em outras sublevações militares.²

Essas lideranças, ao acenarem com novas perspectivas, apresentando propostas antioligárquicas (como o saneamento dos salários atrasados por meio da cobrança de um imposto, denominado “Tributo da Redenção”, além do afastamento do grupo político do governador Rego Monteiro), granjearam simpatia tanto do funcionalismo público como de lideranças oposicionistas para com o governo deposto. Nesse contexto, Agnello Bittencourt salienta que “Ribeiro Júnior era aplaudido por qualquer ato que praticasse” (1969, p. 435).

No dia em que baixou o decreto criando o Imposto de Redenção, “[...] houve grande regozijo”³ (Ibid., p. 435). Apontando a radicalidade do movimento em Manaus, em comparação aos que ocorreram em outras regiões, Forjaz ressalta que, inclusive, “a Comuna de Manaus, expropriou o mercado e o matadouro da firma inglesa Manaus Market” (1979, p. 84).

Essa postura infere, da parte dos militares rebelados, a intenção de manter maior proximidade com a população, especialmente daquela parcela mais insatisfeita com os governos da época.

A despeito da curta sobrevivência da Rebelião de 1924– sufocada por forças militares federais vindas de Belém, após trinta dias de seu início –, essa simpatia, angariada pelo movimento⁴, seria habilmente utilizada tanto por lideranças militares, como o próprio Tenente Alfredo Augusto Ribeiro Júnior, quanto civis, como jovem intelectual Álvaro Maia, que se

² Os demais militares à frente do movimento foram: 1º. Tenente Joaquim de Magalhães Cardoso Barata; Capitão José Carlos Dubois; 1º. Tenente da Armada José Lemos da Cunha e o primeiro-Tenente da Armada José Backer Azamor (SANTOS, 1989, p. 55, 56).

³ Este imposto consistia, em boa parte, na tomada de valores em contas no Banco do Brasil de Manaus, cujos proprietários eram parte dos antigos administradores do tesouro estadual, a quem se culpavam pelos desvios de fundos que geraram a crise financeira.

⁴ Retomaremos essa questão mais adiante.

colocou, na época, em apoio incondicional ao movimento por meio da imprensa local (MAIA, 1924, p. 18). Isso lhe renderia, mais tarde, dividendos políticos, como quando escolhido Interventor por Vargas, em 1930.⁵

Os eventos ocorridos em Manaus, acima descritos, merecem, aqui, serem destacados, pois espelhavam o clima de instabilidade política, presenciado durante a década de 1920 em diversas outras partes do país.

Apesar disso, o presidente Washington Luís conseguira, em seus anos de mandato (1926-1930), produzir um clima político mais ameno, refletido na sensível diminuição de levantes como os mencionados até o momento.

A princípio, tudo levava a crer na continuidade das regras que haviam norteado as disputas presidenciais até ali. Porém, o desmontamento da Crise de 1929 nos Estados Unidos, seus efeitos no preço do café brasileiro – principal esteio de nossas exportações na época –, dentre outros fatores, pareciam prenunciar que a tranquilidade daria lugar a um período mais turvo naquela sucessão presidencial.

De fato, verifica-se, no decorrer do pleito, o crescimento de um acirramento, dado em parte pela resistência dos outros Estados à indicação de outro paulista para a disputa, Júlio Prestes.

Marieta Ferreira e Surama Pinto alertam-nos que

esta cisão se processaria no cerne do próprio grupo dominante. Washington Luís, resolvido a fazer seu sucessor, indicou Júlio Prestes, paulista como ele e então presidente do estado, como candidato oficial. Com isso, rompia-se o acordo tácito com Minas, que esperava ocupar a presidência da República (2006, p. 13).

Resultado de uma conjuntura política e econômica bastante peculiar, os eventos que desencadearam na denominada “Revolução de 1930” representaram um salto de mudanças que, em poucos meses, iniciariam a alteração de boa parte do espectro de funcionalidade que perfazia a República Brasileira desde sua fundação.

⁵ Santos (1989) aponta outros nomes que desempenharam papéis ousados na Rebelião de 1924 – como Waldemar Pedrosa, advogado de defesa dos militares derrotados e Coriolano Durand, famoso pelo discurso público feito em prol dos rebeldes, apenas uma hora antes de Ribeiro Júnior se entregar às tropas federais. No entanto, como podemos averiguar por Diniz (2002), apenas Pedrosa conciliou a vida intelectual e política, sendo – provavelmente por sua afinidade com as propostas tenentistas- nomeado interventor federal para o Amazonas por um breve período (14/06-10/10/1932), após ser exonerado, exercendo alguns cargos públicos voltados a advocacia, voltando à cena política em 1946, eleito deputado estadual e senador entre 1947 a 1954. Enquanto Durand decidiu-se definitivamente pelas atividades acadêmicas, principalmente as que envolviam as artes cênicas.

Em oposição ao candidato oficial – o paulista Júlio Prestes, pelo Partido Republicano Paulista –, o candidato lançado à disputa presidencial pela Aliança Liberal foi o gaúcho Getúlio Vargas, tendo como vice o paraibano João Pessoa. Sua base de sustentação era o situacionismo de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, e mais alguns grupos de oposição ao governo federal, de vários estados, tais como o Partido Democrático (PD), criado em 1926, em São Paulo, e facções civis e militares descontentes. “Com uma composição cuja característica mais pronunciada era a heterogeneidade, a Aliança Liberal explicitava as dissidências existentes no interior das próprias oligarquias estaduais” (FERREIRA, 2006, p. 15).

O então candidato Getúlio Vargas, apesar de ser vinculado ao grupo de oposição, ao candidato do PRP, também era, por sua vez, uma liderança originada dentro de uma oligarquia regional – no caso a sul rio-grandense - onde fora, pouco antes, eleito Presidente de Estado, em 1928.

Dentre as mais significativas influências que marcaram Getúlio Vargas, o pesquisador Joseph Love (1975, p. 233) chama a atenção para a então “Geração de 1907”⁶ (em alusão ao ano do término de sua formação universitária), para designar o grupo do qual também fazia parte o jovem Vargas e outros contemporâneos, que mais tarde reforçariam as fileiras do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Incluem-se, aqui, diversos nomes de marcante presença no futuro Governo Provisório pós-1930: Lindolfo Collor, Paim Filho, Luciano Abreu, Flores da Cunha, Maurício Cardoso e Oswaldo Aranha (LOVE, 1975, p. 232).

Cabe lembrar que o PRR sofrera, desde o século XIX, relevante influência do Positivista, obviamente “filtrado” sob a perspectiva de sua grande liderança à época, Júlio de Castilhos.

A perspectiva positivista retirada por Vargas dali também influenciaria aquela geração de jovens gaúchos de 1907. Porém, para Pedro Fonseca, ao fim da década de 1920, estaria mais evidenciada apenas em aspectos de ordem social e política, sendo “abandonada sob o ponto de vista econômico, em detrimento do desenvolvimentismo” (2011, p. 33).

⁶ Esta denominação referia-se aos formados nos anos de 1907 e 1908, pela Faculdade de Direito de Porto Alegre e que atuaram ativamente na então acirrada campanha pela presidência do Rio Grande do Sul, entre os candidatos Carlos Barbosa (castilhista), pelo Partido Republicano Rio-Grandense e Fernando Abbott, pelo Partido Federalista; com a vitória daquele primeiro.

Segundo Luciano Abreu (1996, p. 81), esse é o viés econômico que viria a ser adotado por Vargas posteriormente, e pode ser ainda percebido em sua passagem pelo executivo gaúcho⁷.

Posições de ambigüidade estiveram, aliás, presentes, e foram determinantes em momentos cruciais para Vargas. A vitória do paulista Júlio Prestes nas eleições de 1º de março de 1930 não representaram calma aos ânimos oposicionistas da Aliança Liberal.

Os que defendiam o golpismo como saída para a crise estavam espalhados em todas as regiões do país, chamando-nos atenção o fato de ter sido encabeçada por alguns aliados pessoais de Getúlio, como: Oswaldo Aranha, João Neves, Lindolfo Collor, Flores da Cunha e Virgílio de Melo Franco. Vargas, porém, fizera um acordo secreto junto ao presidente Washington Luís, respeitando o resultado que a eleição tivesse, em correspondência a um resguardo de represálias ao Rio Grande do Sul (ABREU, 1996, p. 109).

No entanto, o assassinato de seu vice, João Pessoa, viria alterar essa perspectiva.

Getúlio Vargas, diante dos fatos, incorpora-se, definitivamente, ao movimento golpista contra a posse de Júlio Prestes, porém, necessita estender acordos e diálogos para com o grupo que lhe daria o apoio das armas, constituído, naquele momento, por diversas lideranças “Tenentistas”⁸, o que nos ajudará a compreender mais tarde sua presença marcante nos primeiros do governo provisório.

Os acontecimentos daquele tumultuado ano de 1930 também seriam sentidos em Manaus. A Rebelião de 1924, longe de ser uma “lembrança passada”, continuou na memória de seus moradores como um eco de justiça social, conforme Santos (1989, p. 37), e talvez o reflexo imediato daqueles fatos possa ser exemplificado na chamada “Revolução Ginásiana” – episódio que, sobremaneira, demonstrou a escalada de radicalização contra os representantes do moribundo *establishment* político brasileiro, instaurado desde o início do século no país. A Revolução Ginásiana – também denominada por alguns como “Motim Ginásiano” ou “Agostada” – trouxe definitivamente a lume a demanda local por um reordenamento da

⁷ Luciano Abreu aponta, quanto a isto, a criação entre 1928 e 1929 do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, formação de sindicatos, combate ao contrabando de gado e a renovação do contrato de arrendamento da viação férrea do Estado.

⁸ Uma reflexão interessante sobre este tema vem da pesquisadora Vavy Pacheco Borges (1992, p. 20-21; 221). Preocupada com a situação política em São Paulo, no conturbado período de 1930-1932, relata que o termo “tenentismo” foi cunhado, recebendo diferentes significados. Assim, na década de 1920, não se encontra na documentação a expressão “tenentismo”, mas antes “militares revolucionários”, “rebeldes”, “revoltosos”. Tenentes e Tenentismo surgiram no primeiro semestre de 1931, identificado como proximidade a certos “ismos”: “partido dos tenentes”, “outubrismo”, “aliancismo” ou ainda “prestismo”. No geral, tendo, portanto, naquela época e realidade, um sentido bastante pejorativo.

insipiente oligarquia local por um engajamento em torno de um novo projeto de nação (SEGADILHA, 1980).

A nomeação do novo governador (Dorval Porto) para o quadriênio 1930/1934 deixava inalterado o quadro político estadual. Por certo, existia um descontentamento gradativo de setores da sociedade manauara pelo agravamento da crise econômica, agora com potencialidade de reverberar politicamente pela contaminação da instabilidade institucional da nação, após a declaração de vitória de Júlio Prestes nas eleições presidenciais e o rechaço de segmentos descontentes da Aliança Liberal. O empenho dos alunos do Ginásio Amazonense em reagir a essa conjuntura e, assim, vislumbrar uma alternativa que já vinha se desenhando no plano nacional, encontrou, evidentemente, barreiras e resistências por parte do grupo político alojado no governo.

A juventude do Colégio Pedro II, em formação secundarista, na época privilégio de poucos, acompanhava o desenrolar dos acontecimentos com apreensão. Mesmo já tendo passado as eleições, o assassinato de João Pessoa potencializou insurgências em diversos locais do país. Em Manaus, uma passeata pelas ruas da cidade, no dia 12 de agosto de 1930, fora brutalmente dispersada pela polícia. Em repúdio, no dia seguinte, os secundaristas, desviando armas e munições do quartel da polícia – que ficava no outro lado da praça – voltaram ao Colégio, passando quase 24 horas em trocas de escaramuças com soldados militares. Lima, retratando o clima de reação, diz-nos:

Saliente-se que, por mais insatisfeitos que estivessem com os últimos desentendimentos com a polícia civil, diante da “crise de moralidade” e da oligarquização das instituições com a administração duvidosa das classes dirigentes, principalmente as oligarquias Dorval Porto, Salles, Nery, Antony e Monteiro Souza no poder, os gymnasianos não conseguiriam realizar sozinhos quaisquer modificações a contento, mas ajudavam a insuflar descontentamentos. [...] Decerto as autoridades não viam nos gymnasianos potenciais opositores; entretanto, apontavam a influência de grupos opositores sobre os estudantes (LIMA, 2012, p. 173).

Verifica-se, portanto, que as autoridades acreditavam que a ação dos estudantes teve o incentivo de lideranças políticas da cidade na época. Por meio de depoimentos de estudantes, sabemos que professores se utilizaram de sua influência e prestígio para, de certa forma, inspirar ou, senão também, incitar a rebelião. A exemplo de Mário Ypiranga Monteiro, que nos descreve em relato como o próprio Álvaro Maia inspirava a ação política de seus alunos:

Foi no Ginásio Amazonense que comecei a sentir o quanto de odiosidade havia sido depositado na alma da mocidade contra os ladrões do erário público. Quando da invenção da cadeira de Educação Moral e Cívica (1925) certas aulas proferidas pelo catedrático Álvaro Maia visavam a despertar em nós interesse pelas causas em que a pátria ou a sociedade dos homens estivessem empenhadas; visavam, também, e especialmente, a fixação de padrões de comportamento contrário à linha de conduta exigida pela disciplina (MONTEIRO, 1996, p. 35).

A despeito de não conseguirmos detectar nenhum desses ousados estudantes como agentes políticos envolvidos nas esferas da administração estadual daquela primeira metade da década de 1930, o evento por eles desencadeado serve como exemplo do engajamento de parte da sociedade amazonense contra aqueles que representavam o modelo oligárquico já desgastado nacionalmente.⁹

Apesar das tentativas do Partido Republicano do Amazonas de, através da imprensa local, defender a permanência de Dorval Porto na Presidência do Estado, o governador acabaria renunciando em 24 de outubro de 1930 (JORNAL DO ESTADO DO AMAZONAS, 1930).

No momento, o Poder Executivo amazonense foi, provisoriamente, assumido por uma Junta Governativa, logo sucedida pelo Tenente Floriano Machado, em 03 de novembro de 1930. Por fim, em 20 de novembro, ocorreu a nomeação – via intervenção federal – de Álvaro Botelho Maia.

Diante da conjuntura acima exposta, podemos compreender a escolha de Álvaro Maia para ser o interventor do estado do Amazonas, tomando seu passado recente e, como foi mencionado anteriormente, de seu apoio de primeira à Revolta Tenentista de 1924, em Manaus. Embora, na época, custasse-lhe a indisposição com parte da oligarquia política local pelo posicionamento crítico ao grupo que perfazia a administração Rego Monteiro¹⁰, seu firme posicionamento em defesa do breve governo do Tenente Ribeiro Júnior, valer-lhe-ia agora simpatia junto às lideranças revolucionárias militares.

Salientamos a necessidade de somar a essa nomeação méritos próprios, possibilitados pela apropriação da construção de sua imagem como respeitado jovem intelectual, especialmente após assumir – por meio de rigoroso concurso público – o cargo de professor,

⁹ Elissandra Lima produz uma interessante reflexão sobre o movimento, lembrando a falta de interesse da historiografia em lidar com temas que parecem ter “menos” relevância: “Pesquisar a juventude gymnasiana pode parecer trabalho infrutífero para alguns, pois se trata de estudar jovens que ainda não dispunham de um capital intelectual formado, por isso passíveis de destemperos e efemeridades próprios da juventude. No entanto, trata-se de investigar um processo desconstrução de uma intelectualidade emergente e que desejava se posicionar de alguma forma” (LIMA, 2012, p. 163).

¹⁰ Santos (1997, p. 37) leva-nos a esta conclusão ao afirmar que a crítica de Álvaro Maia ao grupo de Rego Monteiro já vinha de antes da Rebelião de 1924 e continuaria além dela, nos anos que se seguiram.

em 1926. A docência, bem como a continuidade de seus trabalhos literários e artigos publicados em jornais, oportunizariam fazer-se conhecer pela sociedade amazonense, em geral, como um “jovem idealista”.¹¹

Seu maior “fiador”, porém, parecia ser a importante liderança de Vargas no norte do país, o tenente Juarez Távora¹², “olhos e ouvidos” do novo presidente sobre a região. Este seria conduzido à chefia da Delegacia do Norte, criada como uma espécie de posto de observação sobre os interventores nomeados na região. Embora tivesse um papel de atuação de bastidor, o “delegado regional” exercia um papel importante não só para as pretensões tenentistas dentro do próprio Governo Provisório, mas também para coibir possíveis resistências das antigas oligarquias à nova ordem que se buscava instaurar.¹³

Adentrar, mesmo que brevemente, nesse momento da instalação da “Revolução” no estado do Amazonas potencializa a capacidade de percebermos, por exemplo, como as forças políticas tradicionais receberiam e ressignificariam seus discursos com os do novo regime, tendo a finalidade de se manterem no poder através do aparelhamento estatal.

Em outros casos, esse exame histórico levará a perceber como se inicia a construção de um esboço de elementos tênues, mas significativos, do que mais tarde seria difundido como “trabalhismo”¹⁴; do qual certos grupos políticos – transpassados por um verniz de insígnias regionais – buscarão auto definir-se, na primeira metade da década de 1930.

Para melhor compreender tais reordenamentos das forças políticas amazonenses, iremos nos debruçar sobre algumas das lideranças que passariam a representar esses segmentos sociais. Assim, procuraremos rastrear as trajetórias de duas lideranças que, durante a primeira metade dos anos 30, destacaram-se por sua atuação político-partidária e sindical entre os que buscavam reverberar as políticas varguistas no Amazonas: Álvaro Maia e Luiz Tirelli.

¹¹ Através do discurso “Canção de Fé e Esperança” de 1923, o jovem Álvaro Maia defendeu a proposta de que o Brasil precisava desenvolver o desequilíbrio existente entre os Estados do Norte e os do Sul, situação pela qual o governo federal era o grande culpado. No discurso, percebe-se fortes apelos a ideias como “salvação” e “redenção” por meio de uma tríplice temporalidade: a crise no presente, a resistência no passado e, finalmente, a reação no futuro (SANTOS, 1997, p. 27,29).

¹² Esses dois eventos – o Tenentismo e a Revolução de 30 – são complementares para se entender esse personagem. Defensor de uma “modernização pelo alto ou da modernização conservadora”, Távora foi um “batalhador incansável, arrojado e leal” de uma corrente tenentista, que possuía quatro características básicas, mais ou menos próximas das diretrizes de outros grupos do mesmo movimento: a nacionalização da política (defesa de um governo central forte e capaz de implementar políticas em todos os domínios da vida nacional); o antiliberalismo; o antirrepresentativismo e o reformismo (CARVALHO, 2005, p. 127-130).

¹³ Para Pandolfi e Gomes (1981, p. 343), “a Delegacia do Norte tinha como objetivo principal alinhar o Norte à “Revolução”, e significava ser intervencionista e centralizadora”.

¹⁴ No terceiro capítulo, o assunto estará sendo abordado com mais proficuidade, sendo que utilizaremos um dos meios de comunicação mais importantes que os Trabalhistas do Amazonas possuíam, o *Jornal Tribuna Popular*.

Observar esses dois personagens será uma tentativa de abordar a perspectiva de dois grupos políticos que, nas eleições legislativas e estaduais, a serem convocadas entre 1933 e 1935, ora mantiveram-se afastados, porém, em outros momentos, estiveram imbuídos de objetivos comuns, cada qual a seu modo, refletindo o ambiente social de transformações e ressignificados desse período.

Desta feita, lembramo-nos de René Remond quando observa que:

A política não segue um desenvolvimento linear: é feita de rupturas que parecem acidentes para a inteligência organizadora do real. O acontecimento introduz nele, inopinadamente, o imprevisível: é a irrupção do inesperado, portanto do inexplicável, a despeito do esforço que os historiadores possam fazer para reabsorvê-lo e integrá-lo numa sucessão lógica. Há em política mais coisas nos efeitos do que nas causas, ou, para sermos mais exatos, não se encontra nos antecedentes tudo aquilo que resultará dele [...] (2003, p. 449).

Sob esse lume, buscaremos entender as motivações que levaram a serem oponentes e aliados em determinados momentos, bem como cada um teve sua justificativa no ato de agir, espelhando contínuas ações de convergências e divergências.

1.2 As possibilidades de um trabalhismo em construção nas ações políticas de Álvaro Maia e Luiz Tirelli

Aos Interventores Estaduais, nomeados pelo movimento Revolucionário de 1930, não bastava ter somente a confiança de Getúlio Vargas enquanto Presidente de um Governo Provisório. Lembremos, conforme já mencionado, que a posse de Vargas decorreu de apoio militar; nesse caso, encabeçado pelo Tenente Coronel Pedro Aurélio de Góes Monteiro quando da tomada do Rio de Janeiro.

Sobre Góes Monteiro, pesava ao longo da década de 1920 participação na contenção de diversos levantes militares, incluindo a própria Coluna Prestes, demonstrando, assim, estar afastado, nesse momento, dos movimentos denominados de Tenentistas. Porém, sua chancela e apoio à deposição do presidente Washington Luís – quando assumiu destacado papel – são apontados por Latfalla como tendo sido influenciados por duas passagens pelo estado do Rio Grande do Sul, sendo que,

em 1929, após nova transferência para terras gaúchas, começou a participar do movimento revolucionário que levou a derrubada de Washington Luís. Com a negativa de Luiz Carlos Prestes em participar do movimento, Osvaldo Aranha, amigo de Góes, convenceu-o a entrar para o movimento revolucionário (2011, p. 34).

Ao norte do país¹⁵, chama-nos a atenção o papel da liderança do Tenente Juarez do Nascimento Távora em organizar forças em prol de Vargas na região. Távora, ao contrário de Góis Monteiro, era, de longa data, notória e publicamente reconhecido simpatizante das revoltas tenentistas, indicando que Vargas necessitaria, portanto, já no cargo presidencial, produzir condições para que ao menos as lideranças deste movimento também estivessem representadas no Governo Provisório.¹⁶ Juarez Távora conseguiria impor-se de tal modo nos espaços do novo contexto produzido pela Revolução de 30, que iria arvorar-se como importante interlocutor entre os interventores de sua região junto a Vargas.

Pode-se apreender isso através da tese intitulada “*Um Vice-reinado na República do Pós 30: Juarez Távora, as interventorias do norte e a guerra de 1932*”, na qual Raimundo Helio Lopes aponta que “formou-se um conselho áulico presidido pelo sr. Major Távora, que se vangloriava de um título que nunca teve expressão legal: o Vice-rei do Norte”, e, a partir dele, “chamou a si prover os governos do setentrião”. Os estados do Norte, desse modo, eram “capitanias” que foram distribuídas por Juarez a “camaradas e amigos” (LOPES, 2014, p. 34). Na então denominada “Região Norte”¹⁷ do Brasil – composta geograficamente de 13 Estados – podemos perceber que, nesse primeiro momento, a nomeação de autoridades civis (9

¹⁵ Na época, inexistindo a terminologia de “nordeste”, posto que, acima da Bahia, todos eram “Norte”.

¹⁶ Ressaltamos que o próprio Movimento Tenentista passava por uma ruptura entre duas principais vertentes, conforme nos aponta Guillaume Marques de Saes: “A vertente **nacionalista** do tenentismo surgiu “oficialmente” com a resposta pública de Juarez Távora, datada de 31 de maio de 1930, ao manifesto dissidente esquerdista de Luís Carlos Prestes. Este, influenciado por militantes comunistas brasileiros e sul-americanos, romperá com seus companheiros de movimento em nome de um projeto de transformação da estrutura socioeconômica brasileira por meio de uma revolução popular que deveria se voltar contra o latifúndio e as potências imperialistas e que deveria instaurar um governo de tipo soviético baseado em conselhos de trabalhadores da cidade e do campo e de soldados e marinheiros. Seguidor do pensamento político nacionalista, centralizador e antioligárquico de Alberto Torres, Juarez Távora contestava as posições de Prestes e não acreditava na possibilidade de uma revolução popular num país em que as massas urbanas e rurais, miseráveis e ignorantes, careciam dos atributos necessários para uma insurreição generalizada (coesão, iniciativa, audácia e, sobretudo, eficiência bélica). Para Távora, a única revolução possível tinha de se basear nas mesmas forças que desde o início da década de 1920 lutavam contra a ordem vigente: militares revolucionários (isto é, os **tenentes**) e dissidências oligárquicas” (SAES, 2011, p. 01).

¹⁷ A separação entre norte e nordeste viria ocorrer alguns anos depois. Neste início de década, Região Norte compreendia os seguintes Estados: Acre, Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe.

nomeados) prevaleceria sobre militares ligados ao tenentismo (4 nomeados), sendo que o Amazonas se enquadraria no primeiro grupo¹⁸.

Necessitando garantir respaldo junto aos governos regionais, Getúlio Vargas emite diversos Decretos-Lei, através dos quais nomeia, em todo O país, Interventores Federais para os cargos dos governadores, a maioria envolvida, de alguma forma, no sistema oligárquico a que o movimento revolucionário de 1930 justamente se opunha.

No caso do Amazonas, o rastreamento daqueles que apoiaram a Rebelião de 1924, em Manaus, poderia, nessa hora, indicar o momento de aproximação com as forças que teciam, em 1930, a tentativa de elaborar uma nova conjuntura política.

Como apontaremos ao longo deste capítulo, a identidade que Álvaro Maia construiria, atrelando sua figura em torno de certas teses, deve remeter-nos às suas relações com lideranças tenentistas ainda na década de 1920.

Nascido no seringal “Goiabal”, às margens do Rio Madeira, município de Humaitá (Am), em 1893, Álvaro Botelho Maia viveu pessoalmente o período áureo de sua região, sob o clímax do preço da borracha em 1912 e também a ascendência econômica e social provocada pelo fim desse ciclo. Não é de surpreender, portanto, que veremos em alguns de seus posicionamentos intelectuais e políticos um sentimento de retomada da pujança gomífera como alternativa para a crise econômica dos anos 1920 e 1930 (SANTOS, 1996, p. 18-20).

Enviado para estudar em Manaus, Fortaleza e, finalmente, no Rio de Janeiro, concluiria sua formação em Direito na Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais em 1917, então com 24 anos.¹⁹ De volta ao Amazonas, fixaria residência e família em Manaus, inserindo-se em diversas atividades, incluindo jornalismo. A partir de então, estando na capital, podia inteirar-se dos problemas regionais através de uma ótica mais cosmopolita e, portanto, preparatória para alcançar voos mais ousados na vida pública, como nos indica Ramos:

¹⁸ Na região Norte, o grupo de primeiros Interventores civis era formado por: Acre: Francisco de Assis Vasconcelos (1930-34); Alagoas: Hermínio de Freitas Melro (1930-31); Amazonas: Álvaro Botelho Maia (1930-31); Bahia: Leopoldo Amara (1930); Ceará: Fernandes Távora (1930-31); Maranhão: Afonso Serra (1930-31); Paraíba: Antenor Navarro (1930-32), Pernambuco: Lima Cavalcante (1930-35) e Rio Grande do Norte: Irineu Jofily (1930). O grupo de Interventores militares constituía-se de: Espírito Santo: João Puro Bley (1930-35); Pará: Magalhães Barata (1930-35); Piauí: Humberto Leão (1930) e Sergipe: Augusto Maynard Gomes (1930-35).

¹⁹ Sua verve política, obviamente provocada pela urgência da juventude, fez lançar-se candidato a deputado federal pelo Amazonas, em 1918 (SANTOS, 1996, p. 12).

A eventual ascensão política de Álvaro Maia em 1930 deu-se muito em função da sua capacidade de se tornar porta voz dos anseios de mudança que a conjuntura política nacional reclamava e que reverberava no âmbito local. A sua notoriedade como intelectual e poeta se encaixava com perfeição na conjuntura política, e isso na medida em que existiam brechas deixadas por lideranças políticas tradicionais; lideranças, portanto, incapazes de conduzir esse processo de mudança. Contudo, foi necessário observar a trajetória de vida de Álvaro Maia para perceber como o contexto social interfere em sua obra literária e, conseqüentemente, em sua vida política (RAMOS, 2010, p. 13).²⁰

Nesses anos, a consolidação de sua imagem como intelectual perante a sociedade manauara estava associada às ideias tenentistas, como podemos perceber por Santos:

O projeto político de Álvaro gestado na conjuntura dos anos vinte, embasado na defesa do “paraíso verde” teve como ideias centrais o regionalismo, o nacionalismo, a centralização política e os “imperialismos estaduais” [...] erros republicanos que infiltraram uma rajada de desânimo na alma brasileira e esse enfraquecimento produziu o marasmo e relaxou a noção de pátria no povo brasileiro (SANTOS, 1996, p. 55).

Tal ideário o aproximou do Tenentismo, tanto em 1924²¹, quanto posteriormente em sua perspectiva política. Um exemplo em que podemos atestar isso foi em sua participação no concurso para professor da disciplina Instrução Moral e Cívica, do Colégio D. Pedro II, em Manaus. Naquele ano de 1926, escolheria como tese para defesa perante a banca examinadora o tema “Imperialismo e Separatismo”, na qual transcorreu a necessidade de defender a “República, Democracia, Liberdade, Progresso e Cidadania”. Para isso, afirmava que seria preciso “iniciar a reforma de mil velharias que o acabrunham, e o alheamento que o povo manifesta pelos negócios públicos” (MAIA, 1926 apud SANTOS, 1996, 41-42).²²

Tanto seu posicionamento favorável ao movimento militar de 1924, em Manaus, quanto seu posterior atrelamento ao projeto trabalhista foram etapas basilares de sua identidade política ao longo de uma das mais longevas carreiras públicas que o Amazonas veria: Interventor Federal, nomeado por Vargas, em fins de 1930; Deputado Federal (1933 a

²⁰ Cabe, aqui, uma observação de que, neste momento, a oposição de Álvaro Maia quanto à administração Rego Monteiro, poderia indicar estar se aproveitando da acirrada disputa que o governador travava com seu o grupo em oposição, liderado por Silvério Nery.

²¹ Poucos dias antes da eclosão da Rebelião de 1924, Álvaro Maia conclama aos jovens a necessidade de se manifestarem diante desta situação. Para ele, são estes que podem realmente modificar ética e moralmente o Amazonas: “[...] é o instante da mocidade intervir a luta, interessar-se pela marcha de seu estado, sem a inconveniência das oposições sistemáticas como dos apoios incondicionais. Soou o momento oportuno dessa iniciativa e, em sua defesa” (REVISTA DA ACADEMIA AMAZONENSE DE LETRAS, 1969, p. 24).

²² MAIA, Álvaro. Imperialismo e Separatismo. These de concurso para provimento da cadeira de Instrução Moral e Cívica do Gymnasio Amasonense Pedro II, 1926.

1935); Governador eleito do Amazonas (1935 a 1937); Interventor nomeado (1937 a 1945); Senador (1946 a 1951); Governador eleito (1951 a 1954) e, por fim, Senador (1967 a 1969).²³

A escolha do nome de Álvaro Botelho Maia para o cargo de primeiro Interventor dever-se-ia, em boa parte, à própria constituição do quadro político no Amazonas naquele período: a conjuntura política amazonense, em 1930, resultante das disputas entre parte das elites²⁴ locais, assim como seu atrelamento ao presidente Washington Luís e a repressão desencadeada pelo governador Dorval Porto não favorecia sua continuidade após a chegada de Vargas ao poder.

Lembremos que a década de 1920 fora marcada também pela crise econômica nos cofres estaduais e a estagnação geral promovida pela queda da economia gomífera, que repercutia no Amazonas a ansiedade pela mudança na administração pública. Dados estatísticos oficiais sobre a época apontam, entre 1910 e 1920, para “um crescente déficit nas contas públicas, um decréscimo significativo e contínuo da receita arrecada e uma dívida externa contraída pelo executivo estadual e municipal do Amazonas” (IBGE, 1942, p. 182, 184).

Tais aspectos também foram identificados por Roberto Santos, para quem, “no domínio das finanças públicas, a crise se manifestou não apenas pelo tombo da receita e o aumento do déficit, mas também por trazer à luz a grande desordem que imperava nos tesouros do Amazonas e Pará há longos anos” (SANTOS, 1977, p. 257).

Eventos como a Rebelião Militar de 1924 e a Revolução Ginásiana foram exemplos dessa disposição, ao menos para parte da população, que pela atuação intelectual insuflava tal sensação.

Carone, na tentativa de qualificar aspectos particulares das oligarquias brasileiras nesse período, informa que:

[nos estados mais adiantados], uma diferenciação social e econômica mais acentuada faz das oligarquias, que se manifestam através dos órgãos de direção do PRs—Partido Republicano—, um elemento do equilíbrio. O Partido e, indiretamente a oligarquia que o sustenta, tem sua estabilidade e continuidade garantida pela

²³ Um exemplo de como a Rebelião Militar de 1924 seria constantemente atrelada a lideranças políticas que dela participaram ou defenderam, é um longo artigo, publicado na imprensa local, em 1935, intitulado “Bendita Desobediência”, onde Álvaro Maia é relacionado positivamente como um dos agentes que apoiou o movimento. Vale notar que a mesma edição trazia logo abaixo, a relação dos candidatos a vereador em Manaus, da coligação “Pró-Amazonas com Álvaro Maia” (JORNAL TRIBUNA POPULAR, edição 71, 16 de ago. 1935).

²⁴ O termo Elite, conforme J. Love (1975, p. 13), “compreende os comitês executivos dos partidos estaduais, os governadores, os membros do governo federal em nível ministerial e mais acima, os líderes parlamentares e os comandantes da região militar. Os membros da elite política pertenciam a uma elite socioeconômica mais ampla, cujos interesses aqueles defendiam quando no Governo” (LOVE, 1975, p. 13).

acomodação de interesses. Nos últimos [nos estados menos ricos], não obstante a existência de PRs domina a vontade de um grupo ou famílias – o partido representa vontades particulares e não o resultado do equilíbrio entre facções (CARONE, 1969, p. 151).

Evidenciava-se o esgotamento do modelo oligárquico local, caracterizado por disputas principalmente pelo governo do Estado, acirrado nas duas últimas décadas. Conforme nos adverte Eloína Santos (1989, p. 29-33), ao longo das décadas de 1910 e 1920, as eleições e posses de governadores ficariam marcadas pela rivalidade entre os grupos ligados a Silvério Nery contra os de Guerreiro Antony, ao cabo de muitas das vezes afetarem resultados eleitorais, resolvidos na esfera de estratégias golpistas ou, ainda, levadas à resolução pela esfera presidencial.

Além disso, aguardava como principais desafios ao novo dirigente Estadual enfrentar o urgente saneamento das contas pendentes do Estado – tanto com servidores quanto fornecedores – além do incremento das perspectivas econômicas do setor privado.²⁵

A partir de sua nomeação como Interventor Federal, sob o Governo Provisório de Getúlio Vargas, em novembro de 1930, Álvaro Maia justamente trata de pautar suas primeiras medidas nesse sentido. Santos (1996), porém, salienta que a conjuntura que possibilitou sua escolha era a que recaía sobre “indivíduos que, apesar de oriundos desses estados, não se identificavam com as perspectivas dos grupos dominantes; no entanto se encontravam em uma posição marginal com relação à influência dentro dos partidos” (SANTOS, 1996, p. 44).

Se Álvaro Maia parecia ter esse perfil aos olhares do Governo Provisório, por outro lado, deveria estar ciente de que boa parte do funcionalismo estadual ainda estava ligada aos grupos oligárquicos locais e que, mesmo estes, possuíam suas próprias aspirações, principalmente nos ramos de seus negócios. Dessa forma, sua “marginalidade” em relação ao *establishment* poderia, na prática, ter um efeito ambíguo. Álvaro Maia parecia perceber o peso que lhe recaía de sua escolha naquele momento, segundo foi apontado por Ramos (2010, p. 128, 129):

[...] estava impossibilitado de esquivar-se do processo de dominação corrente no espaço político, pois os que dominavam a agremiação política tinham interesses ligados com os ganhos específicos, buscando manter o monopólio da produção política e a imposição de seus interesses. [...] Nesse sentido, os interesses do próprio Álvaro Maia devem subordinar-se, portanto, não só ao seu público/eleitor, mas

²⁵ Nos dias seguintes à vitória do movimento revolucionário e ao afastamento definitivo de Dorval Porto, a preocupação econômica quanto às finanças do Estado era bastante recorrente na imprensa manauara. Um exemplo foi um convite, estampado em primeira página, por Jorge Andrade – funcionário do tesouro estadual – a que voluntariamente, os empregados públicos fizessem a doação de um dia de seu salário para o “abatimento da dívida do tesouro” (JORNAL DO COMMERCIO. Manaus, 31 de out. 1930).

também aos interesses dos agentes políticos. Neste sentido, apesar de afirmar que estava sozinho em sua luta pela moralização política e o fim da corrupção administrativa, ele obedecia aos interesses da facção que representava. Sendo assim, a figura do líder messiânico solitário que não tinha o interesse em receber qualquer tipo de recompensa por esta missão, era apenas uma construção de um estereótipo que Álvaro Maia soube manejar, levando-o ao poderem 1930.

Levantamento de dívidas internas e externas, novas tarifas de impostos para indústrias e profissões, além de medidas que causaram descontentamento entre os servidores públicos, haja vista envolver cortes de gastos e, por consequência, salários – incluindo aposentadorias – de civis e militares, possivelmente foram importantes em desgastar a imagem de Álvaro Maia perante boa parte da opinião pública da capital, consistida de expressivo número de servidores públicos (SANTOS, 1997. p. 86-87).

Exemplo disso foi sua persistência em reativar, de alguma forma, a economia gomífera (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO AMAZONAS, 1931), enquanto redenção para os problemas econômicos gerados pela estagnação econômica na qual se encontravam, tanto as finanças estaduais quanto a própria população interiorana. Deveria também pesar nisso o fato de que, em 1920, 70 % da população encontrar-se envolvida em atividades do primeiro setor, ou seja, agricultura, o que não deveria estar muito diferente dez anos depois (COSTA, 1997, p. 222).

A defesa de uma economia de aviamento permite-nos identificar o perfil e as ligações que Álvaro Maia possuía nos meios políticos locais nesse momento.

Além de ser apoiado pela Associação Comercial do Amazonas (ACA), segundo Eloína Santos (1997, p. 86-87), “a valorização da borracha e a sobrevivência do extrativismo foram argumentos para conciliar interesses tanto da interventoria como das classes conservadoras amazonenses”.

A persistência de Maia, mesmo indo de encontro com as intenções de Vargas, que enfatizava o incremento das forças produtivas e uma industrialização urbana, pode ser melhor compreendida quando notamos as aspirações das oligarquias amazonenses em acreditar que a recuperação econômica do Estado passaria, obrigatoriamente, pela viabilidade da base extrativista local, principalmente aquela relacionada à exploração gomífera.

A observação de Ramos somente vem reafirmar tal entendimento, ao indicar que:

A valorização da borracha era um dos temas principais de Álvaro Maia e vai aparecer em sua obra literária e nas suas propostas políticas. Todavia, é interessante observar como ele se utiliza dessa temática para manter uma relação de ambiguidade com os setores dirigentes, pois, na medida em que ele defende o seringueiro, consegue construir uma relação de proximidade com as camadas mais baixas da

população, [...]. Por outro lado, importante ponto da sua retórica é a valorização do preço da borracha e a sobrevivência da economia extrativista como argumento conciliador junto às camadas dominantes; deste modo, ele soube manejar seu discurso no sentido de manter uma relação de harmonia e de dualidade (2010, p. 104).

Conforme exposto, Maia via, em seu discurso quanto à valorização do extrativismo, um ponto de inflexão com as elites amazonenses que, naquele momento, observavam os acontecimentos políticos com apreensão. Quando Getúlio Vargas assume, em 1930, alguns dos próprios Tenentistas percebem o cuidado em manter preservadas forças oligárquicas – principalmente as das elites paulistas do café.

Isso se devia, como notado por Cano, “por um surto de industrialização já estar ocorrendo em São Paulo ao longo do período de 1920 a 1928”, sendo que “tanto a nascente burguesia industrial quanto Vargas assimilaram a necessidade de ter o Estado como promotor e mesmos produtos da política de industrialização” (2012, p. 82-86). Ainda para Cano, “o lançamento das bases de industrialização pela qual o país passaria especialmente no período pós-guerra”.

Por outro lado, Rosa alerta-nos que “as elites, velhas e novas, rurais e urbanas, mercantis e produtivas, em sua maior parte, continuariam naqueles anos, pedindo a “volta ao passado”, ao “sossego” de uma classe trabalhadora reprimida, a um Estado poder, pouco importando se via PRPs, PDs ou PLs” (SANTA ROSA, 1976. p. 56-57).

Vimos então que, de certa forma, a proposta política de Álvaro Maia quanto aos problemas de retomada do vigor da economia amazonense através do fortalecimento dos preços da borracha, a médio prazo, iria ao encontro do incremento industrial, pela qual o viés econômico do Governo Provisório passaria a assumir nos anos posteriores a 1930.

O desalinho entre seu papel de liderança, nesse momento crítico e de tensão sob a sua interventoria, seria aproveitado no seio do próprio aparelho de funcionamento do Estado, atingido, em todas as esferas, pelos cortes tanto de custeio quanto dos próprios salários, incluindo a classe de professores – da qual o próprio Álvaro Maia fazia parte.

O momento mais tenso, porém, se deu em uma crise com o próprio poder judiciário, quando o Interventor do Amazonas resolve dissolver o Tribunal de Justiça, visando adequar o órgão com quadros mais alinhados com a proposta do novo regime político.

A magistratura, como alternativa, recorrendo diretamente a Vargas, conseguiu que, por meio de Juarez Távora, chegasse às mãos de Álvaro Maia a ordem de rever sua decisão, o que não foi atendido, num peculiar momento de divergência direta com as lideranças da Revolução de 1930. A recusa em rever sua posição acabou por levá-lo à exoneração do cargo

em julho de 1931, oito meses apenas do início de sua rápida, mas intensa interventoria (SANTOS, 1997, p. 90-91).

Maia, todavia, não seria um caso isolado. Observa-se que, entre os meses de julho e agosto de 1931, cinco interventores civis sob a jurisdição da Delegacia do Norte foram substituídos por militares (LOPES, 2014) – alguns considerados “interventores estrangeiros” por serem de outros Estados – o que nos sugere certa “reestruturação” quanto às interventorias da parte do governo central.

Ressaltamos que esse ato de renúncia poderia ser um dos componentes de influência para Vargas que, no mês seguinte, promulgaria o “Código de Interventores” a fim de estabelecer uma atuação mais uniforme dos limites administrativos e de autonomia dos mesmos.

Destarte ser um político novato no seio administrativo, sua saída demonstrou que, apesar dos poucos meses à frente do Executivo Estadual, já havia desenvolvido certa liderança política, conforme podemos conferir por Santos, que aponta que “apesar da exoneração, logo emergiu como uma liderança política” (SANTOS, 1997, p. 92). A autora salienta ainda o apoio recebido de segmentos do comércio, do funcionalismo e inúmeros prefeitos – formulados diretamente a Vargas – pela permanência de Maia na interventoria.

Segundo Maria Campelo Souza (1983, p. 88), porém, desentendimentos entre interventores e a elite local também são possíveis de serem identificados, mesmo por políticos mais habilidosos, como a crise enfrentada por Juracy Magalhães na Bahia ou no Estado do Espírito Santo, com Punaro Bley, “que não puderam ou não quiseram estabelecer com a elite local um razoável *modus vivend*”.

Apesar de sua exoneração, Álvaro Maia permaneceu envolvido nas questões políticas, mantendo-se no Rio de Janeiro na campanha de “reconstitucionalização do país”, voltando ao Amazonas para as eleições de 1933 (SANTOS, 1997, p. 94). Enquanto isso, o Amazonas entraria em um novo período de instabilidade no poder executivo, quando observamos que, entre novembro de 1930 e fevereiro de 1935, passaram pelo Palácio Rio Negro nada menos do que sete²⁶ interventorias, sendo apenas dois os civis – Waldemar Pedrosa e o próprio Álvaro Maia – enquanto os demais eram Tenentes ou Capitães, alguns exercendo suas funções em caráter provisório.

²⁶ A diferença entre o número de interventores apresentados por Pandolfi (1980) e Anísio Jobim (1957) decorre da consideração – ou não – de dois destes nomes, Waldemar Pedrosa e o Tenente Paulo Cordeiro de Melo terem permanecido no posto durante um exíguo tempo de interventoria. No caso do primeiro, quatro meses nomeado interinamente e o segundo dois meses incompletos.

Maia havia sido indicado diretamente por Vargas, mas deveria também perceber que o poder influente de Juarez Távora junto ao Governo Provisório mostrava-se crescente em relação aos assuntos da região Norte, necessitando com ele construir uma boa comunicação. Podemos ver essa preocupação na indicação do Capitão Francisco Távora ao importante cargo de Secretário da Polícia Civil e Militar do Amazonas. Ele, embora bastante alheio às especificidades da política local, visto ser cearense, era nada menos que irmão do próprio Juarez Távora.²⁷

Obviamente, como já abordado, Távora procurava influenciar o Governo Provisório em duas perspectivas: a de nomear o máximo de lideranças dos movimentos Tenentistas dos anos 1920 e de manter o controle sobre a então denominada Região Norte do Brasil.²⁸

Álvaro Maia, sendo um civil, destoava de tal perspectiva, a não ser por seu histórico e conhecido apoio à Rebelião de 1924 e aos demais pressupostos do Tenentismo. Pandolfi, porém, detecta ser inicialmente essa a vontade de Juarez Távora, para que “os militares assumissem cargos civis, em situação absolutamente excepcional” (PANDOLFI, 1980, p. 349).

Portanto, apesar de sua saída da Interventoria ter sido pressionada pela reação negativa de Álvaro Maia em rever sua posição frente à crise gerada entre ele e o Tribunal de Justiça do Amazonas, Juarez Távora, com a crescente preocupação das lideranças revolucionárias quanto à necessidade de controlar a situação de instabilidade na Região Norte, priorizaria a militarização das interventorias (SANTOS, 1997, p. 84-92).

Pandolfi lembra-nos que o “o sistema de interventorias assume no Norte características bastante específicas, [...] sendo o modelo almejado pelos tenentes e, particularmente, por todos os “revolucionários nortistas” (1980, p. 345-348). O modelo a que a autora se refere é

²⁷ A atuação de Juarez Távora, nos bastidores dos primeiros meses do Governo Provisório, tendo em vistas o fortalecimento de sua posição enquanto liderança da Região Norte fica bastante evidenciada pela agilidade, em 12 de dezembro de 1930 – portanto, menos de dois meses depois da vitória revolucionária – conseguir de Vargas a instituição via decreto da então “Delegacia do Norte” (PANDOLFI, 1980, p. 347).

²⁸ Marcusso (2014, p. 41) contribui com uma abordagem sobre as correntes que existem na historiografia relativas ao momento que o Tenentismo viria a chegar em seu auge e posterior decadência diante do Governo Provisório: “A escolha de ministérios e de governos estaduais é marcada pela tentativa de equilibrar as correntes antagônicas que outrora se uniram por um objetivo em comum. A primeira corrente defende que o movimento tenentista atingiu seu auge nos dois primeiros anos do governo provisório de Getúlio Vargas e conheceu seu declínio após a Revolução Constitucionalista de 1932. Tal corrente defende que no intervalo de 30 e 32 o tenentismo, ao figurar como força política forte perante a sociedade e fortalecida na sua posição de conservação do estado ditatorial, enquanto necessário para a organização nacional e rompendo com as estruturas e instituições compostas da República Velha, choca-se com as concepções oligárquicas de rápido restabelecimento constitucionalista e manutenção do Federalismo. [...] A Segunda corrente que tem como seu principal expoente Anita Leocádia Prestes, que através da formulação de uma tese bastante original inaugura uma nova perspectiva para o estudo do tema ao definir a Coluna Prestes como o momento de auge do movimento tenentista e a defecção de Luis Carlos Prestes como ponto inicial da crise tenentista”.

aquele em que os interventores teriam, pela falta de partidos políticos mais consolidados, o papel de serem “instrumento de controle e uma cunha do poder central em cada Estado”.

Parece-nos ser o caso amazonense um pouco peculiar pelo expressivo número de interventores que receberia durante o Governo Provisório, somente perdendo em números para o Rio Grande do Norte, conforme mostram os quadros abaixo:

Quadro 01 - Interventores no Período de 1931 a 1935

ESTADOS	PE	PA	CE	PB	BA	PI	SE	MA	AL	AM	RN
11											
No. de											
Interventores	01	01	02	02	03	03	03	04	04	05	06
34											

Fonte: PANDOLFI, 1980, p. 351.

Quadro 02 - Interventores no Amazonas: 1930 a 1935

Interventores	Início
Término	
Álvaro Botelho Maia 10/07/1931	20/11/1930
Tenente Emanuel de Moraes 05/08/1931	10/07/1931
Tenente Antônio Rogerio Coimbra * 10/10/1933	05/08/1931
Waldemar Pedrosa	14/06/1932
Capitão Nelson de Melo **	10/10/1933
Tenente Paulo Cordeiro de Melo 02/03/1934	06/01/1934
Capitão Nelson de Melo 19/02/1935	02/03/1934

Fonte: SANTOS, 1997, p. 94.

Com exceção de Álvaro Maia e Waldemar Pedrosa (este como secretário geral da interventoria, nomeado provisoriamente até a definição de outra indicação por Vargas), todos os demais eram originários de outros estados.²⁹

Os eventos desencadeados pela Revolução de 1930 possibilitariam a emergência de diversas lideranças públicas e intelectuais que enveredariam – alguns com sucesso, outros nem tanto – pelas treliças da política brasileira nas décadas que se sucederiam. Podemos incluir entre esses, militares, alguns pelos vínculos com as ideias dos movimentos Tenentistas; e outros que endossaram seu apoio à Revolução de 1930, por motivos diversos, como Góes de Monteiro, contrário aos levantes Tenentistas da década de 1920, que acabou aderindo, como já mencionamos, à marcha que empossaria Getúlio Vargas como Presidente de um Governo Provisório.

No caso do Amazonas, podemos apontar o Capitão Tenente da Marinha, Luiz Tirelli, como uma das personalidades que, provavelmente, mais expressaria esse trânsito não somente entre a política partidária e seus vínculos militares, mas também entre o meio sindical daquela primeira metade da década de 1930.

Nascido no Rio de Janeiro em 1883, Luiz Tirelli³⁰ já exercia funções como militar e liderança sindical ao participar da criação, em 1912, da primeira Federação Marítima do Brasil. Nessa mesma época, já se encontrava em serviço no Amazonas, onde alternaria com passagens no Rio Grande do Norte, Pará e provavelmente outros estados (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS/CPDOC, 2001, p. 3396)

Pode-se inferir que fora nessa época que constituíra laços familiares amazonenses, ao se casar com Florípedes de Freitas Tirelli, conforme nos aponta em alguns momentos sua convivência conjugal, ao, por exemplo, “homenagear a Madame Luiz Tirelli, pela passagem de seu aniversário.”³¹

Sua ligação ao movimento sindical seria, conforme veremos adiante, importante elo de identidade com futuros eleitores e parte importante da construção de seu discurso enquanto membro do futuro Partido Trabalhista Amazonense.

^{29*} Tenente Antonio Rogério Coimbra foi substituído interinamente pelo secretário geral, Waldemar Pedrosa.

^{**} Capitão Nelson de Melo foi substituído pelo Tenente Paulo Cordeiro de Melo a 4 de fevereiro de 1935.

³⁰ De maneira geral, encontramos nas fontes três formas utilizadas para escrever seu primeiro nome: **1ª. Luís** (TIRELLI, Luís. In: Fundação Getúlio Vargas/CPDOC - Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (1984) p. 3353. **2ª. Luiz** (COSTA, Maria das Graças Pinheiro (M.G.S.P.) O Direito à Educação no Amazonas (1933-1935). Tese de Doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: 2001. **3ª. Luiz** (Jornal Tribuna Popular, Manaus/AM edições 1 a 116 e Diário Oficial da União, 24/12/1924 p. 10). Utilizaremos a terceira terminologia, principalmente por constar na fonte do qual é mais citada, o Jornal Tribuna Popular.

³¹ A nota sobre o natalício de Eurípedes Freitas Tirelli incluiu uma imagem da senhora (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 29 ed. Manaus, 12 de nov. 1934).

Durante a Revolução de 1930, encontrava-se posicionado em Natal (RN), sob as ordens de Juarez Távora, defendendo a instalação da nova ordem política. Dali, passaria pelo Pará e, finalmente, firmar-se-ia em Manaus, quase até o fim da década, desempenhando a continuidade de seu trabalho junto à Federação dos Marítimos, da qual seria, por fim, presidente de honra (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS/CPDOC, 1984, p. 3396).

Antes de finalmente se estabelecer em Manaus, em 1931, Tirelli, em passagem por Belém (PA), filia-se ao Clube 3 de Outubro. O Clube 3 de Outubro, como observa José Augusto Drummond, “foi fundado em fevereiro de 1931, tinha sede no Rio de Janeiro e representações em alguns Estados. Pretendia ser um “núcleo de debates, condensação e defesa das ideias revolucionárias, à margem dos partidos políticos que haviam combatido ou ajudado à vitória da Revolução de 1930” (DRUMMOND, 1986, p. 224).

Quanto ao Clube 3 de Outubro no Amazonas, aqui denominado “Núcleo 3 de Outubro”, verifica-se, desde seu início, forte presença de lideranças políticas ligadas ao grupo político em torno de Álvaro Maia.

Isso confirma a indicação de Drummond, o qual afirma que “se pretendiam filiar apenas os elementos realmente identificados com os propósitos da Revolução de Outubro, civil e militar, mas sem a participação de massa. Funcionava como um grupo de pressão muito bem situado na hierarquia governamental entre 1931-1932, perdendo status oficial depois disso” (DRUMMOND, 1986, p. 224).

O “Núcleo 3 de Outubro” fora fundado no dia 25 de março de 1932, “tendo à frente Ruy da Gama e Silva, Manoel Severiano Nunes e Leopoldo Amarinda Silva Neves”, posteriormente todos membros do Partido Socialista Amazonense (PSA). A participação de membros do futuro PSA permite notar que a presença de Álvaro Maia e seu irmão Antônio Botelho Maia³² nesse Núcleo era concomitante com as pretensões de criação da sigla socialista em 1933, conforme veremos adiante.³³

Maria das Graças Pinheiro permite-nos afirmar essa hipótese, ao detectar que “a instalação do Partido Socialista Amazonense contou com a ajuda do Capitão-Tenente Rogério Coimbra – Interventor no Amazonas –, de lideranças políticas adeptas do tenentismo, incluindo integrantes do Núcleo 3 de Outubro, e demais simpatizantes da causa revolucionária” (COSTA, 2001, p. 131)

³² Em 1935, por exemplo, Antônio Maia encontrava-se vice-presidente do Núcleo, contando nesta época a mais de dois mil filiados. (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 65. ed. Manaus, 18 de jul. 1935).

³³ Quanto às circunstâncias que envolveram a criação do Partido Trabalhista Amazonense, será tema de abordagens no próximo capítulo (Ibid.).

Luiz Tirelli, ao que veremos, parecia estar determinado em constituir um espaço onde poderia desempenhar papéis decisórios na condução político-partidária. Isso é reforçado por dois fatores: por ser uma liderança nacional da Federação dos Marítimos³⁴ e, portanto, ter trânsito no meio sindical, e por tomar a decisão de apoiar a fundação do Partido Trabalhista Amazonense (PTA) no início de 1933.³⁵

Tal ponto de vista pode ser reforçado pela afirmação, segundo Costa (2001, p. 139), de que:

Luiz Tirelli, de raízes no movimento sindical dos marítimos, foi o principal organizador do partido. [...] insatisfeito com as decisões do Governo Provisório organiza o Partido com um número significativo de marítimos, portuários, de integrantes de outras categorias da classe trabalhadora, congregando também dissidentes liberais, republicanos e demais componentes da elite política amazonense [...].

Tirelli participaria ainda, em 1932, como assistente da flotilha que reprimiria os pontos de apoio em prol da Revolução Constitucionalista em São Paulo, situados na região entre o Amazonas e o Pará. Para Pandolfi (1980), apoiar a manutenção do Governo Provisório tinha características peculiares na Região Norte, onde “os revolucionários nortistas” percebiam que, somente através da centralização política, a revolução conseguiria se manter vitoriosa.

A Revolução de 1930, ainda sofrendo oposição de parte da oligarquia, em especial nos estados da região Sul, contabilizaria, em 1932, um clima de tensão que tornaria irrevogável a elaboração de uma nova Constituição ao país. A capacidade de atuar frente a esses desafios levaria ambos, Maia e Tirelli – nesse momento em posições opostas –, a preparar seus grupos políticos enquanto forças realmente capazes de participar ativamente do novo contexto.

1.3 Os partidos políticos do Amazonas perante os desdobramentos do Governo Provisório

A Composição político-partidária do Amazonas, após o estabelecimento do governo de Vargas, em 1930, caracterizar-se-ia pelo enfraquecimento dos partidos e forças políticas que eram relacionadas à “República Velha”. Em boa parte, isso se dava por um desgaste

³⁴ Especialmente no capítulo 3 deste trabalho, perceberemos a ligação de Luiz Tirelli com diversas organizações sindicais, mas sempre atuando mais ativamente no interesse ligado a esta Federação dos Marítimos. Ocorre que dela não conseguimos maiores informações, pois as entidades que, hoje, lhe sucederam não remetem nenhuma de suas origens àquela Federação.

³⁵ Registro dos partidos no TER/AM. (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO AMAZONAS. Manaus, 10 de out. 1934).

público, em especial das entidades e governantes que estiveram à frente dos estados nos últimos meses antes da “Revolução”.

Um caso particular, bem apropriado como análise quanto ao grau de desgaste que os antigos partidos políticos sofreram naquele início de década, pode ser observado no apoio do Partido Republicano do Amazonas (PRA) em defesa de Dorval Porto durante a Revolução Ginasiana, mencionada no tópico anterior.

A severa repressão que os estudantes, cujo pedido era a deposição do governador, sofreram pelas tropas governistas durante esse emblemático evento, recebeu veemente defesa das lideranças do PRA que, através de artigos na imprensa ligada ao Partido, afirmavam que, “no Amazonas, sob orientação da lúdima intuição republicana do Sr. Presidente Dorval Porto, continua e continuará inalterada a vida normal” (JORNAL ESTADO DO AMAZONAS, 1930). Em outra edição, 08 de outubro de 1930, o mesmo periódico relatava “o Amazonas solidário com seu governo”.

O fato é que os partidos que se revezaram na política amazonense, desde o início do século até a década de 1930, passariam pelo mesmo processo de desgaste, mesmo porque possuíam, como nos lembra Miriam Ruas, uma composição homogênea, “apresentado o predomínio com representatividade e expressão a nível estadual [...] sendo que a ausência de Partidos Políticos de abrangência nacional e com uma organização ideológica definida foi quase uma constante neste período” (1986, p. 13).

Cabe-nos, neste ponto, exercer uma breve apresentação dessas agremiações e suas principais características, começando pelo próprio Partido Republicano Amazonense (PRA).

Não encontramos a data de sua fundação, embora, para Regina Márcia de Jesus (1978 p. 79), o Partido Republicano do Amazonas tivesse raízes na Província do Amazonas, no Clube Republicano do Amazonas.

Sabemos que abrigou, entre seus correligionários, parte da elite política que atuou em cargos como Presidente de Estado, deputados e senadores pelo Amazonas naquela década de 1920, tais como César do Rego Monteiro, Ephigênio Salles, Antônio Nogueira e o próprio Dorval Porto (FIGUEIRA, 2011, p. 71). O jornal criado para divulgar seus atos e propostas políticas foi o Jornal “A Imprensa”, que iniciou suas atividades em 1916, sem data definida de término, embora se sugira que ainda na década de 1920 (SANTOS et al., 1990, p. 112). Mesmo continuando existindo após 1930, veremos, adiante, sua atuação ter um peso político bem menor nas eleições de 1933 e 1934.

Outro partido que se destacou no período foi a União Republicana Amazonense (URA), capitaneada por Silvério Nery e seu irmão Constantino Nery, ambos governadores no

início dos anos 1900. A forte influência dos Nery, de certa forma, afastava o surgimento de lideranças mais significativas, das quais destacamos, de forma mais proeminente, Luiz Wortingen Ferreira³⁶.

Chama a atenção o atuante jornal “*A Reação*”, órgão de divulgação das ações daquele grupo político.³⁷ Figueira salienta que “o jornal *A Reação* deixava claro o projeto do diretório da União Republicana Amazonense, sendo um órgão a mais de opção ao eleitorado, que aparentemente se mostrava novo diante dos outros dois matutinos – a *Imprensa* e *O Amazonas* – porém mostrava-se experiente, pois tinha líderes importantes e seu discurso era ofensivo ao governo de Bacelar” (2011, p. 74).

Nas fontes consultadas, não encontramos informações sobre o fim da União Republicana do Amazonas, a não ser uma interessante observação de Maria Pinheiro de que “Silvério Nery havia participado durante certo tempo do Partido Trabalhista Amazonense” (COSTA, 2001, p. 89), denotando o fim da agremiação naquele início da década de 1930.

Por fim, verificamos uma forte atuação na política amazonense nos anos anteriores a 1930 do Partido Republicano Liberal (PRL). Segundo Regina Lima (1978, p. 79), o PRL teria se originado a partir do Grêmio Liberal do Amazonas, com origens no período provincial.

Parece ter se reorganizado por volta de 1908, sob a coordenação do então candidato a governador do Amazonas – e posteriormente eleito – Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt (1808-1913). O partido ainda concorreria com o candidato Thaumartugo de Azevedo à governança do Estado em 1916, sendo, porém, derrotado.

Até então, o PRL tinha como principal meio de comunicação o Jornal “*O Amazonas*”³⁸. Posteriormente, com o partido sob o comando do coronel Guerreiro Antony, a função de “órgão de divulgação do PRL” passou para o periódico “*O Liberal*”, cujas atividades acredita-se terem sido encerradas por volta de 1916, deixando novamente “*O Amazonas*” como divulgador do PLR (SANTOS, Francisco et al., p. 132).

³⁶ Fora juiz de Direito, alheio às lutas partidárias, conseguiu o apoio da representação federal do Amazonas (Monteiro de Souza, Antônio Nogueira, Efigênio Salles, Dorval Porto, deputados federais; e dos senadores Silvério Nery e Lopes Gonçalves) na sua candidatura a governador para o quadriênio 1921-1924[...] (SANTOS, 1990, p. 47).

³⁷ Jornal *A Reação* (1920-?). Tinha como subtítulo: “Dentro da lei representamos o direito, queremos a liberdade. Todos unidos, a força nos conduzia à vitória!”. Diretores do jornal: Dr. Francisco Gomes de Oliveira e Dr. Elviro Dantas Cavalcante. Gerente: Anselmo Chaves JORNAL A REAÇÃO, Manaus: de abril de 1933.

³⁸ Jornal que circulou em Manaus pela primeira vez em 9 de julho de 1866, sendo o 8º a circular nesta cidade em substituição ao *Estrela do Amazonas*. A partir do número 6, de 10 de agosto de 1866, passou a ser publicado com o nome de *Amazonas*. Em primeiro de janeiro de 1873, começa a ser publicado diariamente recebendo o nome de *Diário do Amazonas* e só a partir de 1914 passou a ser denominado de *Amazonas* – órgão do Partido Republicano Liberal. Caracterizou-se por uma postura crítica à política local, fazendo oposição em 1913 às facções, Nery e Pedrosa. Encerraria suas atividades em 1921 (SANTOS, 2.ed. revisada, 1990, p. 35).

Não conseguindo alcançar a cadeira de governador, o partido teria um papel mais contundente na oposição aos governos dos anos 1920, não ultrapassando sua existência o fim daquela década.

Quanto à configuração partidária apresentada entre as décadas de 1910 e 1920, Figueira aponta que, “no período que vai de 1910 até 1924, há um acirramento entre as facções políticas lideradas por Silvério Nery, Antônio Bittencourt, Jonathas Pedrosa, Guerreiro Antony e Pedro Bacelar [...], essas três facções – Nery, Antony e Bacelar – vão ditar as ordens da sucessão governamental ao longo de 1920” (FIGUEIRA, 2001, p. 44-45).

Percorrer, mesmo que brevemente, a trajetória desses partidos e suas lideranças, naquelas décadas, permite-nos perceber a existência de um processo visceral de concorrência pela hegemonia política local entre a maior parte da elite oligárquica amazonense, sem que nenhum deles tenha alcançado tal objetivo.

Ao contrário, como já inferimos anteriormente, seria uma época de desgaste público daquela geração oligárquica, que levaria os cofres do Estado a uma situação pré-falimentar, notoriamente acentuada em fins de 1929.

Cabe aqui apontar que esse enfraquecimento das antigas lideranças regionais também contava como parte da estratégia de Juarez Távora para com a região Norte. Se, anteriormente, este defendera que a presença militar entre os interventores deveria seguir condições bastante específicas, agora nos parece que sua tese havia sido reavaliada (PANDOLFI, 1980, p. 348).

Isso significava, no caso, sem vinculação a partidos políticos, pois “dificilmente um homem de partido teria coragem ou habilidade de realizar, sem se incompatibilizar com seus próprios partidários [...]” (PANDOLFI, 1980, p. 346).

Não à toa que presenciáramos, dali em diante e até o fim do Governo Provisório em 1935, interventores de perfil militar à frente do executivo estadual, portanto, mais próximos da interferência de Távora.

Por outro lado, logo se perceberia que o cargo de interventor iria requerer bem mais de seus postulantes, como nos demonstrou a meteórica passagem do próprio Álvaro Maia, a qual durou apenas meses à frente do executivo. De fato, como nos lembra Souza, “as Interventorias não tinham como pretensão interferir com os pilares econômicos do poder político nos Estados, não obstante, enfraquecia as antigas situações, na medida em que o interventor, embora ligado à elite estadual, não devia a ela sua permanência” (1983, p. 88).

A falta de habilidade de negociação e a opção por embates diretos com as antigas oligarquias, porém, poderiam custar para o interventor seu cargo. E Maia não foi um caso isolado, como já exemplificado quanto a Juraci Magalhães na Bahia, por exemplo.

Se não tivemos na região um movimento de revolta tão longo e generalizado quanto os deflagrados no sul do país, também não podemos considerar que houve uma apatia quanto aos rumos que o governo interino de Vargas tomava.

Exemplo disso foi apontado por Anísio Jobim, quando lembra que, após tomarem a estratégica fortaleza de Óbidos (PA) e tendo alcançado Parintins e Itacoatiara já no Amazonas, os revoltosos ameaçaram desde sua embarcação bombardear a cidade (JOBIM, 1957, p. 218-219). O fato, porém, não passou de ameaça, após a chegada de tropas federais, no episódio conhecido como “Batalha Naval de Itacoatiara”, com o afundamento do navio “Jaguaribe”.³⁹

Mesmo tendo os paulistas e aliados sofrido uma derrota nos campos de batalha, moralmente Getúlio Vargas sofreria pressões cada vez maiores para atender o principal motivo alegado pelo movimento: a retomada de uma normalidade Constitucional para com a nação, o que, em tese, começaria pela organização de uma nova Constituição.

Partindo dessa conjuntura, o Governo Provisório procurou reforçar as bases de apoio político que poderiam promover ou diminuir as reivindicações regionais, afinal “o momento era de transição, de rearranjos de forças, e o norte tenta articular-se para melhor aproveitar o espaço criado” (PANDOLFI, 1980, p. 357).

O quadro político amazonense, portanto, assistiria a um interessante momento de reorganização das forças políticas em grupos que tivessem condições de participar oficialmente da construção da futura Constituinte Federal através de Partidos Políticos, já existentes ou que fossem criados.

1.4 As eleições de 1933 e o processo de reorganização político-partidária no Amazonas

As especificidades da política pós-1930 na região Norte e a preocupação dos interventores quanto a atuarem conjuntamente no âmbito federal, em demandas que possuíam em comum, foram condições relevantes para a criação, em 1931, de um “Bloco do Norte”.

³⁹ Diversos pesquisadores da região de Itacoatiara (Am) produziram obras mais recentes sobre o episódio conhecido com Batalha Naval de Itacoatiara. Cf. OLIVEIRA, Walter Pinto de. **1932: A revolução constitucionalista no baixo Amazonas**. Belém: 2013; Edit. Paka-Tatu Contexto, revolta e produção do silêncio dentre as quais atentamos para **Batalha Naval de Itacoatiara**, de Sylvania Aranha.

Apesar de não se constituir de um caráter institucional, Pandolfi aponta que sua função era concentrar forças para o enfrentamento, junto a Vargas, com o Centro-Sul: “os interventores do Norte, conscientes de suas limitações, percebiam que somente com o regime de exceção conseguiriam evitar a experiência política anterior” (1980, p. 343).

A renúncia de Álvaro Maia e sua transferência para o Rio de Janeiro, em 1931, ao contrário de abrir a possibilidade para o surgimento de novas lideranças à frente do Executivo Estadual, revelou um reflexo da instabilidade política local, ao lembrarmos dos cinco interventores que passaram pelo cargo até 1935.

Em seu trabalho sobre a interventoria de Magalhães Barata no Estado do Pará, Edilza Fontes aponta relevantes contribuições quanto à cultura política em formação naquele período na região:

Revolução, militares dirigentes, Estado forte, desprezo aos partidos, e noção depreciativa do povo brasileiro e de sua capacidade de dirigir o país fazem parte dessa cultura política...*observa-se uma cultura política em construção* que enfrenta disputas políticas locais, onde vários grupos querem o controle do aparelho do Estado para consolidar-se e efetivar suas práticas (2013, p. 9, grifo nosso).

O que precisa ser levado em conta nessa cultura política em construção também são as interferências tenentistas presentes no processo.

Para Lopes, a primeira metade da década de 1930 teria duas etapas: uma, em que, inicialmente, os interventores da região Norte foram propositalmente escolhidos entre destacadas lideranças locais, reconhecidas por sua oposição aos governos anteriores à Revolução de 1930 e, posteriormente, sob a organização de Juarez Távora, a preferência por interventores mais vinculados aos tenentes:

Nesse segundo momento de nomeação para as Interventorias nortistas, alguns padrões se alteraram. Quanto à naturalidade, houve uma mudança significativa: se a escolha dos primeiros interventores dos estados do Norte foi marcada pela preferência de revolucionários nortistas dos próprios estados, no segundo momento, poucos interventores passaram a governar os estados onde nasceram ou tiveram atuação político-militar. Assim, em novembro de 1931, os estados de Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Espírito Santo, Piauí e Rio Grande do Norte, oito ao todo, estavam sendo governados por interventores nascidos em outros estados. [...] Ou seja, em três meses o processo de militarização das Interventorias nortistas estava completo, com todos os interventores do Norte militares, exceto Acre, Paraíba e Pernambuco (2011, p. 4-6).

Segundo Pandolfi (1980, p. 346), existiam três qualidades desejáveis a um Interventor na região Norte: “ser politicamente neutro, estrangeiro e militar”. Enquanto a “neutralidade”

esperada de um interventor referia-se à política do local em que atuaria, ser estrangeiro significava ter origens de fora do estado, garantindo uma posição afastada das lideranças locais.⁴⁰

No Amazonas, Rogério Coimbra – substituto de Maia - atendia a esses requisitos, pois, além de ser um jovem oficial, estava ali sob às ordens de Juarez Távora.⁴¹ Novamente vale ressaltar que essa “neutralidade” do Interventor devia ser observada apenas em questões tipicamente locais, enquanto que temas nacionais eram passíveis de sofrerem intervenção e tomada de posições do dirigente local.

Lembremos que Rogério Coimbra assumira seu cargo em plena revolta armada dos paulistas contra o governo Provisório de Vargas, na então chamada “Revolução Constitucionalista de 1932”, ou “Movimento de 32”⁴², um momento deveras delicado para qualquer um assumir a tarefa da interventoria.

Essa preocupação poderia ter sido reforçada pela lembrança de que a Revolução Constitucionalista de 32 promovera, no caso paulista, a ativação de laços de antigos opositores da oligarquia paulista da década de 1920, o Partido Democrático (PD) e o Partido Republicano Paulista (PRP) (FAUSTO, 2013, p. 95).

Levando em conta que Getúlio Vargas havia anunciado, em 12 de junho de 1932, estarem prontas todas as estruturas eleitorais para a convocação das eleições para maio do ano seguinte (GOMES, 2007, p. 35), podemos inferir que o tempo exíguo para a formação de partidos políticos, seria um desafio aos interventores nortistas.

Fausto aponta ainda que a convulsão provocada pela revolta paulista iria iniciar, a partir de 1932, um enfraquecimento de lideranças Tenentistas presente no Governo Provisório (2013, p. 94-45), acusadas por empastelar o jornal *Diário Carioca*, apoiador da causa

⁴⁰ Certamente encontramos “exceções” quanto no cumprimento deste perfil, como, por exemplo, no caso do interventor Magalhães Barata, do Pará, militar, mas natural da região (LOPES, Op. Cit, p. 4-6).

⁴¹ Sugerimos que Juarez Távora, por estes motivos, tenha mantido no Estado como apoio para Rogerio Coimbra, seu irmão, Capitão Francisco Távora, desde 1930, nomeado por Álvaro Maia chefe da Polícia Civil e Militar. Porém, as fontes de acesso não permitiram tirar esta conclusão, além do que - Santos (1997, p. 86) - já nos informara.

⁴² Movimento militar, liderado pela Frente Única Paulista, contrário ao governo provisório federal instituído com a Revolução de 1930, liderado por Getúlio Vargas. Entre as principais reivindicações do movimento estão a autonomia política para o estado de São Paulo, a nomeação de um interventor paulista e civil para o estado e a criação de uma nova Constituição Federal. Apesar de ter suas reivindicações atendidas, incluindo a previsão de uma Assembleia Constituinte para 1933, a FUP liderou um levante armado contra o governo provisório, em julho de 1932, tendo em vista recuperar o controle do governo federal (perdido com a Revolução de 1930). Terminaria em outubro daquele ano, com a derrota paulista frente às tropas federais. Maria Helena Capelato (1981, p. 11-30), chancela também a perspectiva de que o conflito representava no projeto dos liberais paulistas o progresso e a superação do atraso adviriam da autonomia e livre iniciativa dos Estados. No projeto do Governo Provisório privilegiava-se o papel do Estado como elemento impulsionador do progresso, e por essa razão defendia a centralização do poder.

constitucionalista na capital federal. Também é possível detectar que, a partir daquele ano, o Clube 3 de Outubro iniciaria um processo de desgaste junto à esfera federal.

Nota-se isso quando, em fevereiro de 1932, com a finalidade de organizar o difuso pensamento e propostas tenentistas, surge o *Esboço Revolucionário de Reconstrução Política e Social do Brasil*. Esse documento, uma espécie de manifesto, externava publicamente muitas intencionalidades do grupo que, por outro lado, afrontava-o com medidas do Governo Provisório. Um exemplo do distanciamento presente no *Esboço* referia-se à defesa da extensão dos direitos trabalhistas ao meio rural, contrariando Vargas que, naquele momento, preocupava-se em atender, com suas medidas, apenas o operariado urbano (VIVIANE, 2009, p. 166-170).

Para alguns tenentes, o entendimento de que “a Constituinte seria um equívoco, porque a base de poder local, os latifúndios, tinham sido intocados pela Revolução” (VIVIANE, p. 172), aprofundava ainda mais os distanciamentos de Vargas.

Tais desdobramentos, vistos a partir de 1931, mostram que as eleições de 1933 fariam os tenentes reverem o desejo de formação de um partido nacional em troca de tentarem manter o apoio aos Interventores que lhes eram fiéis, principalmente na região Norte do país, como nos confirma Dulce Pandolfi:

A ideia de construção de um partido nacional, apesar de não ser abandonada, sofre reformulações substanciais com o desenrolar dos acontecimentos, e nova tática passa a ser adotada: cada interventor deveria concentrar todos os esforços na criação de uma organização partidária a nível estadual. Em outras palavras, em cada um dos estados da federação as forças Revolucionárias deveriam aglutinar-se em torno de um partido capitaneado pelo interventor federal (1980, p. 365).

A tentativa, porém, para a manutenção de um discurso minimamente coeso entre as lideranças civis e militares de alguma forma ligadas ao Tenentismo, buscaria ser mantida, como vemos, pelo surgimento da União Cívica Nacional (UCN).

Essa espécie de fórum político seria organizada pelas forças tenentistas após a realização do “Acordo Revolucionário” em fevereiro de 1933 – uma reunião na qual o interventor Rogério Coimbra havia marcado presença. Este tinha por objetivo congregar as correntes estaduais fiéis ao Governo Provisório de Getúlio Vargas e estabelecer uma linha de atuação comum na Assembleia Nacional Constituinte a ser eleita em 3 de maio de 1933. Apesar de contar com o apoio de diversos outros interventores e de Juarez Távora, essa agremiação, porém, não apresentava uma liderança nacional, tampouco uma organização

administrativa centralizada, acabando sendo restrita à região Norte (COSTA, 2001, p. 131,132).

Essa eleição, portanto, avulta-se como importante evento para este trabalho, pois nos permite perceber mais claramente o rearranjo das forças políticas locais em torno de partidos e propostas que espelhavam a própria realidade nacional dada em grupos mais polarizados.

Indo além, poderemos perceber tanto nos arranjos entre as agremiações, quanto em propostas e discursos defendidos por parte de seus integrantes, uma tentativa de buscar constituir uma proximidade com o Trabalhismo, mesmo no estado embrionário em que se encontrava ainda naquela primeira metade dos anos 1930.

Veremos, de agora em diante, o surgimento de algumas das forças políticas que dominariam a cena política amazonense até o fim do Estado Novo, sendo que, nesse momento, estarão agrupadas em sua maioria, em duas agremiações: o Partido Socialista Amazonense (PSA) e o Partido Trabalhista Amazonense (PTA), ligados às figuras já tratadas anteriormente.

Tais agremiações, durante certo tempo, caminharam de forma paralela. Em certos momentos, com maior ou menor grau de atrito e tensões provocadas pelos sucessivos pleitos, conforme veremos adiante.

Os fatos que veremos logo adiante, porém, não impediriam assistirmos à união de suas lideranças, resultando na convergência em torno de uma plataforma voltada aos temas relacionados ao Trabalhismo presente no Amazonas.

1.4.1 O Partido Socialista Amazonense e as eleições de 33

A constituição do Partido Socialista Amazonense seria o resultado de uma articulação costurada por um processo – como vimos – iniciado ainda em 1932, a nível nacional, junto à União Cívica Nacional (UCN) e, dentro do Amazonas, capitaneada por lideranças ligadas a Álvaro Maia e ao interventor Rogério Coimbra.

O Manifesto da União Cívica Amazonense, de abril de 1933, afirmava os seguintes princípios:

O programa da União Cívica abrange e consubstancia todas as teses necessárias à unidade nacional; à autonomia dos Estados e dos Municípios; adota o voto secreto proporcional; amplia os direitos das classes trabalhistas; pugna pela justiça especial para dirimir questões entre patrões e operários; determina leis de assistência social e unidade de processo na organização judiciária; estabelece a liberdade de culto. [...]

Promover e incentivar a imigração e transplantação de elementos nacionais; procurar protege e incentivar a indústria dos principais produtos da Amazônia; criar novas fontes de renda para equilíbrio do orçamento do Estado [...] (JORNAL DO COMMERCIO, abr. 1933).

Vemos, portanto, que a União Cívica atrelava, em seu conteúdo programático, aspirações que, mais tarde, veremos se traduzirem nas propostas de alguns dos partidos políticos mais relevantes no processo eleitoral amazonense, como: o voto secreto, a ampliação dos direitos trabalhistas ou mesmo a importância da Justiça do Trabalho como mediadora de conflitos.

Também se percebe, nesse momento, que o Interventor Rogério Coimbra, utilizou-se da UCA como plataforma para atender aos interesses que permearam o aparecimento dela a nível nacional. Segundo Costa (2001, p. 134), a União Cívica Nacional era uma consequência direta da preocupação de Vargas e de Juarez Távora, priorizando nomes de maior confiabilidade e lealdade ao governo central e, portanto, de orientação marcadamente centralista em relação ao Governo Provisório.

Apesar de Coimbra ter conseguido significativo comparecimento para a reunião – por ele convocada – de representantes da Liga Eleitoral Católica (LEC)⁴³, do Núcleo 3 de Outubro e dos Partidos Socialista e Trabalhista, esta não logrou unanimidade quanto à proposta de se inserirem numa ampla coligação para as eleições de 1933 (JORNAL DO COMMERCIO, 18 de abr. 1933).

Resultou dessas tratativas apenas a confirmação de que participariam da União Cívica Amazonense (braço da UCN no Estado) o Partido Socialista Amazonense (PSA) e a Liga Eleitoral Católica. A Liga Eleitoral Católica (LEC), segundo Moacir Júnior, tinha como seu objetivo, naquele momento, “apresentar aos candidatos dos vários partidos um conjunto de exigências, denominadas reivindicações mínimas, para que se comprometessem a agir como católicos no Parlamento” (ALENCAR JUNIOR, 2014, p. 48). No Amazonas, seu surgimento deu-se formalmente ainda no início de 1933 (DIÁRIO OFFICIAL DO ESTADO DO AMAZONAS, mar. 1933).

Quanto ao PSA, havia sido registrado junto ao Tribunal Eleitoral, em 05 de abril de 1933, embora sua organização, enquanto entidade, seja mencionada ainda em 1932, feita por Leopoldo Tavares da Cunha Melo.⁴⁴ Suas informações bibliográficas mostram-se escassas, mas sabemos que, sob a legenda da União Cívica Amazonense, o Partido Socialista concorreu

⁴³ Sobre a Liga Eleitoral Católica, suas origens, objetivos e atuação política, será um tema tratado mais adiante.

⁴⁴ Registro dos partidos no TRE/AM. (DIÁRIO OFFICIAL DO ESTADO DO AMAZONAS. Manaus, 10 de out. 1934).

às eleições para a Constituinte, elegendo três representantes: Leopoldo Tavares da Cunha Melo⁴⁵, Álvaro Botelho Maia e Alfredo Augusto da Mata⁴⁶.

Destacamos ainda a participação do PSA junto ao Congresso Revolucionário do Norte, promovido pela União Cívica Nacional, em Recife, em abril de 1932. Posteriormente, seria extinto junto com os demais partidos políticos do país pelo Decreto nº 37, de 2 de dezembro de 1937, com a instalação do Estado Novo.⁴⁷

Analisando o processo que levará ao surgimento de inúmeros partidos políticos no Brasil durante esse período, Chacon menciona que “o Partido Socialista ressurgira em 1932, descentralizado em diversas agremiações, algumas com denominações bastante interessantes, como o “Partido Socialista Radical” no Maranhão, ou “Liberal Socialista de São Paulo” (CHACON, 1981, p. 145).

Quanto ao uso da terminologia “socialista” por tais partidos nesse período, Chacon observa que:

Sua definição de “socialismo” se apresentava mais ampla, senão vaga: o interesse da coletividade sobreposto aos interesses dos indivíduos; todo poder emanado da vontade dos cidadãos, encarados, sem distinção de qualquer espécie, como células da sociedade política e como elementos componentes de todas as classes profissionais que a integram [...] Dois ou três caminhos—sindicalização e representação corporativa classista rumo ao cooperativismo – são apresentados como solução socialista (1981, p. 148).

Portanto, denota-se que, nessa época, o caminho natural para algumas dessas agremiações seria se vincular, em seus Estados, às organizações de trabalhadores. No

⁴⁵ *Leopoldo Tavares da Cunha Melo* nasceu no município de Cabo (PE), no dia 10 de dezembro de 1891, filho do desembargador José Tavares da Cunha Melo, da magistratura do estado do Amazonas, e de Maria da Conceição Gusmão Tavares. Após formar-se em direito, parte para Manaus (AM), onde se apresentaria ao governador da época, Coronel Bittencout, trazendo consigo uma carta de recomendação de seu pai e do general Lauro Sodré, governador do Pará. Logo manteria seus primeiros contatos com a população do interior do Amazonas, enviado para resolver problemas jurídicos na Comarca de Boca do Acre. A partir de 1921, participou da campanha de oposição ao governador do Amazonas, César do Rego Monteiro (1921-1924). [...] Cunha Melo foi um dos fundadores do Partido Socialista do Amazonas, que aderiu à União Cívica Nacional (UCN). No Partido, concorreu ao pleito de 1933 para deputado para a constituinte Nacional, e a senador em 1934, sendo vitorioso em ambas eleições. [...] (BITTENCOUT, 1969, p. 180).

⁴⁶ Alfredo Augusto da Matta, nascido em Salvador (Bahia), a 18 de março de 1870. Ingressou na Escola de Medicina da Bahia concluindo seus estudos em 8 de dezembro de 1889. Especializou-se em Medicina Profilática e em Dermatologia. Um ano depois de sua formatura fixou residência em Manaus, onde foi médico atuante na sociedade, tendo em 1908, extinguido o Anofelis (mosquito da dengue e das febres paludosas) de Manaus. Na legenda da União Cívica Amazonense, Alfredo da Mata foi um dos quatro candidatos a deputado, eleitos no estado. Participou dos trabalhos constituintes [...] em 1935, foi eleito senador pela Assembleia Constituinte do Amazonas, exercendo o mandato até novembro de 1937, quando, com o advento do Estado Novo (1937-1945), foram suprimidos todos os órgãos legislativos do país. Não voltou a exercer cargos legislativos. Cf. *Ibid.*, p 54-56; MATTA, 1922, p. 67-83.

⁴⁷ Partido Socialista Amazonense (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS/CPDOC, 2001. p. 2631).

Amazonas, como veremos mais adiante, esse processo seria desencadeado na convergência entre socialistas e trabalhistas no campo político-partidário.

1.4.2 O Partido Trabalhista Amazonense e a busca por uma identidade

Começamos a perceber que as eleições marcadas por Vargas para maio de 1933 manteriam mais agitado o clima político regional, por si mesmo movimentado pelos desdobramentos já mencionados da repercussão no norte da Rebelião Paulista de 32. Porém, convém fazermos uma ressalva de que o processo de início para retomada de uma normalidade constitucional envolveria uma eleição bastante diferente de como ocorre em nossos dias. Precisamos trazer à memória que um dos destaques quanto a isso era o número reduzido de cidadãos aptos para exercerem o voto. No Amazonas, teríamos, nessa condição, exatos 4.380 eleitores, o que não chegava nem a 1% da população da época estimada em quase quinhentos mil habitantes.⁴⁸

Somente por essa informação, podemos identificar um processo eleitoral que, obviamente, preocupava-se com o convencimento de eleitores, mas que estaria também concentrado na formação de partidos aptos a concorrerem por terem seus registros devidamente aceitos pelo Tribunal Eleitoral. Isso nos leva a entender a frenética busca, nos meses que antecederam ao pleito, pela criação de novas agremiações ou mesmo a reativação de Partidos anteriores a 1930.

Se, por um lado, o Partido Socialista Amazonense (PSA) nascia sob o importante apoio da União Cívica Nacional, do interventor Rogério Coimbra, outras lideranças que apoiavam Getúlio Vargas buscaram outros caminhos.

É nesse contexto que se insere a criação do Partido Trabalhista Amazonense (PTA), registrado junto ao Tribunal Eleitoral em 02 de fevereiro de 1933, portanto, com dois meses de antecedência em relação ao PSA (DIÁRIO OFFICIAL DO AMAZONAS, 10 de out. 1934, p. 12).

Esse partido teria sido criado sob a liderança do almirante de fragata Luiz Tirelli que, como já mencionado, possuía raízes imbricadas no movimento sindical dos marítimos. Veremos, no transcorrer da trajetória do PTA, que Tirelli seria um importante elo entre a agremiação e as diversas categorias sindicais de Manaus, embora também seja mencionado que outros fundadores do PTA, como Vivaldo de Palma Lima, “tinham grande influência

⁴⁸ Cf. Instituto Nacional de Estatística – Anuário Estatístico do Brasil – Ano II, 1936.

junto ao operariado, com sua residência sempre cheia deles” (BITENCOURT, 1969, p. 438); ou ainda Francisco Caetano de Andrade, que era presidente do Sindicato dos Cigarreiros e, posteriormente, um dos fundadores da Federação Trabalhista do Amazonas em 1934 (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 04 de jun. 1934).

A decisão pela criação do PTA chama-nos à atenção pela confirmação da falta de coesão do grupo vinculado ao Núcleo 3 de Outubro, do qual, como sabemos, fazia parte Luiz Tirelli.

Embora não possamos comprovar que ele tenha sido convidado para compor o PSA, sua ligação com o Núcleo infere tal possibilidade, ao lembrarmos o convite feito pela UCA aos membros deste para a reunião – já comentada - promovida no início de 1933.

Fato é que a trajetória política e profissional de Luiz Tirelli havia sido, em boa parte, diferente das lideranças do PSA, composta por amazonenses civis e de perfis aproximados a famílias tradicionais da região, como demonstrou ser Álvaro Maia, por exemplo.

A escolha pelo nome “Trabalhista” pode demonstrar a preocupação de identificar Tirelli, Vivaldo Lima e outros fundadores ao meio operário com os quais – como já mencionado – estavam ligados. Também seria apropriado pelo momento em que o país vivia, com a criação do Ministério do Trabalho (1931) e toda pauta que se passara a construir em torno dos problemas enfrentados pelos trabalhadores, produzindo um debate bastante difuso.

Ângela de Castro Gomes lembra-nos que, “em 1924, chegou-se a criar um Partido Trabalhista Brasileiro, cujo programa incorporava várias reivindicações do sindicalismo cooperativista. Seus candidatos, contudo, perderam as eleições; e o partido entrou em total recesso” (2005, p. 155).

Obviamente que o entendimento sobre o Trabalhismo e sua composição programática, em boa parte da década de 30, precisa ser observado como algo ainda em formação, passando por constantes reajustes, adaptações e mesmo recuos estratégicos, tanto da parte dos sindicatos quanto do governo.

Adalberto Paranhos contribuiu com essa perspectiva quando observa que, antes de 1935, a “fala do Estado” ainda não estava plenamente sobreposta à do operariado organizado, sendo um dos fatores que impediam a implementação de diversas leis trabalhistas; assim, o Trabalhismo como componente ideológico somente será acionado “como braço potencialmente mobilizador da ideologia de Estado” em duas etapas: quando se abre o Estado Novo, em 1937, vindo a consolidar-se de fato a partir de 1942 (2007, p. 35, 115).

O Amazonas da década de 1930, podemos dizer que já se encontrava avançado quanto à existência de um universo de trabalhadores urbanos, concentrados, principalmente, na

capital Manaus. Na verdade, existem trabalhos produzidos na região que fizeram um acompanhamento do cotidiano desses trabalhadores bem antes disso, ainda na passagem do século XIX para o XX. É o caso de Maria Luíza Pinheiro (2015) que, em persistente pesquisa baseada na imprensa da época, pode perceber “uma insistente presença de greves de trabalhadores (cocheiros, catraieiros, estivadores, carroceiros, peixeiros, condutores etc.) que apareciam nos jornais. Toda a pesquisa estava fortemente calcada na exploração das contradições do universo do trabalho urbano”.

Ressaltamos a existência de um profícuo debate na imprensa operária da época. Um exemplo é notado pela pesquisadora no estudo do jornal *A Lucta Social*, onde eram abordados temas como “O Saliariado”, “A Lucta de Classes”, “A Greve”, “Os Sindicatos Operários”, “Liberdade”, “A Aurora Proletária”. Segundo Pinheiro, tais temas mantêm uma sequência lógica, indo da explicação da estrutura e dinâmica das sociedades, passando pela identificação dos conflitos de classe e formas de organização do trabalho, até a explicação da consciência de classe do operariado, a ampliação das suas lutas e a necessária transformação revolucionária da sociedade (1999. p. 157-158).

Do mesmo modo, Luciano Teles salienta que, mesmo diante de um recrudescimento econômico provocado pela queda nos preços do látex, Manaus ainda continuaria a contar com significativa atividade de trabalhadores operários, o que se evidencia através do periódico *Vida Operária* que “percebe a continuidade de um processo de conscientização, mobilização e luta. Por meio de suas páginas, pode-se conferir uma proposta de ação política, denúncias, demandas, obstáculos presentes no processo organizacional das classes, [...] e outras tantas questões advindas do universo do trabalho e da vida operária” (TELLES, 2008, p. 159).

Dessa forma, nota-se que, embora fosse uma sigla recentemente criada, a direção do Partido Trabalhista Amazonense (PTA) percebe uma possibilidade de construir, através dos trabalhadores urbanos – especialmente de Manaus – uma base de apoio à sua plataforma política para as eleições legislativas de 1933.

Isso pode ser verificado por boa parte de seu Programa, que procura atingir demandas verificadas pela classe trabalhadora, conforme anunciado em seu veículo de divulgação, o jornal *Tribuna Popular* (10 de out. 1933):

[...] No campo dos direitos: lutará pelo reconhecimento constitucional dos Direitos da Família, facultando privilégios às numerosas (mais de cinco filhos) e pelos que pertencem à criança, em ser alimentada e educada. No governo das cidades: criação de creches em todos os bairros; casa de repouso para crianças; colônias de veraneios e parques infantis; fornecimento de material escolar; no ponto de vista esportivo e artístico: centros de cultura física para ginástica; criação de escolas de Belas Artes e

Conservatório, nas principais cidades do Estado; canto coral e desenho serão disciplinas obrigatórias como finalidade educacional [...].

Aqui, notamos a construção de uma imagem perante os trabalhadores que vai além das propostas que tratavam meramente da regulação nas relações entre patrões, sindicatos e governo, algo que se esperava gerar debates na Assembleia Constituinte. Ângela de Castro Gomes (2005, p. 164) aponta que, até 1933, boa parte da regulamentação trabalhista estava criada, embora houvesse resistência em ser aceita naquele momento e conjuntura sindical.

Ao se preocupar com a apresentação de propostas, como o acesso a uma série de serviços públicos, que sabemos serem precários na região naquela época, o PTA parece buscar apoio em segmentos mais variados de eleitores.

Podemos ver que esse entendimento é observado por Maria das Graças Costa, quando menciona que “as linhas de ação do programa do Partido Trabalhista Amazonense indicam uma atuação no âmbito do Estado do Amazonas, antecedidas da instalação da Assembleia Nacional Constituinte [...]. Entretanto, por ocasião do pleito eleitoral de 1933, o partido já tinha uma posição política definida por sua gênese e composição de seus afiliados” (2001, p. 142).

A polarização para as eleições de 1933 configurou-se também sob um guarda-chuva de coligações, onde os partidos buscavam reter reforços das mais variadas vertentes políticas, militância e, finalmente, eleitorado. E os Trabalhistas também não se esquivariam dessa estratégia. Uma de suas mais profícuas tratativas ocorreu com o Partido Liberal do Amazonas (PLA).

O PLA foi uma agremiação reorganizada em 1932, a partir do Partido Republicano Liberal – mencionado anteriormente – como uma das forças políticas surgidas no cenário amazonense dominado pelas oligarquias pré-1930. Nesse momento, aspiravam à defesa das reformas políticas e sociais do país, à liberdade de imprensa e de pensamentos, à autonomia municipal, à liberdade de culto e à representação profissional no poder legislativo (CONSTITUIÇÃO DO PARTIDO LIBERAL DO AMAZONAS, 1932, p. 11 apud COSTA, 2001, p. 143).

Em seu programa denominado “Constituição” do PLA, pode ser notado um discurso conciliador, como no trecho a seguir:

Arregimentar e centralizar as várias correntes políticas do Estado [...] envidando esforços para que sejam vitoriosas na próxima CONSTITUINTE, as reformas sociais e políticas compatíveis com as presentes aspirações da nacionalidade. [...] Combater os elementos políticos da velha república que se tornaram responsáveis

pelos descabros administrativos...Defender os princípios de liberdade de imprensa e todas as formas de manifestação do pensamento, autonomia do município, liberdade de culto e do direito de representação das classes no Parlamento, na Assembleia do Estado e no Conselho Municipal. Interessar-se junto aos poderes competentes para solucionar o caso do Acre, [...] a fim de se tornarem vitoriosos os direitos do Amazonas, diminuídos com o desmembramento daquele território. Pleitear perante o Governo da Nação o estabelecimento em Manaus de uma base militar, naval e aérea [...] cumprimento integral dos postulados da Revolução de 1930 (COSTA, 2001, p. 11).

Além de princípios norteadores quanto a questões de interesse nacional a serem defendidas na Constituição de 1933, percebem-se, nesse documento, preocupações regionais, a exemplo da perda de áreas para o Acre, quando de sua incorporação e definição territorial como Estado Federado. Sobre isso, o governo central havia prometido indenizar financeiramente o Amazonas, o que até então não havia ocorrido.

Seu conselho deliberativo central, presidido por Marciano Armond⁴⁹, era integrado por Francisco Pereira, João de Freitas, Plácido Serrano e Jatir Pucu de Aguiar. Seu órgão de divulgação oficial era o jornal *A Nação*, que funcionou entre 1933 e meados de 1935⁵⁰. Como candidatos à Assembleia Nacional Constituinte de 1933, o Partido Liberal chegou a lançar os nomes de Francisco Pereira, Jatir Pucu de Aguiar, João de Freitas e Alfredo Augusto Ribeiro Júnior – este, um dos líderes da Rebelião de 1924, em Manaus.

Por sugestão de Francisco Pereira, porém, retirou-se essa chapa e uniu-se aos partidos oposicionistas, o Trabalhista Amazonense e o Republicano do Amazonas, chefiados, respectivamente, por Luís Tirelli e Durval Porto.

Essa coligação denominou-se “Aliança Trabalhista-Liberal do Amazonas” e dela resultou uma chapa formada pelos candidatos Leopoldo Néri da Fonseca (PRA), Alfredo Augusto Ribeiro Júnior (PLA), Luiz Tirelli (PTA). Desses, apenas o primeiro foi eleito, ficando Ribeiro Júnior na primeira suplência⁵¹.

Na formação dessa Aliança Trabalhista-Liberal, percebe-se uma posição mais pragmática das lideranças do PTA, visando liderar um grupo com condições de realmente

⁴⁹ Chama-nos a atenção Marciano Armond pelo desempenho enquanto liderança intelectual desde sua chegada a Manaus, vindo de Minas Gerais em 1900. Atuou como professor de diversas disciplinas escolares, posição da qual granjeou simpatia de gerações, que nele admiravam principalmente a simpatia e simplicidade. Após a Revolução de 1930, foi Prefeito Municipal de Manaus por alguns meses, tendo recalçado várias ruas do centro da cidade. Dirigiu o hebdomadário “A Nação”, fulgurante periódico em cujas colunas fustigava os maus e os criminosos o que nos parece ter sido uma figura da confiança tanto do recém instalado Governo Provisório quanto de Álvaro Maia – Interventor neste período – o que porém não o levaria os dois personagens a comporem neste momento, visto Maia seguir pelo Partido Socialista Amazonense (BITENCOURT, 1969, p. 347).

⁵⁰ Em sua edição n.º. 55 traria uma homenagem ao 9º aniversário da Rebelião de 1924, em Manaus. *A Nação*. (SANTOS, 1990, p. 149).

⁵¹ Partido Liberal do Amazonas (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS/CPDOC, 2001, p. 2525).

eleger representantes para a Assembleia Nacional Constituinte, mesmo que, para isso, recorressem a partidos – como o Republicano do Amazonas, presidido por Dorval Porto, justamente um dos governadores em posição à candidatura Vargas em 1930.

Podemos encontrar um interessante exemplo de como esse contraditório relacionamento foi ressignificado através das páginas do Jornal *Tribuna Popular*. Vemos mencionadas, na mesma página de capa, ácidas críticas aos presidentes Campos Salles e Wenceslau Brás – que os denunciavam como permissivos para que se instalasse “em todos os setores da federação uma camarilha de corruptos” – e, ao lado desse editorial, nota de destaque para a chegada em Manaus do ex-governador Dorval Porto “velho político amazonense, actual chefe do P.R.A., e último governador constitucional do Amazonas, na velha Republica, apeado do poder pela revolução triunfante de 1930 [...] cumprimentamo-lo!” (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 03 de set. 1934).

Fechados para o enfrentamento eleitoral, uniram-se em torno da “Aliança Trabalhista Liberal do Amazonas”⁵², em oposição à “União Cívica do Amazonas” – já mencionada anteriormente, e formada pelo Partido Socialista Amazonense e pela Liga Eleitoral Católica.

Percebemos daí que, no período entre 1932 e 1933, a formação e os rearranjos das agremiações partidárias ligadas aos trabalhistas – e também eles próprios – não presenciaram a efetiva participação dos trabalhadores de maneira geral, mas antes, contavam com a atuação de lideranças insatisfeitas com o Governo Provisório e a política de Interventores.

Nesse pleito, a despeito dos programas partidários e das próprias agremiações buscarem apoio junto às entidades de trabalhadores, uma peculiaridade logo se apresentaria pela falta de candidatos provenientes de sindicatos, ou então denominados de “representantes classistas”. O estatuto dessa representação estaria fundamentado através do Decreto 22.621, de 5 de abril de 1933, que elaborou o Regimento Interno e estabeleceu a composição da Constituinte. De um total de 254 cadeiras da Constituinte, 40 estavam reservadas para “sindicatos legalmente reconhecidos e pelas associações de profissões liberais e as de funcionários públicos existentes nos termos da lei civil” (art. 3º) (BARRETO, 2004, p. 35).

O tempo exíguo entre a aprovação da representação classista na constituinte e as eleições parece-nos ser uma causa para que isso ocorresse. Ângela de Castro Gomes remete a tal análise, afirmando que:

O curto espaço de tempo existente entre o decreto e a data da eleição poderia dificultar a participação dos sindicatos, uma vez que apenas aqueles reconhecidos

⁵² Não foi localizada nenhuma plataforma conjunta de propostas desta Aliança nos documentos pesquisados.

pelo Ministério do Trabalho até 15 de julho elegeriam os delegados-eleitores à Convenção Nacional, onde se faria a escolha dos deputados. [...] Este fato nos levaria a supor que apenas poucos sindicatos da classe conseguiriam participar das eleições (1981, p. 469).

No caso específico do Amazonas, essa averiguação somada ao fato de que, naquele ano de 1933, parece-nos não existirem sindicatos oficialmente reconhecidos no Ministério do Trabalho⁵³, indicam motivos válidos para o que o estado não possuísse os denominados “representantes classistas” na composição dessa Assembleia Constituinte.

Sobre isso, ainda podemos apontar que tal reorganização eleitoral também incrementou um maior engajamento dos movimentos sindicais amazonenses na vida pública do Estado.

Deveras, como parte da própria política do Governo Provisório, esse momento, como veremos adiante, proporcionaria às hostes trabalhistas uma oportunidade de impulsionar suas estratégias e ampliar a ressonância de suas aspirações.

⁵³ Cf. Instituto Nacional de Estatística – Anuário Estatístico do Brasil. Ano II, 1936.

2 AS ELEIÇÕES DE 1934 E O REORDENAMENTO DA POLÍTICA PARTIDÁRIA AMAZONENSE

2.1 A promulgação da Constituição Federal de 1934 e seus desdobramentos

Conforme vimos, a conjuntura política nacional, surgida a partir da convocação das eleições para formação da Assembleia Nacional Constituinte, exerceria um impacto no reordenamento das forças políticas amazonenses e, por consequência, de suas agremiações partidárias.

Essa Assembleia teria como um de seus maiores objetivos eleger o presidente da República para o quadriênio 1934-38. O fato dessa escolha ser indireta (apenas com os votos dos deputados federais) oportunizaria a Getúlio Vargas a continuidade no cargo que vinha, provisoriamente, exercendo desde 1930, agora como Presidente eleito até 1938.

Entretanto, embora Vargas contasse com a maioria parlamentar, não se tinha a tranquilidade talvez esperada. Um dos fatores principais sobre isso fora o quadro político que se apresentava entre as oligarquias dos Estados do Sul do país.

Vargas teria como principal oponente um conterrâneo gaúcho, Antônio Augusto Borges de Medeiros, nome em torno do qual a oposição tentava obter apoio, especialmente entre parlamentares de São Paulo.

Segundo Pandolfi, “para Vargas, o clímax da Assembleia Nacional Constituinte estava na eleição do futuro presidente da República, em que entrava em jogo o seu próprio continuísmo à frente da nação” (1980, p. 372). Dessa forma, a situação exigirá que Vargas se esforce no sentido de formar ou mesmo recompor vínculos com certos setores dos quais havia recebido apoio em 1930, mas que, no decorrer do Governo Provisório, por diversos motivos, acabaram sendo marginalizadas do centro de comando e decisões.

No caso amazonense, os novos arranjos locais parecem haver gerado especificidades nesta relação entre o governo central e o quadro político local durante a Assembleia Constituinte de 1934.

O que pretendemos, portanto, será rastrear como se desenvolveram as ações tanto do PTA, quanto do PSA e suas respectivas lideranças, perante os trabalhos legislativos, sua relação com as bases eleitorais e seu posicionamento perante a eleição presidencial. Por fim, também procuraremos apontar as estratégias destes, em preparação para a formação da Assembleia Constituinte Estadual de 1935 e os desafios impostos por esse novo contexto para a manutenção das forças representativas trabalhistas.

Primeiramente, precisamos lembrar que, como vimos no primeiro capítulo, a formação das candidaturas vencedoras – com exceção de Luís Tirelli – havia sido orquestrada com a interferência do Núcleo 3 de Outubro, então sob a liderança de Juarez Távora, entre outros militares tenentistas. O resultado prático fora o surgimento da União Cívica Amazonense, capitaneada pelo Partido Socialista Amazonense. Este, por sua vez, levaria três das quatro cadeiras a que o Amazonas tinha direito na Câmara Federal.

Como já mencionamos, Luiz Tirelli não era opositor ao Governo Provisório liderado por Getúlio Vargas, porém, o surgimento do PTA, em aliança com outros partidos locais, parece-nos destoar das intenções de uma grande chapa situacionista, naquele caso, pensada sobre a plataforma da União Cívica Amazonense. Possivelmente, o líder trabalhista teria um espaço de atuação reduzido junto à Assembleia em função da presença majoritária dos socialistas, liderados por Álvaro Maia.

Diante desse quadro, os trabalhistas amazonenses passam a ter uma atuação que ia em direção oposta aos planos centralizadores do Governo Provisório. Como já observado por Pandolfi, um dos grandes desafios impostos a Vargas, nesse momento, seria justamente o de reafirmar sua proximidade com suas bases de apoio político.

Essa divergência entre a atuação de Tirelli e os interesses do Governo pode ser atestada se observados os trabalhos da Assembleia. Nesse sentido, Costa destaca que Tirelli teria mantido uma “persistente luta pela defesa da navegação de cabotagem nacional em apoio aos interesses dos marítimos” (2001, p. 155). Em articulação que incluiu o apoio do socialista Cunha Mello, Tirelli posicionou-se sobre o assunto com uma postura que divergia dos interesses do Ministério da Viação e Obras Públicas e do Governo Central. A questão envolvia o apoio do Ministério para que fossem incluídas regras que visassem maior rigor na concessão das linhas fluviais e marítimas. Por fim, a matéria foi incluída conforme pretendiam Tirelli e Cunha Mello.⁵⁴

Apesar das divergências pontuais, de maneira geral, o discurso gerado pelo PTA junto a suas bases, através do jornal *Tribuna Popular*, procurava apresentar-se solidário para a figura de Getúlio Vargas.

⁵⁴ É interessante que a afinidade destas duas lideranças neste momento, posteriormente será trocada por uma antipatia biliar, com trocas de graves ofensas através dos periódicos manauaras. Sobre isto veremos no capítulo adiante.

Defere-se isso, por exemplo, em artigos que defendiam as linhas gerais de sua política para com os trabalhadores. Ali, o mandatário era exposto, como quem, de fato, “assegurava as leis sociais de direitos e deveres do proletariado [...] através da criação e manutenção do Ministério do Trabalho, cujo titular é a suprema autoridade para dirimir questões entre empregadores e trabalhadores” (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 26 de jun. 1934). O apoio a Vargas torna-se cada vez mais contundente quando se observa na edição nº 13, a imagem do candidato estampada na capa do periódico, sendo apresentado como o “candidato do operariado” (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 23 de jul. 1934).

Anteriormente, na edição nº 04, o jornal informa o recebimento de um telegrama da Federação Trabalhista Amazonense a Luiz Tirelli reforçando o apoio dos sindicatos amazonenses à candidatura de Getúlio Vargas. No telegrama, observa-se que “a Federação Trabalhista [...] resolveu reiterar a vossa excelência amplos poderes para falar em nome dos Trabalhistas federados sobre o assunto, já sendo conhecida a atitude de vossa excelência, a respeito” (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 28 de mai. 1934).

Nesse mesmo período, observamos outras ações da parte de lideranças do PTA que permitem inferir estar o partido procurando alinhar-se ao desejo do Ministério do Trabalho, quanto à sua política de oficialização junto ao órgão, dos Sindicatos brasileiros. Carvalho aponta que esse atrelamento era “retribuído” sob forma de algumas vantagens quanto aos trabalhadores não sindicalizados:

Embora a sindicalização não fosse obrigatória, o governo reservava certas vantagens para os operários que pertencessem a sindicatos reconhecidos pelo Ministério do Trabalho. Por exemplo, só os sindicalizados faziam jus a proteção do governo em caso de perseguição por parte dos empregadores; só os sindicalizados podiam recorrer as Comissões e Juntas de Conciliação e Julgamento criadas em 1932; só os sindicalizados tinham direito a férias; só os sindicalizados podiam beneficiar-se da legislação previdenciária (2002, p. 110).

Ao mesmo tempo em que o atrelamento à política oficial de Vargas para com o sindicalismo aproximava substancialmente o PTA do Governo, essa estratégia dos dirigentes trabalhistas, procurava expressar à sua base eleitoral no Amazonas que suas ações sempre buscavam defender os interesses da classe trabalhadora:

Na representação amazonense tem o proletariado seu legítimo defensor na pessoa criteriosa e altamente digna do Sr. Comandante Luís Tirelli, vitorioso candidato do P.T.A., de quem tudo esperamos em favor do Estado e de seu povo. O proletariado que tem na pessoa do Comandante Tirelli seu destemido defensor, seu ídolo e por ele cultiva verdadeira admiração e deposita em S. Exa. todas as esperanças. E tem razão justificada para tal. Relevantes serviços tem prestado à causa proletária,

empregando o melhor de suas energias em favor das classes menos favorecidas, harmonizando e influenciando nas reivindicações de seus direitos conspurcados⁵⁵ (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 05 de nov. 1933).

Essa movimentação parecia ocorrer em nível nacional, dada a possibilidade da nova Constituição perenizar a experiência dos chamados “deputados classistas”. Pandolfi salienta que:

[...] percebe-se uma grande movimentação para sindicalizar trabalhadores [...] o relativo grande número de sindicatos de operários e empregados que chegam a ser reconhecidos pelo Ministério do Trabalho revela o interesse do Governo Provisório, nível federal e também estadual (pela ação dos interventores), nos resultados das eleições e no próprio enquadramento sindical da massa trabalhadora (1980, p. 469).

O apoio parlamentar às intenções de Getúlio Vargas quanto à política sindical demonstrava a confiança de que, após os ensaios do Ministério do Trabalho, o Estado Brasileiro poderia, enfim, consagrar a regulação e aplicação das relações trabalhistas (CARVALHO, 2002, p. 113). Conseqüentemente, isso poderia significar um fator de fortalecimento da candidatura do próprio Vargas.

A estratégia de Vargas para sua eleição requereu, naqueles dias, um reforço de suas articulações, mas, por fim, atingiu seus objetivos. O mandatário obteve ampla margem de votos (175) contra menos da metade para Borges de Medeiros (59 votos).

Para o Amazonas, isso representaria a necessidade de uma nova conjuntura de ordem política que, como já mencionamos, vinha se anunciando durante todo o transcurso da Assembleia Nacional Constituinte.

Se as eleições para deputados federais constituintes haviam gerado a oportunidade para o lançamento de novas agremiações partidárias, também sendo um momento para projeção de novas lideranças políticas regionais, a atenção, agora, voltava-se para os próprios Estados.

Seguir-se-ia um processo semelhante, com a escolha de deputados estaduais, a eleição temporária de um governador para esse período que, após o encerramento da Constituição, poderia, em eleição indireta, ser reconfirmado no cargo.

⁵⁵ Diversos exemplos quanto isto, serão detalhados mais atentamente no próximo capítulo.

Enquanto para a eleição de 1933 víamos alguns partidos amazonenses serem fundados, enquanto outros eram reativados, já para o pleito estadual e federal de 1934, observaríamos que alguns fatores levavam a uma rearticulação política, diante de agremiações um pouco mais preparadas.

A experiência da eleição de 1933 inferia que, nesse momento, encontraríamos as lideranças políticas mais experientes, saídas de um quadro aparentemente mais tranquilizado pela definição de Getúlio Vargas como presidente para os próximos anos.

O fato de que tínhamos um número de vagas bem superior na Assembleia Estadual (30), em comparação com apenas quatro deputados federais a que tínhamos direito, sugere-se que também se apresentariam mais postulantes desta vez.

Cabe, portanto, a partir desse momento, identificar que permanências e mudanças ocorreriam decorrentes desse novo momento eleitoral e de que forma isso será transmitido, compreendido e acompanhado, principalmente por entre os trabalhadores amazonenses e suas agremiações. Um dos primeiros casos a serem verificados seria dado pelo próprio PTA.

Após a eleição para a Assembleia Nacional Constituinte, o Partido Trabalhista Amazonense – que formara a Aliança Trabalhista Liberal do Amazonas, formada pelo Partido Liberal do Amazonas (PLA), o Partido Republicano do Amazonas (PRA) e o próprio Partido Trabalhista Amazonense (PTA) – consolidou um estreitamento com as diretrizes do governo de Getúlio Vargas – referendada pelo apoio à candidatura deste para Presidência e, em nível local, pelo apoio ao governo no novo interventor Capitão Nelson de Melo⁵⁶. Todavia, logo após a eleição, verificamos o rompimento da aliança e o afastamento dos partidos que a compunham.

Costa (2001, p. 158) credita este “desmonte” da aliança e o afastamento dos Liberais ao fato de haverem obtido o registro no Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Amazonas, em 30 de dezembro de 1933: agora, devidamente capacitados a lançar candidatos próprios para o pleito de 1934; fato esse veiculado em seu periódico “*A Nação*”, na edição do dia 03 de outubro de 1934.

Já os Republicanos sofreriam uma dissidência interna, que resultou na criação de uma segunda sigla, denominada Partido Radical Republicano do Amazonas (PRRA), que conseguiu agilidade em ser reconhecido junto ao TRE/AM (06/09/1934), antes ainda do que o

⁵⁶ Embora tratemos de maneira mais detalhada do Jornal Tribuna Popular mais adiante, a título de pesquisa, poderão encontrar na edição n. 13, o artigo “Empreendimentos do governo do Amazonas” onde se faz farto elogio ao Interventor Nelson Melo. Na mesma página, ao lado, uma coluna sobre mensagens vindas através de telégrafo, denunciam “artimanhas” do deputado Cunha Mello, em desestabilizar Luís Tirelli e o PTA (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 13 de jul. 1934).

próprio Partido Republicano Amazonense, em 22 de setembro de 1934 (DIÁRIO OFFICIAL DO AMAZONAS, 10 de out. 1934).

Não convém, contudo, atribuir o fim dessa aliança apenas a questões internas dos partidos. Parece-nos que o elevado número de cargos representativos que as eleições de 1934 traria, principalmente em nível estadual, aguçava o interesse de se apresentarem mais candidatos.

Uma aliança, nesse momento, parecia não ser mais interessante, conforme se percebe pela movimentação dos partidos, em definirem nomes para as candidaturas das eleições que se aproximavam. O PTA, durante esse período, por exemplo, deflagrou através de seu periódico *Tribuna Popular*, intensa campanha de arregimentação de filiados e alistamento eleitoral.

Como o pleito de 1934 escolheria os deputados que exerceriam o papel de constituintes estaduais e seria lógico que o acirramento das disputas haveria de estar mais centrado para as vagas nas Assembleias Estaduais, o maior número de vagas abertas para concorrerem, por certo ampliaria o número de interessados resultando na necessidade de rearranjos específicos regionais. Em alguns casos, certas alianças desapareceram pela fragilidade em que foram artificialmente elaboradas, com a finalidade quase que exclusiva de apenas arregimentar apoio unificado para a defesa dos interesses varguistas junto à elaboração da Constituição de 1934.

Do mesmo modo, a União Cívica Amazonense desarticula-se logo após o fim dos trabalhos constituintes⁵⁷, um reflexo do próprio enfraquecimento de sua coordenadora a nível nacional – a UCN. Pandolfi avalia que, nesse caso, “a UCN havia sofrido certa desarticulação dentro do processo decorrente da própria Constituinte. Ali, os partidos a ela vinculados, incorreram em desarticulação, em boa parte pelas demandas dos interesses regionais dos Estados, os quais possuíam seus interesses” (1980, p. 238).

Embora o que apontamos até aqui inferisse que o processo eleitoral daquele ano de 1934 oferecesse a oportunidade para a inserção de mais agremiações no pleito, de fato ainda veríamos a polarização em torno dos Partidos Socialista Amazonense e Trabalhista Amazonense.

Sobre essa tendência, só nos parece consolidar-se nos anos que se seguiriam, pois, como a posterior aliança – conforme iremos conferir adiante – para a execução dos trabalhos parlamentares da nova constituição amazonense.

⁵⁷ “[...] em lugar de tornar-se um partido nacional, a UCN se foi gradativamente desarticulando, desaparecendo algum tempo depois da instalação da Constituinte” (PANDOLFI, 1980, p. 359).

Nesse momento pré-eleitoral, verifica-se a preocupação dos partidos locais em expandir suas bases políticas de filiados e simpatizantes. Observamos, por exemplo, que o Partido Trabalhista Amazonense estenderá, em 1934, ramificações pelo interior do estado, passando a estar presente com diretórios em quase todos os principais municípios. Através do *Tribuna Popular*, o PTA efusivamente informava, com diversas imagens e reportagens, a abertura de Diretórios Municipais em Itacoatiara, Codajás, Barcelos, Coari e Tefé, justamente nos meses que antecederam o pleito daquele ano (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 06 de jul., 17 de set. e 14 de out. 1934).

O aumento de filiados parecia ser correlato ao aumento de interessados no lançamento de candidaturas. Tal alvoroço chegou a demandar da direção do PTA maior controle sobre tais filiações, que agora precisavam ser discutidas pelo Diretório Estadual do partido. Percebe-se essa situação em avisos veiculados pela imprensa trabalhista “de que quaisquer candidaturas seriam privativas de discussão junto a Assembleia Geral” (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 09 de jul. 1934).

Em setembro de 1934, o PTA também passa a receber apoio da União Operária Amazonense⁵⁸, o que se explica, em parte, pela decisão da Constituição Federal de 1934 (§ 2, art. 3º), prevendo que a representação profissional (classista), em todos os níveis, somente se daria após a conclusão das atividades Constituintes Estaduais, deixando os sindicatos alijados de qualquer estratégia eleitoral fora dos partidos (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 17 de set. 1934).

Entre as atividades de preparação para as eleições daquele ano, o Partido Trabalhista Amazonense realiza o lançamento de sua plataforma de ação, pautada em um discurso que buscava atingir a maior parte do extrato social do Amazonas, defendendo aos trabalhadores ampliação de proteção social pelos entes públicos, aos comerciantes e proprietários de terras pela regularização fundiária e, pela pujança econômica, o fomento de indústrias. Essas informações ainda seriam divulgadas pelo jornal *Tribuna Popular*, sobre as quais trabalharemos de forma mais aprofundada no próximo capítulo (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 14 de out. 1934).

Seu principal concorrente era o Partido Socialista Amazonense que, em coligação com o recém-criado Partido Radical Republicano do Amazonas (PRRA) – dissidente do PRA –,

⁵⁸ Segundo Luís Pinheiro (2007, p. 6), esta entidade “foi fundada em Manaus em 1918, com o nome de União Operária Nacional (da qual era representante na região), mudando sua designação em 19 de julho de 1923.” Quanto ao encerramento desta entidade não possuímos maiores informações.

juntar-se-ia aos antigos aliados: o Núcleo 03 de Outubro e a Liga Eleitoral Católica do Amazonas⁵⁹, reunidos sob a coligação “Pelo Amazonas Remido”.⁶⁰

Quanto ao posicionamento adotado pelos demais partidos, Costa (2001, p. 163) nos aponta que “não fizeram alianças e não apresentaram legendas”, com exceção de dissidentes republicanos e trabalhistas⁶¹ que formaram as legendas “Tudo pelo Amazonas” e republicanos e liberais que concorreram pela “Amazonas”. Tal quadro eleitoral criou divergências dentro de certos partidos, sendo que alguns membros só viam como solução a saída do grupo ou o fortalecimento dele através de novas articulações.

Para a Câmara Federal, os candidatos concorreram em números iguais por legenda (04), totalizando 16 candidatos. Com as atenções voltadas para a futura Constituinte Estadual (composta por 30 deputados) e indicação de um governador e senador pelo Amazonas, apresentaram-se 136 candidatos.⁶²

É interessante notar que, apesar da maioria destes estar vinculada aos partidos políticos já mencionados, uma minoria não tinha filiação partidária e, desta, um pequeno número estava inscrito apenas por legendas.

Diante dessa configuração, verifica-se que quatro candidatos a deputado federal e vinte candidatos a deputado estadual eram filiados na Ação Integralista Brasileira (AIB), de âmbito nacional.⁶³ Essa entidade, ao que se parece, somente passou a ganhar evidência no Amazonas a partir de 1934, como se pode comprovar pela falta de evidências de circulação de periódicos referindo-se a ela antes dessa data (COSTA, 2001, p. 174).

Apesar de estarem aptos a votar 9.884 inscritos, só compareceriam às urnas 8.330 eleitores. Isso aponta que a participação no pleito se dava por apenas reduzido estrato social amazonense, de um universo populacional estimado naquela época, em 433.513 habitantes (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 1936).

Precisamos lembrar que concorria para tal marginalização as próprias normas Constitucionais de 1934, que excluía analfabetos, mendigos e praças sem patente das forças armadas (art. 108).

⁵⁹ Através de seu órgão de divulgação, a LEC avaliava o voto de seus militantes aos candidatos do Partido Socialista (JORNAL A NAÇÃO, 03 de out. 1934).

⁶⁰ Lista Candidatos registrados no TER/AM. (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO AMAZONAS, 10 de out. 1934).

⁶¹ Sobre esta dissidência (Antonio Vasconcellos e Vivaldo Palma Lima), daremos maior visibilidade mais adiante.

⁶² Lista Candidatos registrados no TER/AM. (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO AMAZONAS, 10 de out. 1934).

⁶³ Lista Candidatos registrados no TER/AM (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO AMAZONAS, 10 de out. 1934).

Portanto, podemos concluir que, dentre os fatores que envolveram as rearticulações políticas, em 1934, no Amazonas, incorreram desde aspectos nacionais, como a desarticulação da UCN, passando, em nível regional, pela preparação para a formação da Assembleia Constituinte Estadual, além do aumento da busca de novos filiados.

A abertura das urnas e contagem dos votos, porém, daria início a outras etapas, a conferir, a definição de um governador constituinte, da composição das bancadas e de como isso conduziria ao fortalecimento das lideranças políticas do PSA e PTA.

2.2 Constituição, novos aliados: os acordos decorrentes das eleições de 1934 e da Assembleia Constituinte do Amazonas

Com a promulgação da Constituição Federal brasileira de 1934 e a eleição de Getúlio Vargas para o mandato de presidente, as atenções voltavam-se para as Assembleias Estaduais Constituintes.

Dentre suas primeiras tarefas, as Assembleias Estaduais deveriam promover a escolha de um governador com caráter temporário, até a promulgação da Constituição. Ao término, uma nova eleição com caráter definitivo definiria o mandatário para o próximo quadriênio.

Essa sequência, além dos próprios debates em torno da própria Constituição do Amazonas, ensejava um período de intensificação nas articulações político-partidárias entre os deputados estaduais eleitos.

Nesse caso, a aliança encabeçada pelo Partido Socialista Amazonense manteve em nível federal seu mesmo número de três deputados, elegendo Álvaro Maia, Alfredo da Matta, Leopoldo Tavares Cunha Mello e Augusto Ribeiro Júnior⁶⁴, este do coligado Partido Radical Republicano do Amazonas.

Do mesmo modo, os resultados eleitorais para a Assembleia Legislativa Estadual demonstram que a polarização pendia para os socialistas e seus aliados – que elegeram com 24 deputados –, em oposição aos trabalhistas que se constituíam de 6 representantes. Costa aponta que 16 deputados estaduais eleitos tinham filiação à Ação Integralista Brasileira (AIB) – todos socialistas (COSTA, 2001, p. 167).

As eleições de 1934 oportunizaram o momento de difusão das propostas integralistas no Amazonas. No entanto, isso deve ser visto com ressalva, pois, de fato, somente a partir de fins daquele ano que a AIB se estabeleceria com um núcleo consolidado na região (Ibid., p.

⁶⁴ Fora suplente de Luís Tirelli (PTA), em 1933.

184). Porém, essa presença, em especial entre os filiados aos PSA, denota um interessante ponto divergente com os Trabalhistas.

Percebe-se que o PTA, por meio do periódico *Tribuna Popular*, adotava nitidamente uma posição anti-Integralista. Em várias edições, encontram-se artigos como “Combate ao Integralismo” e “A ameaça Fascista do Integralismo Crioulo” em que o líder Integralista, Plínio Salgado, era sempre atacado das mais diversas formas, seja sendo chamado como “Plínio Insoso” ou, ainda, acusado de “investir violentamente contra o governo provisório” e “incitador da luta de classes” (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 19 de nov. 1934 e 14 de jan. 1935).

Vemos que o repúdio dos Trabalhistas para a AIB se dava em menções genéricas, sem mencionar ações locais da entidade, indicando que, embora já fossem notados, os integralistas no Amazonas ainda careciam, naquele momento, de maior organização e visibilidade.

Quanto à participação feminina no parlamento estadual, pela primeira vez uma mulher ocuparia ali um assento: Maria de Miranda Leão. Sua participação “trazia à mulher amazonense um novo papel na sociedade daquela época. O tom delicado e atencioso de seus pronunciamentos e uma certa dose de sensibilidade [...] marcaram diferença em relação aos discursos de seus pares”.⁶⁵

Sem esmorecer diante desse resultado, a direção do PTA, em seu balanço sobre as eleições, informava estar recorrendo contra irregularidades ocorridas durante o processo eleitoral, junto ao Superior Tribunal Eleitoral (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 26 de nov. 1934).

A Direção do PTA, inclusive, creditava aos arranjos da coligação liderada pelo PSA, como uma das principais causas que os havia “isolado” no pleito eleitoral. Através da imprensa, acusava um amplo “complô” criado por “falanges chamadas socialistas, outubristas, junioristas e pseudo-católicos” como responsáveis por seu fraco desempenho nas urnas (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 29 de out. 1934).

Luiz Tirelli, em certo momento, também denunciou que vinha sendo alvo de acusações de membros de PSA de não haver votado em Getúlio Vargas na eleição presidencial indireta. Como resposta, informava que “o Presidente da República já conhece a nossa lealdade, são inúteis as insídias” (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 23 de jul. 1934).

Em nenhum momento, porém, deram a sugerir que o interventor Nelson Melo – até então bastante elogiado pela imprensa trabalhista – ingerisse participação nisso (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 26 de nov. 1934). Durante a campanha, a maior parte das críticas dos

⁶⁵ COSTA, Maria das Graças Pinheiro. Op. Cit. 2001. p. 216 – posteriormente seria o Estado do Amazonas a conduzir Eunice Michiles, como primeira senadora da república, em 1979.

trabalhistas era direcionada aos candidatos à Câmara Federal pelo PSA, em especial Cunha Mello e o próprio Álvaro Maia (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 14 de out. 1934), acusados de se aliarem “a magnatas que derramaram dinheiro a rodo na conquista do voto e na compra de consciência de parte do eleitorado” (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 29 de out. 1934).

Dada a formação da Assembleia Constituinte Estadual, as coligações seriam desfeitas, o que não obrigava o mesmo alinhamento político durante a elaboração de seus trabalhos. Estavam, assim, ali representados quatro partidos: Socialista, Republicano Radical, Trabalhista e Republicano.

Com o início marcado para o dia 02 de fevereiro de 1935, a Assembleia Estadual funcionaria nas dependências da Biblioteca Pública do Amazonas. O acompanhamento dos trabalhos parlamentares poderia ser feito tanto pelo Diário da Constituinte Estadual (editado pela Imprensa Oficial)⁶⁶ quanto pelos jornais particulares.⁶⁷

O olhar mais atento que dedicamos ao momento dos trabalhos constitucionais infere relevante contribuição, pois, dali, verificamos indícios do processo – embora por vezes sinuoso – da aproximação entre as lideranças maiores do PSA e do PTA, e como isso reverberava entre a base de deputados a eles ligados. Por certo que estes tiveram interências, favoráveis ou não a esta futura fusão, gerando, por fim, a percepção que acabou reforçando o papel de destaque que, tanto Álvaro Maia, quanto Luís Tirelli exerciam sob seus respectivos grupos políticos.

A Assembleia Constituinte, como veremos, ao longo de suas atividades, tornou-se um espaço no qual percebemos a proximidade entre estes líderes, assim como o próprio afastamento de Maia, do grupo interno do PSA, formado por Leopoldo Tavares Cunha Melo.

Dessa forma, sob sessão especial, realizada em 04 de fevereiro de 1935, a Assembleia elegeu por maioria de votos (28 dos 30 deputados) Álvaro Botelho Maia Governador Constitucional para o quadriênio 1935-1939 e os também deputados federais eleitos pelo Partido Socialista do Amazonas, Leopoldo Tavares da Cunha Mello e Alfredo Augusto da Matta para o mandato de senadores.

Ao captarmos um detalhe, porém, vem-nos à tona a seguinte questão: a quem se dirigiram os dois votos contrários a Maia, e seria possível identificá-los? Através da fala do deputado Paulo Gonçalves (PSA), de que os dois deputados estaduais pelo Partido Republicano indicavam seus votos a outro postulante – o próprio interventor Nelson Melo

⁶⁶ Diário da Constituinte Estadual. (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO AMAZONAS, fev/jun. 1935).

⁶⁷ Os trabalhistas, a fim de contrabalançar a diferença numérica frente a outras bancadas, fazia muita utilidade de “órgão de divulgação” – o *Tribuna Popular* – como meio de divulgação das atividades nesta assembleia, conforme veremos mais adiante.

(JORNAL TRIBUNA POPULAR, 11 de fev. 1935) –, conclui-se que os deputados do PTA haviam votado favoravelmente para Álvaro Maia, devesas sinal de uma mudança numa relação, que especialmente durante o período eleitoral, fora de significativa animosidade.

A convivência de Luís Tirelli e Álvaro Maia como deputados federais no Rio de Janeiro e o fato de ambos pertencerem à base de aliados que elegeu Vargas podem sugerir um ambiente propício a uma aproximação política, embora as fontes acessadas não homologuem tal hipótese.

Alguns ensaios quanto a essa aproximação podiam ser constatados tão logo fora encerrada a eleição no ano anterior. Notamos que, particularmente a partir da edição nº 27 do *Tribuna Popular*, os trabalhistas não somente cessam as críticas oriundas do tenso processo eleitoral de 1934, centradas especialmente sobre os socialistas, como passam, através de pequenas notas, a tecer informações e, posteriormente, elogios à atuação de Álvaro Maia.

Informando, em coluna de primeira página, da existência de um Centro Amazonense no Rio de Janeiro, o editorial menciona que o local era ponto de encontro de “intelectuais, cientistas, artistas, literatos e militares amazonenses instalados na capital”, listando duas dezenas de nomes, dentre os quais notamos a presença de Álvaro Maia e a ausência de Luís Tirelli. O motivo dessa informação era solicitar ao Interventor Nelson Melo que auxiliasse na reforma do local, tornando-o “Casa do Amazonas” (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 29 de out. 1934).

Na edição seguinte, os trabalhistas informaram, no mesmo jornal, em duas notas pequenas, mas de primeira página, “a chegada de Álvaro Maia à cidade de Manaus”⁶⁸ e informando ser o “o sr. Álvaro Maia, candidato à presidência do Amazonas”, onde em decorosos elogios exaltavam sua competência para o cargo (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 05 de nov. 1934).

A partir de então, nas edições que se seguem até fevereiro de 1935, na abertura da constituinte estadual e escolha do governador, é possível observar um discurso de aproximação entre as lideranças trabalhistas e a figura de Álvaro Maia, induzindo à percepção de que o apoio trabalhista à sua escolha para a presidência do estado já vinha sendo articulado há vários meses.

Para Lopes, essas eleições foram aproveitadas por Vargas para enfraquecer as forças que ainda apoiavam Juarez Távora na época em que dirigia a Delegacia do Norte e, por lá, havia deixado grande número de admiradores. Justamente a nomeação de Nelson Melo, em

⁶⁸ Parece-nos esta ter sido uma viagem de volta ao Amazonas, logo após Álvaro Maia, dirigir-se a capital federal, informar Getúlio Vargas da vitória socialista naquelas eleições.

1934, representaria para os tenentistas um nítido enfraquecimento de seu prestígio junto a Vargas, pois “pela primeira vez desde a vitória de 1930, um interventor no Norte era escolhido sem Juarez Távora ser, ao menos, consultado ou informado pelo presidente” (LOPES, 2014, p. 290).

O fato de que Getúlio Vargas desejava a retirada de elementos ligados ao tenentismo da direção dos estados pode auxiliar a compreender a posição da direção do PTA em apoiar Álvaro Maia para o cargo.

Um exemplo dessa intenção pode ser verificado na mesma época, no vizinho Estado do Pará. Ali, segundo Edilza Fontes, o interventor e militar, major Magalhães Barata, no cargo desde 1930, intencionava poder ser reconduzido, agora como governador constituinte, pela Assembleia Estadual. Como havia um impedimento em casos de reeleição, todos os interventores, portanto, deveriam entregar seus cargos naquela transição. Mesmo assim, Magalhães Barata tenta sensibilizar quanto a seu caso, recorrendo diretamente a Getúlio Vargas. Este, em resposta, “afirmava que Barata gozava da sua confiança e apreço e reconhecia os seus serviços valiosos e sua dedicação aos interesses públicos. Mas ponderava que a decisão criara de fato e direito, uma situação nova e ele teria que agir de acordo com a situação dela decorrente”. Por fim, Magalhães Barata precisou deixar o governo (FONTES, 2013, p. 144, 145).

No Amazonas, essa transição ocorreria de maneira bem menos traumática. O próprio interventor Nelson Melo assinalara meses antes à imprensa que “não é e nem deseja ser candidato ao cargo”, o que esvaziava a chance do surgimento de apoiadores na política partidária local (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 30 de jul. 1934).

O Partido Trabalhista Amazonense utilizou amplos discursos veiculados por sua imprensa para justificar a seus apoiadores – em especial à ampla rede sindical com a qual continuava a manter ligação – a necessidade de apoio à nova administração estadual, encabeçada pelos membros do Partido Socialista Amazonense.

Praticamente é a esse tema que o Jornal *Tribuna Popular* dedica quase toda edição nº 42, que se seguiu à escolha de Álvaro Maia como governador. Ali, os trabalhistas expõem sua posição:

A política do individualismo não pode e não poderá solucionar os problemas que interessam de perto as grandes classes conhecidas pela denominação de trabalhadores ou trabalhistas. [...] Os trabalhadores não querem nada de anarquismo. Desejam, sim [...] medidas essenciais ao bem-estar da coletividade. [...] Educadas as classes proletárias, irão essas, por uma evolução apurada, participando com eficiência da nação. Trabalhistas! Aí estão em linhas gerais os fundamentos da

famosa doutrina que professamos e que repele, de começo, por inúteis e sem efeitos permanentes, as ideias de subversão, de ódio, de regimes ditatoriais, sem expressão beneficiadora às massas. [...] O Amazonas, e acima de tudo, o sr. Álvaro Maia para com o governo do Estado, e para o bem administrar vem necessitar de paz (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 11 de fev. 1935).

Interessante notar que, quanto mais indícios aparecem sobre a aproximação do PTA para com Álvaro Maia, tanto mais se acentuavam as divergências com o deputado Leopoldo Tavares Cunha Mello.

Cabe, aqui, mencionar que uma observação mais atenta sobre a figura de Cunha Mello neste momento, faz-se por sua atuação neste quadro, como forte componente desagregador dentro do PSA. Sua motivação derivava da preocupação de uma proximidade cada vez maior entre Álvaro Maia e os Trabalhistas do PTA. Especificamente contra Luís Tirelli, ainda deviam pairar rancores do último processo eleitoral de 1934, em que, por sua vez, era atacado duramente através do *Tribuna Popular*.

Sobre a trajetória de Cunha Mello, cabe notar que, ao chegar de seu Estado de origem, Pernambuco, mostrara habilidade em logo estabelecer raízes locais a partir da década de 1910. Sua nomeação como Juiz em algumas Comarcas do interior do Amazonas por certo lhe granjeara simpatizantes, além da oposição à gestão Rego Monteiro (1921-1924), derrubada pela Rebelião Tenentista de 1924, em Manaus.

Como já mencionado no capítulo anterior, observou-se que Cunha Mello intensificara sua militância política especialmente a partir de 1932, quando atua na fundação do Núcleo 3 de Outubro, no Amazonas, assim como participa em abril de 1932, do Congresso Revolucionário do Norte, do qual resultaria a criação da União Cívica Nacional. A partir de então, dividiria com Leopoldo Peres, Alfredo da Matta e Álvaro Maia a indicação do PSA para concorrerem aos cargos de deputados federais em 1933 e 1934.

Principalmente fora nesse último pleito, para a Assembleia Constituinte Estadual, que encontramos uma escalada dos ataques entre Cunha Mello e Luís Tirelli. Embora necessite ser vista com reservas, pois fora uma declaração produzida quase um ano depois dos fatos terem ocorrido, Cunha Mello sob a coluna “A Política”, do *Jornal do Commercio*, em um texto executado “com fortes tintas” deixa muito clara sua divergência com a mera menção de qualquer aproximação com Luís Tirelli:

Após as eleições de outubro, conhecida a vitória dos socialistas-radicais, o comandante Tirelli começou a insistir comigo e o dr. Álvaro Maia para um acordo entre os nossos partidos. [...] Embora disposto a aceitar a colaboração do Partido Trabalhista, onde reconheço, existem grandes e bons elementos, como dentro do

Partido Socialista [...] sempre recusei os acordos desejados pelo comandante Tirelli, que só tratava de si próprio, ora querendo ser governador, depois senador e, agora ainda deputado federal. [...] Essa harmonia e pacificação devem ser dirigidas pelo dr. Álvaro Maia que, como amazonense, poderá ter êxito em consegui-los (JORNAL DO COMMERCIO, 06 de jun. 1935).

O discurso infere uma oposição mais dirigida à pessoa de Luís Tirelli, pois ali, podemos perceber que, a despeito de reconhecer a existência de lideranças respeitadas dentro do PTA e de se dizer disposto a aceitar a “colaboração” do partido, Cunha Mello manifestou-se contrário aos acordos propostos por Luís Tirelli, a quem considerava que “só tratava de si próprio”. Assim, observa-se a tentativa de separar o Partido Trabalhista Amazonense enquanto entidade da figura de Luiz Tirelli.

Com a aproximação do fim dos trabalhos da Assembleia Constituinte Estadual, passamos a perceber que as discussões em torno da aproximação entre Álvaro Maia e o PTA intensificavam-se. Ao mesmo tempo, isso provoca reações adversas entre as lideranças do Partido Socialista Amazonense.

Comprova-se isso pela intransigência de Cunha Mello em negar, de sua parte, qualquer acordo. Inclusive ele próprio reconhece que estas mesmas tratativas já haviam sido feitas anteriormente, resultando em fracasso em suas intenções. Sobre uma possível articulação com Tirelli após a Constituinte Estadual, o senador Cunha Mello reafirmava que:

Jamais tive a iniciativa de acordos políticos com o comandante Tirelli [...] procuraram-me com o fim de discutir as possibilidades de uma articulação dos socialistas com trabalhistas amazonenses para as eleições a Assembleia Constituinte e para governador do Estado, bem como para a câmara federal e senado. Respondi-lhes que ia entender-me diretamente com o próprio Tirelli, [...] Desisti, porém, logo desse propósito por compreender que Tirelli só chegaria a qualquer acordo, tendo como condição a escolha de seu nome para o governo do Estado [...] (JORNAL DO COMMERCIO, 06 de jun. 1935).

Se, de fato, essas tratativas já vinham acontecendo em encontros entre Álvaro Maia e Luiz Tirelli, Cunha Mello buscava extrair do governador uma posição clara e definitiva, obviamente na esperança de que este viesse a encerrar qualquer aproximação. A indisposição de Cunha Mello, inclusive pode ser percebida na sutileza em lembrar que “Tirelli não era um amazonense nato” (JORNAL DO COMMERCIO, 06 de jun. 1935).

Depreende-se daí que as tratativas de aproximação entre os dois partidos fracassavam muito mais pela animosidade entre Cunha Mello e Luís Tirelli, do que pelo interesse de Álvaro Maia, a quem era atribuída uma função de “harmonia e pacificação” nas relações entre

PTA e PSA. Tal animosidade pode ser observada pelo modo como o periódico *Tribuna Popular* referia-se de modo diferente às duas lideranças socialistas.

A partir de 1935, já consolidada a fusão do PTA com a dissidência do PSA, várias edições começam a atacar diretamente Cunha Mello, descrito diversas vezes como “traidor da confiança do governador Álvaro Maia” (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 22 de abr. 1935), “trair Álvaro Maia com um abraço de urso”, “quem atrapalha o governo Álvaro Maia” (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 24 de jun. 1935), ou ainda “ser personalista demais”. (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 08 de jun. 1935). São indícios que mostram o estabelecimento de divergências entre Álvaro Maia e Cunha Mello.

Costa ainda afirma que, nos dias que antecederam a promulgação da Constituição do Amazonas, acaloraram-se os debates entre socialistas e trabalhistas decorrentes de atos de Álvaro Maia, em que deputados que eram ligados ao senador Cunha Mello, “acusaram os trabalhistas de não apoiarem o governo estadual. Por sua vez, os trabalhistas revidaram com denúncias de serem vítimas de perseguição do Governo de Álvaro Maia” (COSTA, 2001, p. 218).

Verifica-se que, em paralelo aos trabalhos constitucionais e dada cada vez mais a proximidade de seu encerramento, víamos crescerem as discussões acerca das tratativas entre Maia e Tirelli, os quais não se pronunciariam oficialmente sobre o assunto, a não ser quando das vésperas da eleição indireta para governador quando criariam o Partido Popular Amazonense.

A essa falta de transparência, sendo o assunto apenas cogitado pela imprensa, podemos acusar de ser um dos principais elementos da crescente tensão presentes nas discussões parlamentares, principalmente da parte da bancada socialista.

Um exemplo de como alguns deputados do PSA alternavam discursos contra ou a favor da questão pode ser encontrado na fala de Ary Cahn, em que, num momento “denunciava os trabalhistas de não apoiarem o governo estadual”, enquanto poucos dias depois, alardeava “a necessidade de harmonizar a política do Estado, sendo que nesse particular houve até entendimentos entre o Governador do Estado e o chefe trabalhista” (COSTA, 2001, p. 219).

Por outro lado, enquanto a possibilidade de uma aproximação com os trabalhistas parecia aprofundar as divergências dentro do PSA, ao menos nas páginas do jornal *Tribuna Popular*, o PTA parecia mais unificado. Percorrendo suas páginas, não constatamos fontes que nos mostrassem a existência desses debates internos quanto a esse tema entre os trabalhistas.

Todavia, não podemos comprovar definitivamente que não houve debates sobre essa aproximação, uma vez que a não veiculação poderia ter sido uma estratégia. Devemos lembrar ainda que os trabalhistas possuíam uma extensa militância nos sindicatos locais (com suas demandas próprias ao proletariado), além de uma rede de diretórios em diversos municípios do Estado. Ademais, esses diretórios, ao que nos exemplifica o caso de Coari (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 13 de ago. 1934), eram coordenados por lideranças bastante identificadas com as oligarquias locais, apresentando, portanto, variada gama de grupos sociais a quem as lideranças do PTA deviam administrar.

Nesse quesito, o Amazonas apresentava um painel político complexo, porém bem menos tenso do que estava passando o vizinho Estado do Pará naquele mesmo momento. Segundo Edilza Fontes, a não recondução do Interventor nomeado em 1930, Magalhães Barata, como governador constitucional em 1934, gerara uma grave crise interna entre o desejo do tenentista em continuar à frente do executivo, em oposição a lideranças civis que tinham maior simpatia de Vargas para administrar o Estado: “o rompimento é uma dilaceração do bloco de 1930 no Pará” (FONTES, 2013, p. 145).

A decisão de Álvaro Maia em continuar suas conversações com as lideranças trabalhistas, consolidaria sua dissidência no seio do PSA, especialmente levando em conta que Cunha Mello parecia irredutível em sua posição. De fato, Luiz Tirelli chega a produzir uma coluna onde acusa “o representante do Amazonas quem de fato rompera com o governador” (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 08 de jun. 1935), deveras, um esforço em buscar isolar Cunha Mello dentro de seu próprio partido.

Verifica-se que restava a Álvaro Maia decidir entre três opções: a primeira delas seria, mesmo tendo dado início a uma aproximação com o PTA, ceder aos desejos dos companheiros aliados de Cunha Mello e romper com Tirelli, o que sem dúvida lhe diminuiria visibilidade, pois passaria a imagem de “refém” de seu próprio grupo político.

Numa segunda opção, filiando-se ao PTA, pelo ato mostraria independência, mas, internamente, poderia fragilizar-se sob o comando de Tirelli e dos sindicatos, dos quais não lhe guardavam boas lembranças.⁶⁹ Vale lembrar que, embora construísse uma imagem como homem intelectual – tido como “Príncipe dos Poetas Amazonenses” –, a forte personalidade e determinação já haviam o obrigado, em 1931, a renunciar por não “voltar atrás” em sua

⁶⁹ No início de sua interventoria, Maia enfrentara forte oposição sindical dos professores e, posteriormente, de boa parte do funcionalismo público estadual, ao tomar entre suas primeiras medidas de saneamento financeiro, cortas os salários destas categorias. De certa forma, em parte, isto explica sua pouca desenvoltura no meio sindical (SANTOS, 1997, p. 90-92).

decisão de emitir ao corpo judiciário uma série de normativas, com as quais estes se viram extremamente prejudicados.

Por fim, somos levados a cogitar uma terceira opção: desligar-se dos Socialistas e formar uma nova agremiação, onde despontasse de imediato como comandante. Isso demonstraria que não havia perdido poder de mando político quer à população amazonense, quer ao próprio presidente Vargas.

E, de fato, fora essa a decisão tomada, naquele julho de 1935, quando uma dissidência do PSA, liderada por Álvaro Maia, fazia uma fusão com o PTA, de Luís Tirelli, originando o Partido Popular Amazonense (PPA).

A criação de uma nova sigla infere intencionar que suas lideranças estavam propondo uma organização política em torno de um dos pontos em comum, onde “deflagravam a bandeira da paz e harmonia em nome da união em torno de nosso presidente, dr. Getúlio Vargas” (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 15 de jul. 1935).

A solução parecia atender aos interesses de ambos e Tirelli, a despeito de ter que abdicar do termo “trabalhismo” no nome da nova sigla, parecia ter mantido suas hostes coesas, pois verifica-se na direção da nova agremiação a continuidade de diversos membros que compunham a antiga direção do PTA: Antonio de Vasconcellos, Lourenço da Silva Braga, Oscar Costa Rayol e Vivaldo de Palma Lima (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 22 de jul. 1935).

De fato, a própria continuidade da circulação do *Jornal Tribuna Popular* mantendo seu corpo editorial – conforme verificaremos no próximo capítulo – aponta que o PPA intencionava continuar as linhas gerais de seu precursor.

Por outro lado, o contrário parecia ocorrer para Álvaro Maia e o PSA, conforme nos indicam as linhas de um discurso do deputado socialista, Armando Madeira, veiculado no *Jornal do Commercio*:

[...] Funda-se o Partido Popular com a massa flutuante dos socialistas e trabalhistas. Sabia-se que seriam indicados para cargos deputados federais os senhores Tirelli, Antonvilla e João Gonçalves. [...] O governador que no dia da eleição tivera vinte e oito deputados, conta agora com oposição de doze deputados, os melhores elementos do legislativo estadual. A bancada federal unanime é contra o governador! [...] Um verdadeiro desastre (JORNAL DO COMMERCIO, 25 de jul. 1935).

O relato não só transparece a forte oposição que Álvaro Maia tinha dentro do PSA, como mostra que o governador teria que enfrentar uma relação mais difícil na Assembleia Estadual, embora continuasse a contar com a maioria dos deputados, haja vista que 16 deles

anunciaram sua saída do PSA e o ingresso no PPA (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 15 de jul. 1935).

O problema maior estaria na relação com a bancada federal, agora toda de oposição, incluindo os dois senadores Leopoldo Peres e Cunha Mello. Estes conseguiriam manter o PSA ativo até 1937, quando os eventos nacionais com a instalação do regime varguista do “Estado Novo” dissolveriam todas essas organizações. Inclusive ao final daquele ano de 1935, iniciaria a circulação do periódico ligado ao PSA, o jornal “O Socialista”, mantendo firme convicção opositora no Congresso Nacional.

Mencionando o lançamento do periódico, o *Jornal do Commercio* informava que ele trazia o programa de propostas do PSA para os próximos anos, entre as quais se destacavam “a defesa da moralidade política, liberdade de opinião [...] amparo às classes trabalhadoras e sua sindicalização [...]” (JORNAL DO COMMERCIO, 29 de out. 1935). Essa informação denota a intenção de incrementar algumas das políticas que o PPA também advogava para si.⁷⁰

Álvaro Maia, porém, revelava otimismo com a nova agremiação, deixando transparecer que compreendia a trajetória que levava a sua criação diante da conjuntura política apresentada naquele período:

[...] os Partidos Trabalhista e Socialista podiam se assemelhar a dois rios a deslizar serenamente e que ora se encontram, avolumando-se, crescendo em forças, subindo em energias, para a formação de uma corrente robusta, forte e invencível (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 18 de jul. 1935).

Por certo, Maia poderia creditar a seu forte vínculo – e de seus novos aliados - a figura de Getúlio Vargas, como componente de superação quanto à lacuna que se abriria em sua base parlamentar no Congresso Nacional.

Também sempre haveria de evocar a capacidade de recompor as alianças políticas e o prestígio, como fizera após superar o capítulo de sua renúncia como interventor em 1931, retornando em revigorada trajetória após as eleições de 1933.

Assim, tanto Maia quanto Tirelli tiveram de abdicar de certas bandeiras e mesmo de aliados. Se o primeiro deixava para trás a legenda que ajudara a fundar e na qual fora eleito deputado federal por duas vezes (1933/1934), além de governador constituinte (1935), Tirelli,

⁷⁰ Sobre este Jornal O Socialista, somos informados que “aparece como tendo sido fundado possivelmente em 1936, tendo como diretor Garcino José Tavares de Mello. Existe a informação de que, no acervo do IGHA, existem alguns números (a partir do 124) (FREIRE, 1990, p. 195).

por sua vez, abdicou na sigla, do título Trabalhista, tão caro para si e pelo qual iniciara a construção de fortes vínculos com sua base sindical.

Ainda quanto a isso, Jornal *Tribuna Popular* – órgão oficial do Partido Trabalhista Amazonense que, a partir de então, passa a ser identificado como o órgão oficial PPA – justificava a criação do Partido Popular Amazonense como um esforço das duas lideranças que estavam colocando a coletividade acima de seus projetos pessoais:

A nova corrente política, trabalhado pelo patriotismo dos dois grandes chefes, é também a consequência da sinceridade de convicções e da dedicação à causa pública de quantos seguem a orientação de Álvaro Maia e Luiz Tirelli. Foi o idealismo, foi o desejo ardente de realizar a completa reabilitação de nossa terra, o móvel de nossa união, certos como sempre estivemos, de que o Estado seria o único a sofrer as consequências de uma luta entre as duas forças partidárias que se defrontavam (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 18 de jul. 1935).

Percebe-se que, ao reconhecer estar em oposição até aquele momento, o periódico justificava a união como uma esperança redentora para a direção do Amazonas. Ademais, buscava reforçar o gesto como desejado por Vargas, pois, ao procederem dessa forma, estavam “seguindo em obediência aos conselhos de ponderação e serenidade do ilustre Sr. Dr. Getúlio Vargas, nobre chefe do governo da República” (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 18 de jul. 1935).

De certo que, pelo que vimos até aqui, a criação do PPA não se dera de maneira tranquila, nem se podia esperar isso. Ainda se vivia a euforia de clima político pela Constituição Estadual recém-apresentada.

Isso, obviamente, deveria contagiar os ânimos, gerando debates, alianças e resistências em preparação para as eleições suplementares a deputado federal que se desencadeariam a partir de então.

2.3 O Partido Popular Amazonense e o desafio das eleições de 1935

Conforme previsto pela nova Constituição Federal, em fevereiro de 1935 – alguns meses antes, portanto, da criação da nova agremiação –, seriam definidos, em eleição indireta, os nomes dos representantes de cada estado para o Senado Federal. No Amazonas, as escolhas recaíram sobre dois deputados federais eleitos no ano anterior, Leopoldo Tavares de Cunha Mello e Alfredo da Matta, ambos do PSA (COSTA, 2001, p. 189).

Essas baixas na Câmara Federal contaram ainda com o deslocamento de Álvaro Maia como governador eleito indiretamente, em fevereiro daquele ano, ficando, dessa forma, como único representante naquela 37ª legislatura o deputado Augusto Ribeiro Junior.

Apesar das tentativas pessoais de Luiz Tirelli para que as vagas fossem repostas (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 18 mar. 1935), estas não lograram efeito, sendo definido que o estado realizaria novas eleições diretas para as três vagas que ficaram em aberto. Após o término da Constituição Estadual, o pleito fora definido para ocorrer em 07 de setembro de 1935, restando um tempo relativamente curto para a composição das chapas.

Para Álvaro Maia e Luiz Tirelli, esse seria o primeiro teste de força política após a fundação do Partido Popular Amazonense (PPA). A disputa não poderia ser considerada tão vantajosa para o PPA, pois a oposição também contava com a liderança dos dois senadores já mencionados, dirigentes do PSA.

Caberia ao Partido Popular Amazonense fazer funcionar as engrenagens das articulações que lhe cabiam, em especial, no meio sindical, ao qual Tirelli detinha especial atenção. Este logo trataria de aproximar Álvaro Maia das bases sindicais em iniciativas que tentavam atrelar sua imagem aos operários amazonenses:

Em uma caminhada pelos bairros de Manaus, realizada ontem, Álvaro Maia fora recepcionado calorosamente pelos operários, a quem os tinha no coração [...] desfazendo assim calúnias de politiqueros “de sobra” [...] Álvaro Maia recebera “o coração do operariado baré” [...] o povo rompia entre aclamação a Antonvilla, Carvalho Leal, Luiz Tirelli e Álvaro Maia (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 26 de ago. 1935).

Álvaro Maia também acabara trazendo consigo e para o próprio PPA, o apoio da Liga Eleitoral Católica, oficializado formalmente em agosto de 1935 (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 27 ago. 1935). Esse detalhe aponta para a superação das divergências entre o PTA e a LEC, antagonistas nos pleitos de 1933 e 1934. Conforme já apontado no capítulo anterior, naquelas eleições, o PTA esperava que prevalecesse a divergência de uma visão religiosa antissocialista da parte da LEC, o que acabou não acontecendo, haja vista decidirem acompanhar Álvaro Maia e o PSA.

Na época, o alinhamento da LEC com o PSA fora duramente criticado em artigos e colunas do *Tribuna Popular*, alertando aos que tomavam aquela posição de que:

[...] A condenação papal é implícita, não é formal, daí poderem ainda os católicos estar cá, estar lá com os socialistas. Sim concordo, os católicos “meias tintas”, aqueles que não querem seguir mais a perto a Cristo, esses poderão permanecer nas

posições brumosas. [...] poderão ficar nas falanges socialistas, porque tens sobre si o anátema de Roma (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 19 set. 1934).

Agora, porém, a LEC não só formalizava seu apoio ao PPA, como produziu um Manifesto de Apoio à Legenda “Pró-Amazonas com Álvaro Maia” para as eleições de 07 de setembro de 1935” (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 19 set. 1934). A entidade também passaria a marcar presenças pontuais em informes utilizando o *Tribuna Popular*, embora continuasse a imprimir seu próprio jornal, “*A Reação*”.

A legenda “Pró-Amazonas com Álvaro Maia” representava em seu título um sentimento de união em torno da figura do ex-interventor, e agora governador, que emprestaria seu nome e prestígio, embora não estivesse concorrendo a nenhum dos cargos a deputado federal.

Esses candidatos seriam Luiz Tirelli, Antonvilla Rodrigues Mourão Vieira e Alexandre de Carvalho Leal, este último proveniente do grupo dissidente do PSA. A apresentação de três nomes evidenciava uma estratégia de coesão em torno de uma chapa mais fortalecida, que não induzisse seus candidatos a concorrerem entre si pelas únicas três vagas que o Amazonas tinha aberto junto à Câmara Federal. Apesar de possuírem nomes na Assembleia Estadual, a LEC disponibilizaria apenas o apoio de sua militância, visto não indicar nenhum dos nomes concorrentes.

O fato dessa eleição ter sido convocada com o fim específico de atender o preenchimento dessas três únicas cadeiras parece explicar a reduzida participação dos demais partidos naquele pleito.

A oposição buscara organizar, da mesma forma, nomes que pudessem alavancar significativamente o número de votos, em vez de se fragmentar em um confronto com o fortalecido Partido Popular Amazonense.

Sob iniciativa de Leopoldo Carpinteiro Peres, do Partido Republicano Amazonense, juntamente com o deputado federal tenente Augusto Ribeiro Junior (PRRA), surgia a “Frente Única Parlamentar”. Elaborada ao longo do mês de agosto de 1935, tinha como objetivo tecer conversações acerca do pleito que se aproximava, em conjunto a outros partidos de oposição, como o Partido Liberal do Amazonas e o Partido Socialista Amazonense, este último sob o controle dos senadores Cunha Mello e Alfredo da Matta.⁷¹

⁷¹ Não conseguimos junto às fontes pesquisadas saber detalhes sobre a posição do Partido Liberal Amazonense, do qual inferimos ter-se ausentado destas conversações (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 29 de ago. 1935).

As tratativas resultaram na formalização da chapa “Amazonas Redimido”, composta pelos candidatos Leopoldo Carpinteiro (PRA), Aluysio Araujo (PSA) e Júlio César de Lima (PRRA).⁷² Nota-se que a legenda consubstanciara por igual a participação dos três partidos, permitindo o apoio tanto dos senadores amazonenses do PSA, quanto do deputado federal Ribeiro Júnior (PRRA).

A própria denominação “Amazonas Redimido” remete à chapa homônima entre o PSA e PRRA, que concorreu com êxito nas eleições estaduais de 1934. A ressalva de agora é justamente a ausência do governador Álvaro Maia, entre outros, que agora pertenciam ao novato PPA.

Ao observarmos o processo eleitoral pela imprensa da época, notamos que seu transcurso seria pautado por insídias oriundas de um discurso abrasivo de ambos os lados, dado o clima de profunda cisão fomentada especialmente pela dissidência de Álvaro Maia do seio socialista.

Os ataques podiam ter lá seu toque de sarcasmo quando, por exemplo, em reiteradas vezes nas páginas do *Tribuna Popular*, a denominação da Frente Única Parlamentar era propositalmente substituída por “Frente Única Para Lamentar” (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 29 de ago. 1935). Em outros momentos, partia-se para ataques no campo pessoal. Isso aconteceu, por exemplo, pelo fato de que o pai de Leopoldo Peres – “Sr. Carpinteiro Peres” – ter sido, à época da Rebelião Tenentista de 1924, em Manaus, alvo de perseguição por parte do líder revoltoso Ribeiro Júnior. Agora, “a população cobrava postura coerente com a memória do pai do candidato”, haja vista Leopoldo Peres ter se aliado ao antigo desafeto (Ibid.).

Leopoldo Carpinteiro Peres, aliás, ao que parece, era percebido pela liderança do PPA como principal candidato opositorista, já que dedicaram diversas notas e menções à sua pessoa (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 30 de ago. 1935). As críticas eram direcionadas, em boa parte, às antigas diferenças entre Peres e Ribeiro Júnior.

Discursos proferidos pelo líder tenentista de 1924 contra o agora aliado do PRA em eleições anteriores eram estampados em primeira página com destaque: “Povo querido! Mil vezes apertar a mão de um leproso, que chegar a ombrear com um decaído!”⁷³ Mesmo com o fim do processo eleitoral, a verbosidade contra Ribeiro Júnior da parte da liderança do PPA só parecia aumentar.

⁷² Lista de candidatos do TER/AM (DIÁRIO OFICIAL DO AMAZONAS, 30 de ago. 1935).

⁷³ Trecho de um discurso do capitão Ribeiro Júnior, na praça São Sebastião por ocasião da campanha eleitoral de outubro de 1934 – referia-se aos membros do Partido Republicano do Amazonas (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 29 de ago. 1935).

Em outubro de 1935, ainda podemos encontrar o deputado federal sendo tratado como

burro e imoral, tendo se juntado a Cunha Mello para deflagrar um plano diabólico contra o Amazonas [...] todos sabem ser o sr. Ribeiro Junior ‘safadinho’, ‘sabujinho’, ‘tapetezinho’, revelando aqui e ali mormente na Rebelião de 1924, suas afinidades com Caim, pela tempera de traidor” [...] o Ribeiro Júnior capaz de nobre gesto em 1924 morreu [...].⁷⁴

Interessante notar que, embora o agora deputado federal Ribeiro Júnior tivesse seu nome envolvido no acalorado debate de campanha, a Rebelião Tenentista de 1924 em Manaus – liderada por ele – seguia sendo zelada como importante momento histórico, devidamente incorporado ao discurso tanto do extinto PTA, quanto de Álvaro Maia, conforme visto no capítulo anterior. Certamente essa postura levava em conta o alinhamento feito por Maia de sua figura política àquela Rebelião de 1924, episódio que não se desejava apagar e que teve grande importância em sua carreira política.

Do mesmo modo, os membros da Liga Eleitoral Católica (LEC) que adotaram uma posição dissidente e que não acompanharam a determinação da entidade em apoio aos candidatos de Álvaro Maia também recebiam ferozes ataques da imprensa ligada ao PPA. Isso pode ser verificado na reação ao caso do deputado estadual Aristides Rocha – membro da LEC – que optou pelo apoio à legenda “Amazonas Redimido”, contrariando a decisão da entidade⁷⁵.

Após expor suas ligações e desejo de apoiar Leopoldo Peres, o *Tribuna Popular* dizia que “o sr. Aristides nisto, supera em malandragem o sr. Peres” (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 29 de ago. 1935). Em edições seguintes, o periódico voltaria a criticar Aristides Rocha, qualificado como “traidor da Igreja Católica”. Enquanto isso, a fim de granjear o apoio do eleitorado católico da LEC, sobre os candidatos do PPA, dizia-se que “o povo amazonense conhece bem a sinceridade religiosa de Luiz Tirelli, Antonvilla Vieira e Alexandre Carvalho Leal, que sem alardes obedecem à conduta da Santa Madre Igreja” (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 02 de set. 1935).

Nota-se, nesse episódio, a intencionalidade de desmerecer quaisquer dissidências internas da LEC, mesmo que, para isso, fosse necessário apelar a comparações sobre quem deteria a maior “fidelidade” à fé católica.

⁷⁴ O motivo do artigo seria rebater “ferozes ataques” de Ribeiro Júnior, produzido em uma entrevista a uma emissora de Rádio na capital federal, destratando Álvaro Maia. (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 07 de out. 1935).

⁷⁵ Poucos dias antes das eleições, no dia 03 de setembro, a LEC novamente publicava artigo em defesa da legenda liderada pelo PPA. (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 03 de set./1935).

A proximidade do pleito gerava uma escalada de tensão, não somente percebida pelos ataques e denúncias que ocupavam a quase totalidade das páginas do *Tribuna Popular* – duas ou três pequenas colunas dedicavam-se a esportes e temas de utilidade pública –, como também pela própria frequência com que passam a serem impressas suas edições, tradicionalmente quinzenais.

Na semana das eleições, o *Tribuna Popular* teria edições diárias, onde destacava o empenho de Álvaro Maia em caminhadas nos bairros da cidade, juntamente com seus candidatos. Além disso, eram divulgadas orientações quanto aos procedimentos do pleito, como a localização das seções eleitorais na cidade de Manaus – em número de vinte e duas – e seus respectivos responsáveis (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 02 de set. 1935).

Conforme já abordado, uma característica do quadro eleitoral das eleições anteriores que ainda podia ser notada em 1935 era o reduzido número de eleitores aptos a exercerem a faculdade de voto. Isso demonstrava que o código eleitoral de 1932, referendado pela Constituição Federal de 1934, ainda não lograra o êxito de conseguir estender a grandes faixas da população a possibilidade de exercer tal direito. Apesar dos constantes anúncios de apelo ao alistamento eleitoral e à presença no dia das eleições, verificou-se que, a despeito de um crescimento na participação dos eleitores de 49,52% em relação à eleição anterior, passando de 9.884 (1934), para 14.779 em 1935 (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 11 de nov. 1935), o número de participantes ainda representava uma escala reduzida frente aos 433.513 habitantes contabilizados no estado (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 1936).

Lacradas as urnas, o resultado final proclamado pelo Tribunal Regional Eleitoral dera conta de que o coeficiente eleitoral fora estabelecido em 4.926 votos, sendo que a legenda “Pró-Amazonas com Álvaro Maia” atingira 9.115 votos, enquanto a opositorista “Amazonas Redimido” recebera 5.515 votos.

Esses números ficaram divididos entre Luiz Tirelli (PPA) 9.045 votos, Aluysio Araújo (PSA) 3.764 votos, Leopoldo Carpinteiro Peres (PRA) 982 votos, Júlio de Lima (PRRA) 769 votos, Alexandre Carvalho Leal (PPA) 46 votos e Antonvilla Vieira (PPA) 12 votos (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO AMAZONAS, 10 nov. 1935).

A partir desse resultado, pela avaliação de cálculo pelo Tribunal Eleitoral, estariam aptos a assumirem as cadeiras na Câmara Federal: Luiz Tirelli (PPA), Aluysio Araújo (PSA) e Alexandre Carvalho Leal (PPA).

Evidencia-se, por esses números, que o estabelecimento do Partido Popular Amazonense dera resultados expressivos a seu grupo e que as divergências teriam sido, nesse período de instalação, controladas. Aponta-se também a perspectiva de que as forças políticas

estavam polarizadas, dali em diante colocando as forças do PPA e PSA em posições opostas, este último por eleger Aluysio Araújo.

2.4 O Partido Popular Amazonense: entre as crises nacionais e a consolidação regional

As eleições parlamentares de setembro de 1935 no Amazonas, tendo como finalidade o preenchimento de vagas abertas junto à Câmara Federal de Deputados, referenciam os primeiros resultados de que a criação do Partido Popular Amazonense havia trazido os resultados esperados por Álvaro Maia e Luís Tirelli.

O primeiro preocupava-se com a forte oposição dos senadores Cunha Mello e Leopoldo Peres, o que não poderia se repetir na bancada de deputados, cuja presença de Ribeiro Júnior completava o quadro deficitário para o governo amazonense em relação aos representantes do Estado na capital federal. Já Tirelli esperava, naquele momento, uma oportunidade para voltar ao palco legislativo que, somado a mais um companheiro de chapa, poderiam voltar a obter maioria favorável de deputados federais para o PPA.

Como já visto, mesmo diante de um pleito bastante tenso, por fim, o PPA atingira o esperado, sendo escolhidos Tirelli e Alexandre Carvalho Leal (proveniente do grupo dissidente do PSA) como novos deputados.

Para o Partido Socialista Amazonense (PSA), a derrota fora significativa, não somente pelas derrotas, mas também pela diminuição de eleitores que apostaram em seus candidatos, que obtiveram menos de um terço dos votos.

Por meio dessa eleição para a esfera federal, temos a apresentação de uma nova conjuntura política local bastante favorável para o PPA, pela qual nos indagamos de que modo se comportariam as forças agregadas em torno desse Partido para a manutenção dessa nova condição.

Em meio a isto tudo, porém, convém lembrar que o final daquele ano de 1935 ainda seria marcado, a nível nacional, pela escalada de tensões iniciadas pela denominada Intentona Comunista, em que, sob a liderança de Luís Carlos Prestes e Olga Benário, o Partido Comunista do Brasil desencadeou atentados em algumas capitais do país, com a intenção de controlá-las politicamente.

Sem lograr êxitos, a Intentona provocou a reação de Getúlio Vargas, que anunciara em 26 de novembro de 1935 o Estado de Sítio, baseado na Lei de Segurança Nacional, aprovada em abril daquele ano (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 02 de dez. 1935).

Sobre o Amazonas, as repercussões iniciais desse evento podem ser verificadas ainda através de boatos espalhados ainda no dia 11 de novembro, onde correram pela cidade “fortes rumores de que a sede do governo estadual, o Palácio Rio Negro, estaria prestes a ser invadida e o governador Álvaro Maia deposto, levando a aglomeração de centenas de cidadãos para velar a manutenção da ordem” (JORNAL DO COMERCIO, 12 de nov. 1935).

Embora não tivesse passado de um boato, o evento ilustra que havia pessoas – não identificadas pelas fontes – que teriam interesse em disseminar a instabilidade entre as relações institucionais amazonenses e a própria governabilidade de Álvaro Maia.

Esta, porém, estava assegurada pela chancela de Getúlio Vargas, agora reforçada pela eleição de dois deputados federais proveniente das fileiras do PPA e que, conseqüentemente, defendiam Maia e seu governo na capital federal.

Para os membros do PPA, o Estado de Sítio, em nível nacional, seria percebido como uma medida necessária, tendo em vista que “o movimento rebelde certamente possui ramificações ainda desconhecidas por completo, sendo necessária a salvaguarda da segurança nacional” (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 02 de dez. 1935).

A chegada do ano de 1936, apesar desses percalços que refletiam suas conseqüências no Amazonas, seria recebida pela imprensa do PPA com esperanças alvissareiras. Pela primeira vez, desde 1933, não estavam previstas eleições, o que trazia a oportunidade para que Álvaro Maia exercesse suas funções sem as inquietudes político-partidárias que os pleitos, em geral, sempre traziam consigo.

Em seus discursos, os novos deputados federais buscavam apresentar, perante a tribuna da Câmara Federal, as condições que permitiram o surgimento do PPA, assim como suas principais diretrizes. Ali, por exemplo, Luís Tirelli discorria em discurso que “o PPA surgira como um movimento de união de lideranças amazonenses, visando o fortalecimento das determinações do presidente Dr. Getúlio Vargas, para com toda nação brasileira” (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 13 de jan. 1936).

De modo a consolidar antigas promessas eleitorais, especialmente as que se referiam à base operária do PPA, Álvaro Maia procura atender, naqueles primeiros meses do ano, algumas de suas reivindicações. Uma delas tratava-se da construção de residências para os trabalhadores da unidade bombeadora de água, localizada na Ponta do Esmael, naquela época, uma região afastada do núcleo central de Manaus. Denominada de “Villa Operária”, além das dez casas, a vila também contaria com uma escola pública nas proximidades, visando atender os filhos dos empregados. No momento, um operário orou “agradecendo em nome de seus

colegas o interesse que o atual chefe do Estado vem demonstrando pelo trabalhador” (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 16 de mar. 1936).

Com ações como essa, Álvaro Maia granjeava a retribuição do apoio operário que, por sua vez, havia confiado na liderança de Luís Tirelli, quando proposta a criação do PPA, fortalecendo assim a legenda.

A atuação dos deputados do PPA na Assembleia Legislativa Estadual, naquele primeiro semestre de 1936, concentrara-se em discursos e moções de apoio tanto ao governador amazonense, quanto ao presidente Getúlio Vargas. Em uma de suas sessões, no dia 31 de março, o deputado Antonio de Vasconcellos dirigiu duas monções “de apoio irrestrito aos poderes constituídos da República e do Estado, em fase do delicado momento que atravessa nossa Pátria. Certamente, poderão estas lideranças contar com o apoio irrestrito das forças parlamentares amazonenses que hora lhes respaldam confiança” (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 06 de abr. 1936).

Como podemos perceber também pela atuação de seus parlamentares, o PPA não só havia gerado uma força política que agiria nos momentos eleitorais, mas, agora, procurava projetar um bloco consistente de apoio para com Álvaro Maia. Para isso, sua estratégia principal era vincular fortemente sua imagem à frente do Amazonas, com a do mandatário nacional.

Eis, portanto, que é possível perceber que, nesse momento, apesar dos tumultuosos anos do estabelecimento de uma “ordem institucional” fruto das Constituições Federal de 1934 e Estadual de 1935, assistíamos no Amazonas ao surgimento e consolidação do PPA que, a seu tempo, estimulou a fusão de um grupo coeso na defesa de Getúlio Vargas, cujas trajetórias haviam se originado no Trabalhismo de Luiz Tirelli e na liderança de Álvaro Maia.

Ao observar como se deu esse processo, lembramos da perspectiva de Pierre Rosavallon de que “a tarefa do historiador é a de tentar restituir ao passado sua dimensão de presente, isto é, de indeterminação; para tanto, é preciso resgatar a experiência política dos atores, seus sistemas de ação, representação e contradição” (2010, p. 34).

A abordagem aqui produzida denota que, apesar de sua distância geográfica, a política amazonense entre os anos de 1933 a 1936 acompanhou e participou na discussão das grandes decisões nacionais, fazendo-se agente ativo em diversos e importantes capítulos da mesma.

Contudo, as informações avaliadas sugerem um maior acompanhamento acerca de temas que estiveram muito presentes nas discussões políticas: precisamente, quais as noções sobre o Trabalhismo, apresentado naquela época, eram interpretadas pelas lideranças políticas amazonenses? Ou ainda, até que ponto esse discurso, de fato, influenciou a classe proletária

do Amazonas e sua luta em prol da melhoria de suas condições de trabalho? Que papel o Jornal *Tribuna Popular* desempenhou para com os objetivos das lideranças que se declaravam trabalhistas?

Questões como essas mostram-se de relevância fundamental para que os significados de muitas das ações já relatadas possam ser melhor compreendidas.

3 JORNAL *TRIBUNA POPULAR* E A CONSTRUÇÃO DE UM IDEÁRIO TRABALHISTA NO ESTADO DO AMAZONAS

A história do Brasil e a história da imprensa caminham juntas, se autoexplicam, alimentam-se reciprocamente, integrando-se num imenso painel. Nesse cenário, muitas vezes os personagens são exatamente os mesmos, na imprensa, na política e nas instituições. [...] Não há como escrever sobre a história da imprensa sem relacioná-la com a trajetória política, econômica, social e cultural do país (MARTINS, A.L.; DE LUCA, T. R. *História da Imprensa no Brasil*, 2008, p. 8).

3.1 Aspectos Gerais do *Tribuna Popular*

O período denominado como “Governo Constitucionalista”, compreendido entre os anos de 1934 e 1937, caracterizou-se por um período específico e transitório entre o fim do Governo Provisório de Getúlio Vargas (1930-1934) e o advento chamado Estado Novo, que vigoraria entre 1937 e 1945.

Como vimos anteriormente, durante esse período, dois episódios especiais agitaram os círculos políticos amazonenses entre 1934 e 1936: a perspectiva da convocação de eleições para a formação de uma Assembleia Nacional Constituinte e a formação de Assembleias Estaduais.

Em virtude da proximidade das eleições de 1934, o ano de 1933 seria marcado pela reestruturação das forças políticas locais em torno das eleições para deputados constituintes. A partir de 1933, foi possível detectarmos a volta das atividades tanto de organizações partidárias anteriores a 1930 – como o Partido Republicano Amazonense – ou o aparecimento de novas agremiações, como os Partidos Socialista e Trabalhista Amazonenses.

No caso da conjuntura local, as conversações em torno da formação de legendas, agregando esses e outros partidos, estabeleceriam, para algumas das lideranças políticas ali encabeçadas, a necessidade de estreitar laços de identidade com diversas faixas do eleitorado, ampliando suas bases eleitorais. Referimo-nos, por exemplo, aos trabalhadores urbanos, muitos deles operários, geralmente relegados ao papel de agente secundário perante os discursos políticos oficiais.

Diante disso, buscaremos, através deste capítulo, abordar as estratégias desse grupo quanto à criação do *Tribuna Popular*, os desafios para sua manutenção e como se consolidou durante sua vigência como um instrumento de orientação e propagação do ideário Trabalhista no Amazonas.

A contextualização desse quadro, a nosso ver, perpassa a incorporação das camadas urbanas ao cenário político, especialmente após certos eventos desencadeados pela Revolução de 1930.

Apontam isso diversos decretos e Leis, como a de nº 19.770 de março de 1931, conhecida como Lei da Sindicalização, que tentava reforçar, entre a classe trabalhadora urbana, a necessidade de vinculação em entidades devidamente reconhecidas pelo MTIC, em troca de uma série de benefícios que, posteriormente, seriam “garantidos” pelo governo, como, por exemplo, a jornada de oito horas diárias aos operários das indústrias, oficializada em 1932 (GOMES, 2005, p. 30-31).

Esse novo “status” – delegado pelas forças do MTIC aos sindicatos e associações – contribuiria para que, ao longo dessa primeira metade da década de 1930, tais entidades e seus variados agentes passassem a serem percebidos como uma força social a ser inserida no palco político dali em diante.

Com o intuito de propagar suas ideias e propostas, o Partido Trabalhista Amazonense cria o periódico de tiragem semanal, denominado “*Tribuna Popular*”, autointitulado “órgão de divulgação do Partido trabalhista Amazonense”.

Como vimos, no contexto da criação do periódico, a política amazonense vivia um processo de constantes rearranjos políticos, o que torna possível perceber certa preocupação do *Tribuna Popular* em manter uma identidade própria, independente das flutuações que poderiam atingir ao periódico, como resultado dos arranjos políticos que ocorriam naqueles anos.

O próprio jornal acabou envolvido em um desses rearranjos, quando da fusão do Partido Trabalhista Amazonense com lideranças provenientes do partido Socialista Amazonense, o que resultou na formação de uma nova sigla.

A utilização de periódicos – por vezes de curta duração – já era recorrente tanto no meio sindical quanto no cenário político-partidário amazonense. No âmbito local, a presença desses veículos de comunicação voltados ao meio político sindical no cotidiano amazonense data, pelo menos, desde o início do século XX (PINHEIRO, 2001). Pode-se afirmar que, se por um lado existiu nessa época uma “grande imprensa”, por outro lado, também marcavam presença na sociedade amazonense os periódicos que dispunham de menores recursos, geralmente surgidos nos meios sindicais. Maria Luíza Pinheiro constata isso, mencionando que:

os jornais operários não fizeram parte da grande imprensa, porque amiúde lhes faltava recursos financeiros, mas apesar de serem Folhas de um dia na maioria das vezes, com uma produção descontínua e dispersa, foram fundamentais para o conhecimento da labuta dos operários: anseios, reivindicações, denúncias, movimentos e vitórias (2001, p. 131).

No entanto, a inserção do *Tribuna Popular* na imprensa periódica amazonense nos anos 1930 – com a finalidade principal de difundir um partido político – não era novidade, mesmo anteriormente a essa época. Desempenharam funções parecidas “*O Liberal*” e “*O Amazonas*”, ligados ao Partido Liberado do Amazonas (SANTOS et al., 1990, p. 132) ou ainda “*A Reação*”, vinculado ao Partido Republicano Amazonense (Ibid., p. 122).

Como veremos adiante, o *Tribuna Popular*, ao longo de suas 116 edições, designa a preocupação com a ampliação das bases eleitorais em um período marcado pelo aprofundamento do processo de urbanização, além de promover a discussão de uma identidade “trabalhista”, conforme inclusa no próprio nome do Partido.

Com efeito, não tencionamos, nesta dissertação, produzir uma espécie de “dissecação” do *Tribuna Popular*, sob o prisma da complexidade dos estudos que envolvem a História da Imprensa Brasileira.

Nosso olhar sobre o periódico, porém, objetiva seções seguintes, averiguar como seu perfil portou-se em relação à conjuntura imposta pelo Governo Provisório e as propostas varguistas no campo do trabalho, tornando-se um instrumento de divulgação e também de instrução quanto a isto.

Proseguiremos, por fim, em delinear que papel o *Tribuna Popular* desempenhou na postulação e divulgação do grupo político e sindical, ali reunidos, constituindo um ideário Trabalhista no Amazonas durante os anos 30.

A criação do periódico *Tribuna Popular* remete ao ano de 1933 – mesmo ano de fundação do PTA, contando com apenas duas edições impressas.

Essa interrupção, talvez, possa ser explicada se levarmos em conta as dificuldades que os demais periódicos do estado vinham encontrando para conseguir se manterem em circulação, em um contexto marcado pela crise da economia gomífera.

Para a historiadora Maria Luiza Pinheiro, os anos da década de 1920 haviam criado uma nova fase da imprensa amazonense, caracterizada por uma retração nos títulos veiculados no Estado. Para a autora,

Impulsionada pela expansão econômica do extrativismo da borracha, a imprensa amazonense que chegou a década de vinte, demonstrou não conseguir sobreviver à crise do modelo econômico que a ensejou (PINHEIRO, 2001, p. 63).

Seria lógico projetar que esse quadro continuava nos anos de 1930. Segundo Alves, nesse período “circulavam aproximadamente 25 periódicos no Amazonas [...] alguns remanescentes das duas primeiras décadas do século XX, que tiveram seu fim nos anos 30, outros nasceram nessa década de 1930, mas tiveram vida curta” (ALVES, 2009, p. 60). De fato, são apontamentos que denotam esse período como de grande desafio para a abertura e manutenção de periódicos na região.

No ano seguinte, ocorre a retomada do periódico com a publicação de seu terceiro número, datado de 15 de maio de 1934. Note-se que, embora os motivos da interrupção não tenham sido detalhadamente especificados, é possível inferir alguns dos motivos. Logo na primeira coluna, intitulada “Trabalhistas em Forma”, menciona-se que este “era agora editado em oficina própria”, denotando que, anteriormente, o jornal poderia carecer de um espaço mais apropriado para o porte de trabalho que intencionava projetar. Informa-se ainda que a “redação e oficina” funcionavam à rua Henrique Martins, nº 9, esquina com a rua Lobo D’Almada, em plena área central da capital amazonense.

Pelas informações que obtivemos por meio de edições, o financiamento do jornal era assegurado por anúncios e propagandas que dividiam espaço com as notícias e artigos. Nenhum balancete ou prestação de contas foram ali divulgados nas edições a que tivemos acesso.⁷⁶

Informes sobre a prestação de serviços por profissionais liberais, divulgação de diversas marcas de remédios e cigarros, assim como barcos de transporte de linhas nacional e internacional, entre outros anúncios, pareciam ser um meio de assegurar sua periodicidade quinzenal. Contudo, às vésperas das eleições, sua circulação era praticamente diária.

Quanto à sua tiragem, sabemos que os periódicos amazonenses, geralmente, não tinha o costume de informar o número de exemplares de suas publicações (RIBEIRO, 2014). Em um caso específico, na edição seguinte ao comício que oficializava a criação do PPA, menciona-se “a tiragem de 3.100 exemplares do Tribuna Popular” (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 18 de jul. 1935).

Os editores do jornal foram Vivaldo de Palma Lima como redator-chefe, Antonio de Vasconcellos como diretor político e Oscar Costa Rayol como redator-secretário. Embora estes fossem membros do PTA (Ibid.), não participaram como candidatos em nenhuma das eleições do período. Desses, constatamos ter sido Antonio de Vasconcellos

⁷⁶ Inferimos que, enquanto Órgão de Divulgação do PTA, o *Tribuna Popular*, assuntos deste tipo, pudessem fazer parte de assuntos internos do Partido, do qual não tivemos acesso as atas.

quem mais assinou colunas e artigos, sendo que são os únicos cujos nomes e funções são descritos em todas as edições a que tivemos acesso.

Quanto ao formato do jornal, verificamos que possuía formato de 36x53cm, composto de 04 páginas, 06 colunas e 01 caderno. Conforme mencionado, sua coordenação era executada por três funcionários, apesar de que a menção de possuírem gráfica própria e coordenarem um sistema de distribuição aponta-nos que havia a necessidade de mais empregados que, no entanto, não são mencionados (SANTOS et al., 1990, p. 203). Suas dimensões gerais, portanto, pareciam acompanhar periódicos da então “grande imprensa amazonense”, como por exemplo, o *Jornal do Commercio*, um diário iniciado em 1904 e em circulação até a atualidade, o qual tinha na época o formato de 57x38 cm, composto usualmente de 04 páginas e 06 a 08 colunas (Ibid. p. 120).

Por fim, a manutenção de um endereço telegráfico – “Triopopular” – para o recebimento de mensagens de fora da cidade e do Estado, também ser contabilizado, aliás, um recurso muito utilizado, conforme veremos adiante.

Atender a demanda de um periódico semanal, deveras, impunha a seus empreendedores um desafio financeiro considerável. Constatamos, ao longo da existência do *Tribuna Popular*, que diversas estratégias operacionais eram tentadas, para contribuir com o fechamento desta contabilidade.

Desde a retomada da impressão em 1934, verifica-se uma preocupação quanto a isto. A cobrança do valor da edição era de \$200 (duzentos réis), sendo que edições anteriores também eram disponibilizadas ao custo adicional de \$500 (quinhentos réis).

Para fins de comparação, o *Jornal do Commercio* cobrava em sua edição diária \$300 (trezentos réis), sugerindo certa preocupação com jornais concorrentes.

Também, ao contrário de outros periódicos locais, não apresentava valores diferenciados para capital ou interior, talvez devido à sua precária capilaridade pelas demais cidades do interior do Estado. Na edição de 6 de setembro de 1935, lista-se que o mesmo preço era cobrado na capital e interior, de “assinaturas mensais \$1000 (um mil réis) (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 29 de ago. 1935).

Desde seu início, o *Tribuna Popular* também utilizou do expediente de patrocinadores, os quais eram conhecidamente membros do PTA/PPA e outros – ao que nos parece a maioria – simpatizantes ou não dos Partidos.

Alguns anunciantes ligados ao PTA podem ser melhor identificados pelos anúncios de profissionais liberais, como “Dr Vivaldo Lima – médico e advogado”⁷⁷. Em alguns casos, como o do “Eletricista Ivo – o mais confiável” pouco podemos inferir quanto a esta possibilidade, embora sua presença seja detectada em todas as edições, o que denota ao menos simpatia quanto à proposta do jornal.⁷⁸

Também havia a possibilidade de arrecadação de fundos de menor monta, através de avisos menores, chamados de “publicações particulares”, que deveriam “ser contratadas junto a gerência e pagas adiantadamente” (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 18 de jun. 1934).

Uma indicação de que o *Tribuna Popular* tinha um alcance social maior do que o público alvo do PTA eram os inúmeros e variados anúncios de maior destaque, cujos espaços que ocupavam eram generosos, a partir da segunda página das edições.

Estas iam desde informes sobre medicamentos e seus benefícios – “Regulador Universal para doenças de senhoras”, “Sezonol: contra o impaludismo” – passando por estabelecimentos comerciais, como drogarias “Farmácia Lopes e Drogaria Central” ou ainda estabelecimentos diversos como “Casa da Sorte: Loterias Federal, Casa 22 Paulista (tecidos), Armazém de Ferragens do Mercado J. Soares & Cia, Grande Armazém Rufino & Irmãos, Sapataria Iracema, Chapelaria Goulart, Alfaiataria Bezerra, Commercial do Pará – Seguros Marítimos”, só para mencionar os de maior frequência em suas páginas. Lembramos também a Fábrica de Cigarros Minerva, que alterava nas edições anúncios de suas variadas marcas, como “Canário, e Chinês” (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 18 de jun. e 25 de jul. 1934).

Serviços como de “utilidade pública” eram veiculados em todas as edições, informando saída e chegada de embarcações e seus destinos (algumas destas faziam anúncios individuais em espaços maiores), assim como a cotação nacional e internacional de diversos produtos como carnes de animais silvestres, café, azeite de oliva ou farinha de trigo, entre outros.

Também se listavam os plantões de farmácias que estariam abertas nos finais de semana, assim como locais de alistamento eleitoral, além de endereços e horários de funcionamentos de órgãos públicos das três esferas.

Por fim, reforçando a política editorial de variar os eixos temáticos tradicionalmente explorados pelo jornal, eram deixados espaços dedicados às atualizações esportivas, onde se notam, com mais frequência, os campeonatos de xadrez e futebol. Em períodos de maior

⁷⁷ Também redator-chefe do *Tribuna Popular*.

⁷⁸ Em nenhuma edição, o “Eletricista Ivo” ou qualquer outro nome com esta inicial fora candidato pelo PTA ou PPA.

acirramento dado os embates eleitorais, a estes temas eram reservados espaços mínimos como a “Coluna Desportos”.

Em certas edições, podemos encontrar balanços de algumas das Caixas de Pensões dos trabalhadores manauaras. Estes últimos levavam duas a três páginas inteiras do jornal, sugerindo que pudessem ser cobradas, o que gerava certa fonte de renda para a manutenção do *Tribuna Popular*.⁷⁹

Precisamos lembrar que a conjuntura econômica brasileira e, especialmente, a amazonense daquela primeira metade da década de 1930, lançava desafios a quem procurava manter-se ativo ou ainda abrir novos jornais. Em boa parte, sua manutenção exigiria um público que adquirisse os mesmos, sendo que, para isso, a periodicidade e a confiabilidade dos artigos fossem significativas para o sucesso da empreitada.

Esse desafio foi enfrentado pelos pioneiros do *Tribuna Popular*, que procuraram estabelecer os meios necessários para que o periódico se tornasse viável economicamente.

O jornal, porém, tinha um objetivo maior, que era difundir a mensagem de um grupo político envolvido em torno do Partido Trabalhista Amazonense. Quanto a essa perspectiva, suas estratégias e resultados são o que nos levam a pesquisá-lo em seguida.

3.2 O *Tribuna Popular* e a identificação com as propostas varguistas

Conforme vimos até aqui, Partido Trabalhista Amazonense surge em meio a um contexto singular, onde, sob a perspectiva da retomada de uma ordem constitucional, verificasse um momento de reorganização ou mesmo fundação de agremiações.

Diante disso, o PTA funda, como seu órgão de divulgação, o periódico *Tribuna Popular*. Além de suas funções partidárias, o jornal também passa a ser destinado à “orientação das hostes trabalhistas” (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 15 de mai. 1934). Mas a quem especificamente se referiam ser esse grupo? Em continuidade, o jornal nos esclarece serem:

Homens de trabalho, que constituem ser uma parcela numerosa da massa popular, que até estes últimos tempos, estavam acostumadas a servirem de degrau para onde o político com suas lábias subiram para se elevar as altas posições. Porém os tempos mudaram e esses homens de trabalho não se sujeitam a servirem de degrau a mais ninguém, pois não de encontrar entre seus companheiros e camaradas quem possa

⁷⁹ Os Portuários de Manaus publicaram um extenso e detalhado Relatório Financeiro sobre sua Caixa de Aposentadoria e Pensões, onde utilizaram diversas tabelas como forma de “prestar contas aos associados” (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 27 abr. 1935).

indicar para ocupar as posições políticas (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 15 de mai. 1934).

Aqui, notamos alusão a uma proposta diferente, da qual partilhariam os candidatos do PTA. Identificando claramente que suas hostes seriam compostas primariamente por elementos oriundos da classe trabalhadora, o Tribuna Popular imediatamente trata de inferir que o PTA seria, por isto, diferente em relação aos partidos já conhecidos pelo eleitorado amazonense.

Dessa vez, a classe trabalhadora teria ali legítimos representantes da categoria, “companheiros”, como ali se refere. Por certo, uma postura que, senão inédita, partilhava do ponto de vista de quem, como Luís Tirelli, por exemplo, tinha raízes no sindicalismo dos trabalhadores marítimos.

Por outro lado, o *Tribuna Popular* propõe a possibilidade de que o PTA poderia vir a agrupar lideranças que se dispunham a compreender as mudanças que cotidiano de trabalhadores e sindicatos presenciavam naqueles primeiros anos de instalação do Ministério do Trabalho.

Ainda quanto a esta contextualização, em consideração dos conceitos de enunciado/enunciação e representações partilhadas pelos interlocutores, proposto por François Flahault, cita Braga:

Como o discurso jornalístico é público é dirigido a uma pluralidade de leitores – e de leituras. Esta pluralidade pode ser considerada pelo menos como uma dupla recepção: pelo leitor cúmplice e pelos adversários [...]. Podemos considerar as oposições e as identificações que o discurso propõe como um campo estratégico formado pelas representações que o jornal se dá de si mesmo, de seus aliados e de seus adversários (BRAGA, 2002, p. 329).

Sob esse discurso, além de sua mensagem dirigida ao público de aliados, a liderança do PTA sugeria ao público adversário uma potencialidade que não fora devidamente aproveitada pelo quadro político até então.

Nesta fase em que se projetavam as eleições para formação da Assembleia Constituinte Estadual de 1935 e, portanto, de novas eleições, o Tribuna Popular se constitui como determinante porta-voz de incremento do grupo vinculado ao PTA:

Com a reforma constitucional do país, dentro em pouco vamos ter uma séria campanha eleitoral. É tempo dos trabalhistas entrarem com todo entusiasmo em ação. Já o chefe do Partido Trabalhista Amazonense mandou dar o toque de reunir;

por isso nós somos o porta voz da ordem: Trabalhistas em forma! (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 15 de mai. 1934).

Infere-se, por essas palavras que, nesse momento, o PTA buscava incentivar o alistamento eleitoral e a participação política de seus filiados e simpatizantes, para quem o não alistamento eleitoral representaria uma “indiferença criminosa”. Novamente por meio do *Tribuna Popular* afirmava-se que:

[...] chega, portanto, o momento dos trabalhistas abandonarem a indiferença criminosa de não se alistarem eleitores, porque não terão melhor ocasião de poder influir na elaboração da Carta Constitucional do Estado, afim de que seus direitos fiquem assegurados com o mesmo cuidado com o que está sendo na Constituição Federal (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 04 de jun. 1934).

Ao dirigir-se mais rigorosamente aos simpatizantes do PTA que não se cadastravam enquanto eleitores como atores de uma “indiferença criminosa”, o jornal reflete o acirramento dos ânimos para o pleito de 1934. Como já apontado no primeiro capítulo, a resistência do Partido Trabalhista Amazonense (PTA) em participar da iniciativa da União Cívica Amazonense (UCA), em 1933, colocava os primeiros em campo, oposto a importantes nomes ligados ao Partido Socialista Amazonense (PSA), como Álvaro Maia e Leopoldo Tavares de Cunha Mello, que também concorrerem às eleições para a Assembleia Nacional Constituinte. Além disso, lembremos que a arregimentação do apoio político para a UCA contava com a participação do Interventor Federal, Rogério Coimbra, o que demonstra uma aproximação das lideranças socialistas com o governo varguista.

Tal aproximação colocava o PTA em uma situação na qual se tornava necessário desenvolver uma estratégia que permitisse demonstrar que suas lideranças também corroboravam com Getúlio Vargas e sua condução frente ao Governo Provisório. Atingindo tal objetivo, talvez buscassem evitar um isolamento no quadro político local.

Verifica-se isso na edição nº 4 quando, em destaque de primeira página, era anunciada “a assinatura do decreto, pelo Dr. Getúlio Vargas, criando a Caixa de Aposentadorias e Pensões dos Comerciários”. Ali, ainda chama nossa atenção para a imagem de Getúlio sob a interessante legenda: “Dr. Getúlio Vargas, candidato dos Trabalhistas do Brasil à Presidência Constitucional da República” (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 21 de mai. 1934).

Defere-se dessa mensagem dois movimentos intencionais: o primeiro através de um discurso que firmemente atrelava o PTA com a figura de Vargas. Em segundo lugar, a mensagem parece-nos induzir o leitor que “os Trabalhistas do Brasil” eram um segmento

político que extrapolava as fronteiras amazonenses e que, independentemente de quem viesse a lançar sua candidatura perante a Assembleia Constituinte, a decisão por Vargas já era assegurada pelo deputado federal Luiz Tirelli.

Vimos, anteriormente, que o PTA adaptava seu discurso conforme os acertos e intenções eleitorais acertados em âmbito local. Opositores de uma determinada eleição podiam virar alvo de elogios em outra, como no caso da relação com a Liga Eleitoral Católica, nas eleições de 1934 e de 1935, respectivamente. Por outro lado, quanto à política nacional, o PTA cada vez mais aprofundaria sua adesão ao projeto varguista.

Aliás, nota-se que nenhum outro expediente do tipo fora tão utilizado pelo PTA junto às páginas do *Tribuna Popular* do que o de demonstrar que o partido encontrava-se inserido na política amazonense como um grupo representativo de Vargas junto à classe obreira amazonense.

Pode-se conferir isso, seja pelo jornal reproduzir diversos trechos de discursos onde o mandatário nacional “defende o povo trabalhador brasileiro” (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 24 de fev. 1936), ou ainda “que nossos candidatos pelo PPA, apoiados pelo governador Álvaro Maia, o grande defensor de nosso excelentíssimo presidente, Dr. Getúlio Vargas, esperam por seu voto” (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 31 de ago. 1935).

Como já visto, Luiz Tirelli não só era quem liderava essa aproximação junto às entidades de representação, como também fazia questão de ele próprio ser visto como maior responsável por esse estreitamento de relações.

Logo após o reinício das atividades do jornal, em maio de 1934, sua primeira edição trazia em primeira página a figura de Tirelli, destacando que sua escolha pelos amazonenses para compor a Assembleia Nacional Constituinte era “regozijada pelos mais de 500 mil membros da Federação dos Marítimos do Brasil (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 15 de mai. 1935)”. O recém-eleito deputado federal ainda dirigiu as seguintes palavras à classe proletária do Amazonas:

[...] Consciente de estar sendo o legítimo interprete de suas aspirações [da classe trabalhadora do Amazonas], aqui ficarei firme, desassombrado a altivo, procurando honrar cada vez mais o mandato que me conferiram (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 15 de mai. 1934).

Em discussões já colocadas, sabemos que autores como Ângela de Castro Gomes ou Adalberto Paranhos expõem que, durante esta primeira metade da década de 1930, um fator preocupante para a efetivação plena do modelo que o MTIC propunha aos sindicatos era sua

legalização junto ao governo. O que não ocorria a contento e como Vargas desejava, em boa parte devido a resistências das lideranças sindicais em perderem sua autonomia, consequência de anos de lutas nas décadas anteriores.

O leitor que percorrer as páginas do *Tribuna Popular*, entre os anos de 1934 e 1935, perceberá que Luiz Tirelli passou boa parte de seu mandato como deputado federal, desenvolvendo um bom trânsito entre a burocracia estatal do Rio de Janeiro, principalmente nas articulações necessárias para a formalização dos sindicatos amazonenses junto ao MTIC.

É possível perceber isso quando, em junho de 1934, uma coluna da Federação Trabalhista do Amazonas anunciava a criação da referida entidade:

Em sessão solene, com a presença de todos os delegados das antigas associações federadas e sob a presidência do nosso amigo Francisco Caetano de Andrade, presidente do Sindicato dos Cigarreiros e da União Operária Amazonense, instalou-se oficialmente a nova entidade proletária, **cuja carta constitucional acaba de ser remodelada, nos termos da lei de sindicalização**, devendo os novos estatutos seguir para o sul no próximo avião da Panair, para serem submetidos a aprovação do sr. Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, na forma da legislação vigente. A nova entidade constitui seus procuradores junto ao Ministério do Trabalho, aos nossos prezados amigos, deputado Luiz Tirelli e João Antonio Jacob, presidente do sindicato dos empregados da Light e Companhias Associadas [...] (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 04 de jun. 1934, grifo nosso).

A mensagem permite-nos obter informações valiosas quanto ao papel de Tirelli no fomento de uma vinculação da Federação Trabalhista Amazonense, conforme a nova legislação sindical promovida pelo Governo Provisório.

Ademais, percebemos a que ela surgia em resultado de uma substituição das antigas “associações federadas” por uma Federação juridicamente mais atualizada quanto à política sindical nacional.⁸⁰

Seria razoável, portanto, que o modelo adotado por essa Federação desencadeasse junto aos sindicatos e ela filiados o mesmo procedimento. As fontes documentais a que tivemos acesso não permitiram confirmar quais foram os sindicatos e associações vinculados à Federação, porém percebemos que diversos sindicatos e associações operárias tiveram suas respectivas cartas sindicais acompanhadas por Tirelli junto ao MTIC.

Entre estes, estavam o Sindicato de Empregados em Tração, Força e Luz (antigo sindicato Diaristas da Manaós Tramways)” (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 02 de jul.

⁸⁰ Interessante notar que a documentação necessária para a oficialização da Federação Trabalhista do Amazonas junto ao MTIC, por certo deveria ter sido bem elaborada, além da própria atuação dos procuradores dela na capital Federal, conforme atesta sua rápida publicação nos órgãos oficiais (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, seção 1,20 de set. 1934).

1934), o Sindicato dos Metalúrgicos de Manaus e o Sindicato dos Leiteiros (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 11 de set. 1934).

Fora adotada ali, como uma estratégia, que tal iniciativa beneficiaria os envolvidos; por vezes deixavam-se de lado longas exposições e usos de termos técnicos, partindo diretamente aos relatos de exemplos de como o Ministério do Trabalho poderia agir em prol dos trabalhadores e sindicatos a ele atrelados.

Na edição nº 05, o *Tribuna Popular* relatava o caso de uma empresa de produção de erva mate, sediada em Curitiba, que havia sido acionada “pelo Sindicato dos Operários Hervateiros, que através do Ministério do Trabalho, buscava reverter a demissão de diversos funcionários da empresa F. F. Fontana & Cia” (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 28 de mai. 1934). Em continuidade, o artigo chamava a atenção para diversos pontos especificados pelo artigo nº 13 do decreto n. 19.770 de março de 1931, quanto aos direitos que o trabalhador sindicalizado poderia recorrer, contra demissões ilegais.

Depreende-se isso através da informação de um “recebimento de telégrafo, informando o reconhecimento pelo Ministério do Trabalho dos Sindicatos de Empregados em Tração, Força e Luz (antigo sindicato Diaristas da Manaós Tramways)” (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 02 de jul. 1934). Em outra edição, anunciava-se “a chegada à cidade de Manaus das Cartas Sindicais do Sindicato dos Alfaiates e Costureiras, e dos Remadores de Manaus” (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 11 de set. 1934).

Em reuniões, membros do PTA dirigiam-se às associações para palestras sobre as vantagens da adesão dos sindicatos ao MTIC, como percebemos a seguir:

Em reunião ordinária, o Sindicato dos Gráficos, sob a fala dos camaradas Luiz Corrêa, [...] comentaram acerca das vantagens do pedido de sindicalização da sociedade, mostrando a todos os presentes, as vantagens que advém a classe esta medida. O procurador do sindicato ao Rio de Janeiro, o sr. João Antonio Jacob, espera para breves dias o registro da Associação no Ministério do Trabalho (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 01 de abr. 1935).

Com a necessidade de manter contatos com sua base eleitoral, Tirelli precisava se deslocar com certa frequência ao Amazonas. Por preferir utilizar a navegação como meio de transporte, seu deslocamento tomava-lhe mais tempo que uma viagem aérea; esta, ao contrário, bastante utilizada por Álvaro Maia, por exemplo. A necessidade de ter alguém de sua confiança à frente das filiações sindicais ao MTIC, como já vimos, recaiu na escolha do líder sindical carioca João Antonio Jacob, escolhido procurador da Federação Trabalhista Amazonense na capital federal.

Ao que parece, sua escolha da parte de Tirelli fora uma decisão acertada, pois Jacob passa a exercer um importante papel no processo de dinamização as filiações das associações sindicais ao MTIC, tendo seu nome diversas vezes veiculado no *Tribuna Popular*, em informes sobre os andamentos dos processos de filiação junto ao MTIC.

Um exemplo bem claro de sua atuação aparece na edição nº 19, em um anúncio que informava que “através de mensagem telegráfica chegada até nós, o representante da Federação Trabalhista Amazonense, Antonio Jacob, noticia concluída a formalização sindical do Sindicato dos Estivadores de Manaus, assinada pelo ministro Agamenon Magalhães” (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 03 de set. 1934). A nota também nos ajuda a comprovar a preocupação do PTA em conseguir dar celeridade aos processos sindicais junto ao MTIC, mesmo na ausência de Luiz Tirelli na capital federal⁸¹.

A chegada a Manaus, das Cartas Sindicais – documento em que o MITC oficializava a adesão do sindicato – por vezes não era somente anunciada, mas transformada em um momento festivo, que servia para promover as lideranças do PTA, principalmente entre seus correligionários e simpatizantes.

Esses eventos pareciam ter maior destaque nos momentos em que o deputado Luiz Tirelli encontrava-se em Manaus. Um dos casos que nos chamou à atenção foi a cerimônia da entrega da Carta Sindical do “Sindicato dos Enfermeiros do Amazonas”, em que diversas autoridades do PTA, incluindo Tirelli, Lourenço da Silva Braga (da União dos Taifeiros), Vivaldo Lima, entre outros, fizeram questão de marcar presença.

Nessa cerimônia, ocorrida na sede do Sindicato dos Metalúrgicos, Luiz Tirelli fez um discurso “relatando um histórico do processo que transcorreu para adesão do Sindicato dos Enfermeiros ao MTIC” e os meios que o PTA se utilizou para a “agilização do processo” (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 24 de set. 1934). Infere-se daí que, obviamente, esse discurso serviria também como um momento educativo, para que outros sindicatos que porventura estivessem ali, pudessem melhor compreender como essa adesão se produzia nos meandros burocráticos e, obviamente, seus posteriores benefícios.

Em consonância com o que já comentamos em capítulos anteriores, vale lembrar que esse empenho na adesão dos Sindicatos à estrutura projetada pelo MTIC, conforme observa Luís Werneck Vianna, era um elemento muito importante para as pretensões do Governo Varguista pois:

⁸¹ Sabemos que, desde meados do mês de agosto daquele ano, Luiz Tirelli encontrava-se na capital amazonense e em visita a municípios vizinhos (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 20 de ago. 1934).

Logo que incluídos na estrutura corporativa, os sindicatos estavam sujeitos à permanente vigilância estatal por meio de representantes do Ministério do Trabalho, que detinham a faculdade de assistir às assembleias e o poder de polícia de investigar sua contabilidade. Eram obrigados também a remeter àquela repartição relatórios anuais, prestando contas das atividades desempenhadas no seu exercício (VIANNA, 1978, p. 147).

Esse relato sugere-nos que o processo de acompanhamento do Partido Trabalhista Amazonense junto aos sindicatos, em que, num primeiro momento, buscava demonstrar os benefícios da vinculação junto ao MTIC e produzia os trâmites para seu reconhecimento, através da Carta Sindical, também demandava outras etapas. Estas poderiam consistir em um zeloso trabalho de assistência para com o cumprimento das normas então exigidas. De fato, de pouco valeria o fomento das entidades às novas regras sindicais se, posteriormente, acabassem perdendo legitimidade por sua inadimplência e perda de credibilidade pela falta na prestação de contas junto ao MTIC.

Segundo dados do Ministério do Trabalho, somente quanto a sindicatos ligados às Indústrias, o Amazonas comportava devidamente legalizados, em 1934, um total de oito entidades: Sapateiros (1), Construção Civil (2), Gráficos (1), Metalúrgicos (1), Fabricação de Bebidas (1), Fabricação de Fósforos (1) e Barriqueiros (1).⁸²

Vemos aqui, portanto, a utilização do *Tribuna Popular* como instrumento de veiculação do incremento e vantagens da vinculação dos sindicatos às regras de normatização do MTIC. Comprovam-se esses resultados através de nosso levantamento das edições de 1934 a 1936, onde se registram a emissão e entrega de pouco mais de 2.500 Carteiras de Trabalho, em Manaus nesse período. Além de servir como utilidade pública, o anúncio da chegada das carteiras infere o uso do *Tribuna Popular* como meio propagandístico da política varguista para com os trabalhadores.⁸³

Com o passar do tempo, as edições do jornal apresentavam um aumento em sua tiragem e um número significativo de trabalhadores passaram a receber esse documento, chegando, em janeiro de 1936, a informarem o número de cada uma das “mais de 300

⁸² Sobre esta lista, salientamos que as fontes pesquisadas não proporcionam averiguação quanto quais eram ligados a Federação Trabalhista Amazonense e, por consequência, ligados de alguma forma ao PTA, a não ser o Sindicato dos Metalúrgicos, Sapateiros e dos Gráficos (VIANNA, 1978, p. 143).

⁸³ A criação deste documento foi instituída pelo decreto nº 21.175, de 21 de março de 1932, e, posteriormente, regulamentada pelo decreto 22.035, de 29 de outubro de 1932. Em 1934, o governo do presidente Getúlio Vargas tornou a carteira de trabalho obrigatória para fins de consolidação dos direitos trabalhistas Convém, aqui, porém, apontar uma observação de Ângela Gomes (2007, p. 16), de que “a nova carteira profissional visava substituir as antigas, antes emitidas pelos sindicatos, que tinham por fim identificar o portador como trabalhador com ofício, garantido pelo sindicato. As novas carteiras, agora emitidas pelo DNT (Departamento Nacional do Trabalho), transformaram-se em documento necessário para associação em sindicato, gozo de férias, apresentação de queixas nas Juntas de Conciliação e Julgamento e obtenção de empréstimo nas Caixas de Aposentadorias e Pensões”.

carteiras de trabalho” que haviam chegado por aqueles dias junto a Inspetoria Regional do Trabalho, encontrando-se à disposição para sua devida retirada (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 20 de jan. 1936).

Nesse caso, a relevância que damos a essas informações permitem-nos analisar, através do *Tribuna Popular*, como a legislação trabalhista de Vargas fora recebida pelos amazonenses naquela época.

A partir da edição nº 15, de 6 de julho de 1934, o periódico passa a publicar uma coluna intitulada “Redutos Trabalhistas”, na qual eram informados os nomes dos sindicatos e outras associações laborais que ombreavam apoio ao PTA.

Desse modo, percebe-se que o *Tribuna Popular* fora utilizado pelas forças políticas do PTA (e, posteriormente, também do PPA) a fim de promover este grupo político junto às associações sindicais. Com a indicação dos endereços de cada uma delas, esta primeira coluna enumerou um significativo número de entidades:

[...] Federação Trabalhista do Amazonas, Sociedade Beneficente dos Taifeiros, Sindicato dos Empregados Leiteiros, Sindicato dos Empregados em Força, Tração e Luz, Sindicato dos Trabalhadores Gráficos no Amazonas, Sindicato dos Empregados em Construção Civil, Sindicato dos Metalúrgicos de Manaus, Sindicato Misto dos Barbeiros de Manaus, Centro Proletário do Amazonas, Sindicato dos Trabalhadores, Sindicato dos Operários Cigarreiros de Manaus, Sociedade Beneficente União Operária, Sociedade Beneficente União dos Foguistas do Amazonas e sucursal em Itacoatiara (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 06 de jul. 1934).

Essa coluna permite-nos perceber como o grupo de Luís Tirelli detinha considerável capilaridade no meio laboral amazonense, coadunando com a perspectiva “trabalhista” indicada em seu nome. A coluna “Redutos Trabalhistas”, a nosso ver, tinha a intencionalidade de ir além, de ser meramente informativa. Ao ser observada com mais atenção, percebemos que sua periodicidade – dos 116 exemplares do jornal a que tivemos acesso, houve ausência da coluna em apenas cerca de 30 exemplares – denota a intencionalidade de lembrar aos leitores do jornal a força das lideranças políticas (Tirelli e Maia) junto às diversas entidades de representação dos trabalhadores.

Havia também uma coluna destinada a trazer informações referentes à Inspetoria do Trabalho, em Manaus: desde a chegada de carteiras de trabalho, até mesmo informes sobre casos de litígio eram ali apresentados, em caráter de instrução quanto à legislação trabalhista.

Ali, a Inspetoria era retratada como um órgão de *poder* e que, de fato, detinha prerrogativas de fazer valer a então legislação trabalhista. Verifica-se um caso típico, na

edição de 20 de janeiro de 1936, onde a Inspetoria informa como “expediente da semana última”:

Por terem infringido dispositivos da legislação social-trabalhista, foram autuadas as firmas seguintes: H. Batista, fazendas; J. Fontenelle, cinema; Manoel Fonseca, produtos de leite; Mattos Areosa, comissões; Victoria Marques, mercearia; Marques & Gaspar, livraria. [...] FÉRIAS: Por não terem pago férias devidas a seus empregados, foram intimadas a fazer isso, as seguintes firmas: Camello, Irmão & Cia, Fábrica de cigarros, Marques & Cia, marchante; L. O. Bastos, idem; Eduardo Peres, idem; Gonzaga Palmeira & Queiróz, idem; Segismundo Pinheiro, idem; Manoel Marques de Souza, idem. [...] (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 20 de jan. 1936).

Através desse exemplo, conferimos que o *Tribuna Popular*, ao ceder espaço para a Inspetoria do Trabalho, dirigia a atenção das hostes trabalhistas a reafirmarem a confiança no cumprimento da legislação laboral.

Os sindicatos reconhecidos pelo MTIC eram também lembrados de seus deveres para com a sua entidade máxima, especialmente no que se refere à prestação de contas quanto às atividades desenvolvidas no ano. É possível essa conferência pelo seguinte aviso:

Todos os Sindicatos são obrigados, de acordo com o disposto no art. 22 do decreto 24.694, de 12 de julho de 1934, e em obediência às recomendações constantes [...], a enviar a autoridade competente, até março de cada ano, um Relatório do acontecido no ano civil anterior, dentro do modelo oficial. Assim sendo, ficam avisados os Sindicatos locais para isso cumprir, afim de aprovarem seu funcionamento regular (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 02 de mar. 1936).

Voltando-se diretamente aos trabalhadores, o *Tribuna Popular* novamente revela-se um veículo de instrução trabalhista convocando o operariado a que desempenhasse um papel proativo frente ao contexto ora apresentado:

[...] o trabalhador dorme. Esquece-se que ele é a força ativa de uma nação [...]. Acorda trabalhador, associa-te ao teu Sindicato de classe e não deixe de comparecer às reuniões, onde a tua presença se torna necessária. Propõe para que teu Sindicato faça parte da Federação Sindical, a qual, amparada por lei, procurará os seus direitos. Mas se não te unires não virá longe o dia de teu arrependimento (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 19 de dez. 1934).

Através desse alerta, nota-se a intencionalidade de criar, no trabalhador amazonense, a ideia de que, naquele momento, estava já vinculado a uma identidade que extrapolava suas fronteiras. Era agora “a força ativa de uma nação” e que, portanto, deveria por essa responsabilidade se manter enquanto membro ativo de seu sindicato.

Porém, como veremos a seguir, o *Tribuna Popular*, teria muito mais a nos oferecer quanto a esta busca pelo ideário Trabalhista amazonense nos anos 30. Informações que revelarão desdobramentos locais e nacionais que não poderemos deixar de observar e analisar.

3.3 O Trabalhismo representado pelo Jornal Tribuna Popular

No decorrer dos capítulos anteriores, procuramos delinear este processo através da fundação do Partido Trabalhista Amazonense (PTA) e suas inter-relações com outros grupos políticos, por meio dos diversos processos eleitorais já mencionados, resultando num processo aglutinativo de forças, que acabaram criando o Partido Popular Amazonense (PPA).

Quanto a isso, o Jornal *Tribuna Popular* apresenta-se como uma fonte de considerável importância para o estudo da trajetória desse grupo político amazonense.

Ao pesquisador que ultrapassa a análise desse jornal em suas valiosas informações sobre personagens, processos eleitorais e demais relações de poder, advém muitos componentes de um discurso ainda mais significativo: o debate em torno de uma identificação sobre do que se tratava este “Trabalhismo”?

Até aqui, notamos como o grupo político e sindical que gravitou em torno das entidades, que o *Tribuna Popular* representava (PTA/PPA), utilizou o periódico como importante engrenagem na divulgação e promoção das propostas varguistas para com a classe operária amazonense. Porém, ali é possível perceber como o periódico também espelhava aspectos do debate local em torno de uma proposta, mesmo que embrionária, de um “trabalhismo”.

Eis que, justamente aqui, recaem maiores cuidados em conseguir identificar onde termina o discurso voltado ao trabalhista, enquanto filiado ou simpatizante do PTA, e onde é possível detectar o debate em torno do trabalhista enquanto indivíduo pertencente à classe laboral, seus anseios e perspectivas sob um ponto de vista mais coletivo.

O uso dos termos “trabalhista” ou “trabalhismo”, conforme já apontado na introdução desta pesquisa, não era novidade no meio sindical brasileiro naqueles anos da década de 1930. Sua utilização por essas entidades e pelos próprios trabalhadores advinha desde o século XIX, na Inglaterra (HOBSBAWM, 2000, p. 111). Também sindicatos que passaram a se organizar politicamente se apoderaram do termo como forma de vincular partidos políticos às causas dos trabalhadores operários.

Ângela Gomes (2005, p. 155) lembra-nos do caso da fundação de um “Partido Trabalhista Brasileiro”, em 1924, cuja linha adotada seguia o corporativismo de Sarandy Raposo. A organização, porém, teve uma vida efêmera, conforme aponta a historiadora.

Quanto ao caso amazonense, com a criação do Partido Trabalhista Amazonense, em 1933, podemos conferir que a discussão em torno do “trabalhismo” foi tomando corpo gradualmente.

De início, com a retomada das edições do *Tribuna Popular* em 1934⁸⁴, verificamos que, entre os meses de maio, junho e julho, especialmente, essa temática já se inseria em artigos que utilizavam, preferencialmente, abordagens vinculando uma relação entre “trabalhistas” e o proletariado amazonense, por vezes também chamado de trabalhadores. Nesse sentido, cabe-nos destacar a clara tentativa de vinculação do grupo político ligado a Tirelli com diversos sindicatos, conforme, inclusive, já apontamos (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 15 e 28 de mai. 1934).

Nessas edições, a presença constante de Luís Tirelli e artigos que o associavam fortemente como um dos fundadores da Federação dos Marítimos do Brasil também colaboravam na tentativa de vincular o “trabalhismo” do PTA a ações concretas no campo sindical. Como mencionado anteriormente, naquele momento, o “trabalhismo” como discurso político ainda se encontrava em gestação. Em virtude, perceberemos discursos que, em muitas vezes, serão exibidos com mais dúvidas do que certezas.

Ao que nos parece, o adensamento dessas discussões por vezes recebia maior destaque em períodos eleitorais, como neste trecho do artigo intitulado “Os Trabalhadores Avançam!”, em vésperas do pleito para escolha de deputados para formação da Assembleia Estadual Constituinte, em 1934:

[...] só nós trabalhadores é que compreendemos nossas necessidades; o mais são bonitas conversas com que o capitalismo nos quer tornar a soldar o elo da corrente que se acha partido o grilhão que ainda pende em nossos pulsos (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 17 de ago. 1934).

Vemos, nesse discurso, a proposta de vincular o PTA e, portanto, do Trabalhismo ali identificado, com os legítimos representantes dos anseios da classe trabalhadora. Também no uso do título da matéria, “Os Trabalhadores Avançam”, infere-se constituir uma relação entre o conjunto dos trabalhadores – aqui tratados de forma genérica – como um corpo unificado pelas intenções políticas do PTA.

⁸⁴ Em 15 maio era impressa a edição n° 02.

Por meio do artigo “O Trabalho”, parece-nos chamar atenção, pela forma com que denuncia – também genericamente – a exploração dos trabalhadores, agora, pelo próprio capitalismo, inferindo ao leitor um senso de totalidade muito maior do que o cotidiano amazonense:

[...] o imperialismo capitalizado como grande responsável por muitos ficarem sem o pão, o lar e por fim sem a compostura moral, tornando-se verdadeiros farrapos humanos. E não é raro ver-se inocentes operarias que obrigadas pelas necessidades, se tornam pasto da luxúria, da libidinagem desenfreada e pavorosa destes capitalistas que não são seres humanos, mas na verdade em toda a essência da palavra, são verdadeiros monstros. [...] que nos importa a nós o ódio surdo que nos olham estes cavalheiros, que nos chamam de ex-homens, de cachorros, de malditos, quando lutamos por nossos direitos? (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 27 de ago. 1934).

Nesse artigo, publicado em duas colunas de primeira página e assinado pelo enfermeiro Álvaro Silva⁸⁵, podemos perceber que são tratados temas referentes ao mundo do trabalho que indicam um senso de instrução mais propriamente dita, haja vista que não atinge em nenhum momento questões político-partidárias locais - o principal tema do jornal.

No artigo, o autor utiliza uma linguagem ao meio sindical da época, como “imperialismo capitalista”, além de alcunhar diversos impropérios ao patronato da classe, um discurso que se aproxima dos sindicatos combativos da primeira república, influenciados pelo anarquismo ou socialismo.

Em certos artigos, encontramos informações que corroboram com essa linha editorial de aproximação com os sindicatos, ao postular que “[...] as fomentadas plataformas que os candidatos burgueses têm apresentado ao povo de fato são apenas propícios para seus próprios interesses, coisa que aos trabalhadores compete exercer uma firme posição contrária” (TRIBUNA POPULAR, 24 de jul. 1934).

A despeito de já identificarmos que, junto à direção do jornal *Tribuna Popular*, havia uma presença marcante de lideranças vinculadas à elite amazonense da época – e que, portanto, possuíam suas próprias pautas eleitorais – não podemos nos esquecer que a região já estava inserida no processo capitalista desde o advento da borracha no século XIX.

Manaus havia assistido, ao longo das primeiras décadas do século XX, ao estabelecimento e consolidação de um significativo corpo de sindicatos, principalmente ligados aos trabalhadores portuários e gráficos. Esses primeiros, por exemplo, foram responsáveis por oito greves de grande vulto, entre 1899 e 1925, que acabaram referenciando

⁸⁵ Nas fontes que tivemos acesso, não encontramos maiores informações sobre este enfermeiro.

aos novos sindicatos que emergiam um modelo combativo pela busca de melhorias em seu *rude labor* (PINHEIRO, 1999, p. 215).

Diferente dos aspectos que colocamos até aqui, em que a política de implantação da legislação trabalhista naquela primeira metade da década de 1930 era exposta em um discurso mais direto, prático e mesmo didático – a exemplo das vantagens que trabalhadores e sindicatos teriam ao atrelarem-se aos ditames do MTIC –, as discussões identitárias, mesmo que ainda em elaboração, eram levadas ao público leitor sob circunstâncias mais peculiares.

A principal delas eram os artigos que versavam sobre a necessidade constante dos filiados e simpatizantes a engajarem-se também enquanto agentes de algo maior do que os sindicatos e mesmo partidos políticos. Tratava-se de demonstrar que eram trabalhistas sob um leque mais ampliado do que o quadro eleitoral partidário, ou seja, sob uma compreensão mais coletiva quanto ao termo.

Mesmo em períodos pós-eleitorais, em que os ânimos já estavam parcialmente arrefecidos, é possível encontrar no *Tribuna Popular* a continuidade dessa preocupação em instruir seus leitores. Exemplo disso pode ser encontrado na transcrição parcial de um discurso proferido por Luís Tirelli em Manacapuru-AM, em dezembro de 1934:

[...] Artífices, artistas, bacharéis e médicos, jornalistas e escritores, engenheiros e trabalhadores enfim, de profissões outras, nós não somos mais, com diferenças, de uns para os outros na instrução adequada a carreira que escolhemos, meros trabalhadores que pelo dispêndio de nossas energias, no labor cotidiano, procuramos, com honradez, o pão para nosso sustento e o de nossa família. Trabalhistas somos todos quantos, irmanados pelos sofrimentos, nos constituímos a força motriz e diretriz da Nacionalidade.⁸⁶

Tirelli, em primeiro lugar, sugere aos profissionais liberais refletirem acerca de sua condição, enquanto trabalhadores, tanto quanto seus companheiros operários. Por fim, sensibiliza a todos que se preconizem enquanto “*trabalhistas*”, sob o viés de que “*eram a força motriz e diretriz da Nacionalidade brasileira*”.

Getúlio, como medida de sua estratégia, se esforçava em construir um conceito de nação brasileira que abarcasse todo o território brasileiro. Portanto, em seu apelo, Tirelli reforçava a identidade comum entre os trabalhadores como um dos elos da nacionalidade proposta naquele momento.

Convém lembrar que parte da construção desse discurso encontrado no jornal também possuía a participação de lideranças sindicais, que ali encontravam espaço receptivo para

⁸⁶ Trecho do discurso de Luís Tirelli, proferido em Manacapuru em 8/12/1934 (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 17 de dez. 1934).

divulgarem atividades ou promoverem o debate acerca da conjuntura sindical da época. É o caso da coluna, de primeira página, intitulada “Precisamos Definir-nos, Trabalhadores” onde o Sindicato da Construção Civil, através de seu presidente, alertava:

Já não é mais tempo de continuar estacionária a classe trabalhista. É o momento de cooperar, dentro da ordem e fraternidade, pela completa reivindicação dos nossos direitos e pela perfeita segurança de nosso futuro. A todo trabalhador consiste em o direito de organização, por isso não deve temer a qualquer injunção de adestrados corruptores do bem coletivo. [...] E, por conseguinte, trabalhadores, somente com a socialização coletiva que se podem alcançar as nossas reivindicações. [...] Precisamos definir-nos, trabalhistas, para ter um Brasil maior, digno do lugar que lhes compete perante os demais países do mundo! (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 22 de abr. 1935).

Sem enfatizar especificamente determinado grupo de trabalhadores, Francisco Baptista conduz o leitor quanto à necessidade de a classe trabalhadora reivindicar seus direitos, porém em um viés conciliatório sob a ênfase da “cooperação”, justamente como pretendia inferir Getúlio Vargas através da legislação trabalhista.⁸⁷

Dessa forma, lembra-nos o discurso anterior, em que Luís Tirelli encerra sua sensibilização evocando um espírito nacionalista, lembrando de que cabia aos trabalhistas, constituírem as condições para que o Brasil fosse reconhecido “pelo lugar que lhe compete” perante o restante do mundo. De fato, como veremos em diversos apontamentos, essa invocação ao nacionalismo seria uma constante nesses tipos de discursos.⁸⁸

Pelas páginas do *Tribuna Popular*, notaríamos que, conforme se dava a proximidade do encerramento dos trabalhos de da Constituição do Amazonas em julho de 1935, haveria o crescimento da preocupação das lideranças do PTA na manutenção de seu grupo Trabalhista.

Conforme já apontamos no capítulo anterior, um quadro de aproximação entre Luís Tirelli e Álvaro Maia já podia ser detectado em fins de 1934 e fora cancelado pelo apoio dos deputados do PTA à escolha de Maia como governador constituinte. Também a própria linha do *Tribuna Popular* havia eliminado suas críticas ao novo dirigente estadual e adotado uma postura mais ácida quanto aos senadores Leopoldo Tavares da Cunha Mello e Alfredo Augusto da Matta, ambos do PSA (mesmo partido de Maia). Essa estratégia, pelo visto, tinha a intencionalidade de aproveitar a indisposição que Álvaro Maia passou a ter dentro do próprio partido a que ainda pertencia – PSA – e que ajudara a fundar ainda em 1932.

⁸⁷ GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. 2007 p. 214.

⁸⁸ Levantamos esta observação, pois Ângela Gomes (2007, p. 238), retratando o Trabalhismo em sua fase mais consolidada nos anos 40, dirige-nos a atenção para o fato de que naquele momento, “o Estado deveria ser expressão política do trabalhador, um “Estado Nacional Trabalhista””.

O fim dos trabalhos legislativos, em julho de 1935, preconizava – da mesma forma que acontecera com Getúlio Vargas em 1934 – a escolha de um governador com mandato de 4 anos (indireta), assim como eleições municipais (diretas) para prefeituras de capitais (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 03 de ago. 1935).

Dessa forma, diante da conjuntura ora apresentada, verificamos uma aproximação entre as lideranças trabalhistas e o grupo ligado a Álvaro Maia, o que resultará na fusão entre os dois grupos e na criação de uma nova agremiação: o Partido Popular Amazonense (PPA)⁸⁹. Nas páginas do periódico, essa fusão é antecedida pela veiculação de diversos artigos, que colaboravam com o debate em torno deste “Trabalhismo Amazonense” e sua continuidade.

Como já analisado no capítulo anterior, nesse momento, o periódico passa a destacar a figura de Álvaro Maia como importante liderança, preparando o terreno para sua associação aos trabalhistas de Tirelli.

A preocupação era plenamente justificável, pois ali incorria, além do aspecto político-partidário do qual poderiam surgir resistências, não somente na capital como no interior do Estado. Cabe salientar que o Partido Trabalhista Amazonense conseguira instalar-se, oficialmente, em 14 municípios, demonstrando poder de capilaridade, mesmo onde o acesso na época era mais difícil do que nos dias atuais. Geralmente, o poder de mando dos Diretórios estava sob os denominados “coronéis”, um perfil bastante diferente do que víamos na capital.

Exemplos disso estavam em lugares tão distantes quanto “Boa Vista, na região do Rio Branco (atual Estado de Roraima), onde o PTA era dirigido por “Francisco Pontes e Porphiro Pontes, comerciantes e proprietários da região” (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 20 de ago. 1934)., e Coari, no rio Solimões, onde o partido estava sob a vigilância do “coronel Rufino Pereira da Silva, comerciante, grande proprietário/amigo e Francisco Areal Souto, grande proprietário no município.” (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 06 de jul. 1934).

Certamente que havia de se considerar que qualquer mudança significativa que viesse a alterar as configurações originais do PTA deveria avaliar a necessidade da manutenção do apoio desses diretórios e bases eleitorais, evitando a possibilidade de cooptação dessas forças pelo PSA de Cunha Mello, a fim de não ver dar por perdido todo ou boa parte do trabalho que envolveu o estabelecimento destes diretórios.

No entanto, mesmo com uma ênfase em que predominavam aspectos puramente partidários, as páginas do *Tribuna Popular*, nesse mesmo período, apresentam a preocupação das lideranças do PTA em convencer filiados e simpatizantes de que uma possível fusão não

⁸⁹ Como já apontamos no capítulo 2 desta dissertação.

afetaria seu perfil trabalhista e engajado na luta pelos direitos dos trabalhadores, alinhada com a política Varguista de então.

A figura de Álvaro Maia, enquanto antigo defensor da Revolução de 1930 e atrelado ao governo constitucional iniciado em 1934, não representava em si uma ameaça quanto à continuidade do atrelamento à política de Vargas voltada aos trabalhadores.

Através de um editorial, produzido em três colunas, sob o título “Trabalhismo: propaganda e Disciplina”, o periódico expõe, através de um texto em que mistura o dever partidário e o “idealismo Trabalhista”, uma evocação à disciplina hierárquica dos membros do PTA e as decisões que suas lideranças viessem a tomar:

[...] Dentro deste idealismo, somos nós também uma formosa lição de Disciplina, obedecendo a hierarquia natural que os nossos Estatutos exigem, sem que dentro dessa obediência, se nos reflita qualquer sentimento de incondicionalidade que nos prive de uma manifestação sincera àqueles a cujas mãos confiamos os nossos destinos. [...] O Trabalhismo tem de ser, fiel à força de suas finalidades, com um programa a se efetivar, com uma bandeira a proteger. A vitória do Trabalhismo é o triunfo maior de quantos apostam em seus ideais. [...] Os nossos grandes chefes, Luís Tirelli e Antonio de Vasconsellos, necessitam de nossa lealdade, para levar adiante este movimento que se inicia. Trabalhistas! Avante (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 03 de ago. 1935).

Por fim, deflagrada a fusão entre o Partido Trabalhista Amazonense e os dissidentes do Partido Socialista Amazonense, liderados pelo governador Álvaro Maia, dava-se por criado o Partido Popular Amazonense (PPA), do qual o jornal, segundo a edição n. 65, de 18 de julho de 1935, “Órgão de Divulgação”.

A edição 64, com imagens de Maia e Tirelli emoldurando a primeira página, trazia o anúncio oficial dessa fusão. Ali, a liderança Trabalhista tratava de expor em um longo artigo as argumentações quanto à necessidade imposta pela conjuntura regional e nacional de que essa posição fosse tomada por ambos os lados:

O Amazonas não podia ser diferente aos novos rumos políticos do país, diretivas traçadas pelo ilustre sr. dr. Getúlio Vargas, patriótico chefe do governo da República, no intuito de facilitar aos homens de responsabilidade administrativa a efetividade de seus programas [...]. Daí a disposição patriótica do ilustre amazonense, Dr. Álvaro Maia, de realizar no Estado um conagraamento das correntes partidárias de verdadeira expressão prestigiosa [...]. Socialistas e Trabalhistas, atendendo ao chamado de seus chefes, estenderam-se as mãos [...]. Do abraço fraternal entre Trabalhistas e Socialistas surgiu o Partido Popular Amazonense. O seu programa unirá as classes sociais, e mostrará que nós queremos um Amazonas, forte, livre de feitores [...] (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 15 de jul. 1935).

Inicialmente, Luís Tirelli associa a fusão que criara o PPA como um reflexo da ordem nacional estabelecida por Getúlio Vargas, sugerindo que, do contrário, prejudicaria a administração do Amazonas. Porém, o que nos chama a atenção é que a proposta procurava defender a continuidade da identidade “trabalhista”, que não seria prejudicada então.

Um ponto específico a destacarmos é o de que, mesmo diante dessa nova conjuntura, o *Tribuna Popular* prosseguia tanto com seu nome original quanto com seus respectivos diretores, Antonio de Vasconcellos e Vivaldo Lima. Isso nos leva a lembrar que o periódico já era de ampla circulação e conhecimento com assíduos leitores, filiados ou não, mantendo comunicações com outros jornais regionais e nacionais.

Dessa forma, ao contrário do que essa nova conjuntura poderia inferir quanto à continuidade do *Tribuna Popular*, como um veículo de comunicação do Trabalhismo no Amazonas, podemos notar que, de fato, deu-se exatamente o contrário. O periódico desempenharia, a partir de então, três funções principais: divulgar atividades e campanhas do PPA, promover a política do MTIC a nível regional e atuar como espaço para os sindicatos e o próprio discurso Trabalhista manifestarem suas ideias. Quanto a Álvaro Maia, obviamente dividiria com Luís Tirelli um espaço de destaque a partir de agora.

Ainda sobre o governador, este logo se utilizaria do periódico para praticar sua verve de escritor, conforme verificamos, por exemplo, no artigo de capa “Glebarismo”, como já sabemos, um tema muito caro para ele (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 18 de ago. 1935).

Em outros momentos, pode-se verificar a intenção de aproximá-lo do meio sindical, como durante o aniversário da Sociedade dos Taifeiros de Manaus, onde “constavam a presença de todos os Trabalhistas”, sendo que na ocasião fora lida “uma carta de agradecimento e parabenização da parte do governador Álvaro Maia, incluindo uma formosa oração aos homens do trabalho” (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 23 de set. 1935).

O periódico também seria utilizado na defesa perante os ácidos ataques de Cunha Mello e demais lideranças do PSA. Para isso, artigos ou mesmo entrevistas foram amplamente utilizados (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 04 de set. 1935).

Quanto às temáticas que envolvessem o Trabalhismo, eram trazidas à baila, como de costume, por Luís Tirelli ou lideranças sindicais ligadas ao grupo. Um caso interessante a ser aqui conferido fora a publicação de uma coluna intitulada “Nosso Apoio”, onde o Sindicato dos Metalúrgicos de Manaus se solidarizava com os trabalhadores gráficos contra o fechamento da *Amazon Engineering*, empresa pela qual muitos desses profissionais eram contratados. Ainda nesse espaço, era exposto que a posição da empresa havia sido justificada

“devido a não suportar cobrir para com as obrigações da nova legislação trabalhista” (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 21 de out. 1935).

Em outro caso, o periódico publica uma reclamação enviada pelo Sindicato dos Operários de Serrarias, quanto à ameaça de fechamento das atividades da empresa Serrarias Pereira. Tal situação fora gerada pela exigência de seus funcionários quanto a aumentos salariais. A Serraria dizia não poder cumprir a exigência e, simplesmente, fecharia suas portas. Na argumentação do Sindicato junto à empresa, nota-se que “o caso fora levado à Inspeção do Trabalho, para que, ali, a questão fosse harmoniosamente resolvida” (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 09 dez. 1935).

Esse, como outros exemplos ao longo das edições do *Tribuna Popular*, indicam-nos que a política do MTIC não só era procurada pelos sindicatos, mas também era percebida pelos trabalhadores como um órgão que detinha a função de “harmonizar” as relações entre patrões e empregados, a função pela qual exatamente Vargas desejava que fosse percebida pelos trabalhadores brasileiros.

Vimos, portanto, que o *Tribuna Popular*, a despeito das características que o constituíram como um periódico de amplo espectro informativo, ainda assim sobressaiu-se como um instrumento de orientação para o conjunto político em torno dos Trabalhistas.

Também, sua persistência em aproximar-se de Vargas como forma de obtenção de legitimidade, revelou-nos uma disputa simbólica pela apropriação do capital político varguista entre seus diversos fiadores no Estado.

Através de suas páginas, vimos serem exibidos diversos elementos que perfizeram as etapas de implantação da legislação trabalhista no Amazonas, sob diversos agentes e estratégias adotadas.

Sua operação, ao longo do ciclo 1933-1936, denota que a continuidade de sua circulação fora imprescindível para que o discurso Trabalhista conquistasse espaço em âmbito regional, agregando, dessa forma, maior estímulo e valor à cultura política amazonense daquela época.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A constatação de que, no Amazonas, durante a primeira metade da década de 1930, instalou-se e difundiu-se um ideário Trabalhista, por si só se impõe, perante nós, como um estimulante campo de investigação.

Conforme vimos ao longo destes três capítulos, porém, para que tal ideário se estabelecesse nas discussões da época, foram fundamentais as alianças forjadas entre lideranças políticas e sindicais.

Em meio a um período de nossa história caracterizado pela elaboração de diversos pleitos eleitorais, as principais lideranças - Álvaro Maia e Luiz Tirelli - buscaram cristalizar seus devidos grupos por meio do Partido Socialista Amazonense e Partido Trabalhista Amazonense. Por fim, a confluência dessas forças originou uma terceira legenda, denominada de Partido Popular Amazonense.

Em meio a esse cenário, a criação e manutenção do Jornal *Tribuna Popular*, primeiramente vinculado ao PTA e, posteriormente, ao PPA, surge como importante elemento de orientação para o conjunto de militantes partidários e todo o meio sindical a eles atrelados, sob a égide Trabalhista.

Nasce aí, portanto, nossa grande preocupação em torno do que se tratava, enfim, esse Trabalhismo, especialmente diante do contexto político e das lideranças ali representadas. O fato de darem origem a um partido político – o Partido Trabalhista Amazonense – adotando a defesa dos projetos de Getúlio Vargas voltados para a classe trabalhadora, eram indicativos que nos impunham ainda mais interesse em um estudo de caso mais particular.

Entre diversos questionamentos, alguns pautaram esta dissertação de forma mais significativa. O que se entendia como Trabalhismo? Como acolheram as novas legislações do Governo Provisório em torno das demandas históricas do movimento sindical? Que relação as lideranças políticas mantiveram com esses movimentos? E, por fim, sob quais estratégias o sindicalismo amazonense expressava-se através do *Tribuna Popular*?

Como vimos, o termo Trabalhismo aqui apresentado deve ser observado com certo cuidado, uma vez que, como observa Adalberto Paranhos (2007, p. 26), somente se caracterizaria enquanto componente ideológico uniforme após 1940. Todavia, isso não impede que se identifiquem rastros dele na década de 30. Essas observações revelam-se importantes, a partir que, de fato, verificamos esses indícios em nossas fontes.

As questões políticas, com o prosseguimento das pesquisas, aparecem de maneira bastante acentuada e precisaram ser compreendidas pela contextualização marcante dos

efeitos da “Revolução de 1930” na região. Quanto a isso, depreendemos que as circunstâncias geradas pela influência tenentista nos estados da região Norte do Brasil, assim como a necessidade de formação de uma Assembleia Constituinte Federal, em 1933, influenciaram muitas das decisões que constatamos dali em diante. A maior consequência disso foi a arregimentação tanto de forças políticas ligadas às oligarquias anteriores a 1930, quanto à apresentação de novas lideranças atreladas ao varguismo, candidatas aos pleitos que então seriam convocados.

Nessa averiguação levantada em nosso primeiro capítulo, evidenciou-se que, em um primeiro momento, as forças que defendiam Getúlio Vargas no Estado – Álvaro Botelho Maia, através do Partido Socialista Amazonense (PSA) e Luís Tirelli, do Partido Trabalhista Amazonense – não chegaram ao consenso de unificação proposto pela União Cívica Nacional, entidade ligada ao tenentista Juarez Távora. Dali em diante, os grupos em torno desses dois próceres caminhariam separados partidariamente, mas guiados pela linha paralela das propostas getulistas.

Nesse momento, entre os anos de 1933 e 1934, apoiando as recém-elaboradas diretrizes do Ministério do Trabalho, o *Tribuna Popular* iniciava uma intensa campanha de conscientização de trabalhadores e sindicatos quanto aos benefícios de sua sujeição à nova legislação do trabalho (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 4 de jun. 1934). Manaus assiste à abertura de sua Inspeção do Trabalho, um importante braço da política de Vargas, por onde eram repassadas centenas de carteiras de trabalho aos empregados “legalizados”. Ali também se presenciou o julgamento de denúncias sobre o descumprimento da legislação trabalhista (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 13 de jan. 1935).

O periódico, apesar dos processos eleitorais que demandavam relevante parte de seu espaço para divulgação das ações do Partido Trabalhista Amazonense, revela-se como espaço em que sindicalistas publicavam artigos que envolviam reflexões em torno das circunstâncias impostas pelo Ministério do Trabalho, geralmente sob um tom otimista (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 3 de jul. 1934).

A atuação político-partidária, assim como a defesa da jornada de 8 horas diárias, férias remuneradas ou ainda o pagamento de horas-extras, por exemplo (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 6 de mai. 1935), traçam um perfil que antecipam certos pressupostos do Trabalhismo como apresentado, posteriormente, a partir dos anos 40 (GOMES, 2005, p. 210). Esses elementos confirmaram que estava em execução a construção de um ideário Trabalhista entre os amazonenses.

A partir do segundo capítulo, observamos que a formação da Assembleia Constituinte Estadual e o triunfo de Álvaro Maia, eleito governador, produziram um efeito contrário ao que se esperava. A partir de tratativas entre Maia e Luís Tirelli, ainda durante a campanha de 1934, aliada à crescente indisposição do líder socialista com outras lideranças partidárias como o senador Leopoldo Cunha Mello, ocorre, em 1935, a criação do Partido Popular Amazonense, decorrente da fusão do PTA com dissidentes do PSA.

O surgimento do PPA consagraria maior unicidade em torno das propostas varguistas no Amazonas, além de oportunizar aos Trabalhistas maior espaço político-partidário dentro do estado. Os caminhos paralelos de Tirelli e Maia e suas defesas incontestes da figura de Getúlio Vargas não mais concorriam entre si. Ao contrário, como disse este último: “antes como o rio Negro e o Solimões, andaremos irmanados formando o majestoso Amazonas” (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 18 de jun. 1935).

Entre outros desdobramentos, essa fusão seria essencial para a manutenção em seus cargos de Álvaro Maia e, indiretamente, de Getúlio Vargas, tendo em vista o clima de intranquilidade que o país viveria sob o advento da convocação do Estado de Sítio, provocado pelos desfechos da Intentona Comunista, em fins de 1935.

No terceiro capítulo, procuramos destacar o desempenho do jornal *Tribuna Popular* e sua continuidade mesmo à frente de um ambiente político particularmente dinâmico. O surgimento do PPA, em vez de causar perturbações quanto à continuidade do periódico, reforçou ainda mais o papel que havia até então desempenhado. Embora ostentasse que ainda era um “órgão de divulgação do PPA”, o *Tribuna Popular* manter-se-ia enquanto porta voz e instrumento de orientação das hostes Trabalhistas no Amazonas.

Esse fortalecimento do papel do periódico como veículo de divulgação do ideário trabalhista no Estado pode ser observado tanto pela manutenção de seu título original e corpo de editores, inferindo que já detinha através dele uma identificação com o meio Trabalhista, quanto pelo papel em continuar servindo como meio de propagação de mensagens, avisos e artigos publicados por lideranças sindicais, ou ainda por vincular, à pessoa de Getúlio Vargas, o momento glorioso que se vislumbrava ao trabalhador brasileiro (JORNAL TRIBUNA POPULAR, 17 de fev. 1936).

Dessa forma, embora saibamos que a consolidação do Trabalhismo se deu em idos posteriores, o *Tribuna Popular*, entre 1933 e 1936, ultrapassou as questões de ordem meramente burocrática que se esperava de um jornal político-partidário, vindo a deter um caráter comunicativo e formativo para o movimento sindical amazonense.

REFERÊNCIAS

ABREU, Luciano Aronne de. **Getúlio Vargas: a construção de um mito.1928-30.** Porto Alegre: Edipucrs, 1996.

ALENCAR JÚNIOR, Moacir Pereira. **Plínio Corrêa de Oliveira: pensamento católico e ação política na era Vargas (1930-1945).** (Dissertação). São Carlos: UFSCar, 2014.

ALVES, Hosenildo Gato. **Imprensa e Poder: A Propaganda Varguista na Imprensa Amazonense (1937-1945).** (Dissertação) Mestrado em História Social – Universidade Federal do Amazonas, Manaus: 2009.

BARRETO, Alvaro. Representação das associações profissionais no Brasil: o debate dos anos 1930. **Revista de Sociologia e Política**, n. 22, Curitiba, jun. 2004, p. 35.

BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. **O Movimento Operário na Primeira República.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2000.

BITTENCOURT, Agnello. **Dicionário Amazonense de Biografias.** V. II. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1969.

BORGES, Vavy Pacheco. **Tenentismo e revolução brasileira.** São Paulo: Brasiliense, 1992.

BRAGA, José Luiz. Questões metodológicas na leitura de um jornal. In. MOUILLAUD, Maurice e PORTO, Sérgio Dayrell (Org.). **O Jornal: da forma ao sentido.** 2. ed. Brasília: EDUNB, 2002.

CANO, Wilson. Da década de 1920 à de 1930: transição rumo à crise e a industrialização no Brasil. **Revista de Políticas Públicas.** São Luís, v. 16. n. 1, p. 82,86.

CAPELATO, M. Helena. **O Movimento de 1932: a causa paulista.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. **Imprensa e História do Brasil.** 2.ed. São Paulo: Contexto/Edusp, 1994.

CARONE, Edgar. **A Primeira República (1889-1930).** São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1969.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

_____. **Cidadania no Brasil.** O longo Caminho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CHACON, Vamireh. **História dos partidos brasileiros: discurso e práxis de seus programas.** 3. Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

COSTA, Francisca Deusa Sena da. **Quando viver ameaça a ordem urbana, trabalhadores urbanos em Manaus (1890-1915).** (Dissertação). São Paulo: PUC, 1997.

COSTA, Maria das Graças Pinheiro (M.G.S.P.). **O Direito à Educação no Amazonas (1933-1935)**. (Tese) Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: 2001.

DE LUCA, Tânia Regina. *História Dos, Nos e Por Meio Dos Periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, seção 1, 20 de set. 1934.

DINIZ, Almir. **Acadêmicos Imortais do Amazonas**: Dicionário Biográfico. Manaus: Editora Uirapuru, 2002.

DRUMMOND, José Augusto. **O Movimento Tenentista**: A intervenção Política dos Oficiais Jovens (1922-1935). Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil Nação**: 1808-2010. Olhando para Dentro. Coord. Angela de Castro Gomes. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2013.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. **A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

FIGUEIRA, Rickson França. **Imprensa, Política e Poder**: A Sucessão Governamental do Amazonas em 1920. (Dissertação) Mestrado em História. Manaus: UFAM, 2011.

FONTES, Edilza Joana Oliveira. Cultura e política dos anos trinta no Brasil e as memórias do interventor do Pará, Magalhães Barata (1930-1935). **Revista Estudos Políticos** – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, n. 07. 2013/02.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. A articulação nacional/regional e as origens da “Revolução de 30”. In: RANINCHESKI, Sonia et al. (Org.). **Economia Brasileira em Perspectiva Histórica**. Brasília: Verbena, 2011. p. 27-42.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. **Tenentismo e Política**: Tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, José Ribamar Bessa (Coord). **Cem Anos de Imprensa no Amazonas (1851-1950)**. Manaus: Editora Calderaro, 1990.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS/CPDOC. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro: 2001.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

GOMES, Angela Maria de Castro. Confronto e compromisso no processo de Constitucionalização (1930-35). In: FAUSTO, Boris (Org.). **História geral da civilização brasileira**. SP: Difel, t.10, 1981.

_____. **A Invenção do Trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX – 1914-1991**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **Mundos do Trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

IBGE – Sinopse Estatística do Estado do Amazonas, n. 4, 1942, p. 182,184.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. Anuário Estatístico do Brasil, ano II, 1936.

JOBIM, Anísio. **O Amazonas: sua história (ensaio antropogeográfico e político)**. Coleção Brasileira. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1957.

LATFALLA, Giovanni. **O General Góes Monteiro e as negociações militares Brasil/Estados Unidos – 1938-1943**. (Dissertação) Mestrado em História Social, Universidade Severino Sombra. Vassouras, 2011.

LIMA, Elissandra Lopes Chaves. **Dimensões da República das Letras no Amazonas: a intelectualidade Gymnasiana em Manaus (1900-1930)**. (Dissertação) Mestrado em História – PPGH/UFAM– 2012.

LIMA, Regina Márcia de Jesus. **A Província do Amazonas no sistema político do segundo reinado (1852-1889)**. (Dissertação). UFF/ICFH. Niterói: 1978.

LOPES, Raimundo Helio. **Um Vice-reinado na República do pós-30: Juarez Távora, as interventorias do Norte e a Guerra de 32**. (Tese) Fundação Getúlio Vargas: 2014.

LOPES, Raimundo Helio. Acordos firmados e estratégias debatidas: a troca de telegramas entre os interventores do Norte e o Governo Provisório durante a Guerra de 1932. **Revista Mosaico** – Fundação Getúlio Vargas – CPDCO. Rio de Janeiro, 5.ed., ano III. Ed. FGV, 2011.

LOVE, Joseph. **Regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

MAIA, Álvaro. **Velhos e Novos Horizontes – O Amazonas e a Revolução de 1924**. Manaus: Imprensa Oficial, 1924.

MARCUSSO, Marcus Fernandes. A Formação e a evolução do Movimento Tenentista: dos primeiros levantes a sua diluição. **Anais**. 8º Seminário de História da Historiografia. Universidade Federal de Ouro Preto: Mariana, 2014.

MATTA, Alfredo da. **Revista Amazonas Médico**. Manaus, Ano IV, v. IV, nº 13-16, p. 67-83, 1922.

MATTOS, Marcelo Badaró. **O sindicalismo brasileiro após 1930**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. **Mocidade viril 1930: motim ginásiano**. Manaus: Edições Nheenquatiara, 1996.

PANDOLFI, Dulce Chaves; GOMES, Angela Maria de Castro (Coord.). **Regionalismo e Centralização Política**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

PARANHOS, Adalberto. **O Roubo da Fala**. Origens da ideologia do trabalhismo no Brasil. 2. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. Mundos do Trabalho em Manaus, 1920-1945: uma proposta de investigação. ANPUH XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. **Anais Eletrônicos da Associação Nacional de História**, 2007. Disponível em: <http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Lu%EDs%20Balkar%20Pinheiro.pdf>.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Nos Meandros da Cidade: cotidiano e trabalho na Manaus da borracha, 1880-1920. XIV Simpósio Nacional de História – ANPUH 2007. **Anais**. Disponível em: <http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Maria%20Luiza%20Ugarte%20Pinheiro.pdf>. Acessado em: 02 de abr. 2015.

_____. **A Cidade Sobre os Ombros: Trabalho e Conflito no Porto de Manaus (1899-1925)**. Manaus: Edua, 1999.

_____. **Folhas do Norte: letramento e periodismo no Amazonas (1880-1920)**. (Tese) Doutorado em História. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.

RAMOS, Paula Mirana de Sousa. **Da Poesia à Política: a trajetória inicial de Álvaro Maia**. (Dissertação) Mestrado em Sociologia. Universidade Federal do Amazonas, 2010.

REMOND, René (Org.). **Por uma História Política**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/FGV, 2003.

REVISTA DA ACADEMIA AMAZONENSE DE LETRAS. Manaus, ano XLVII, n. 14, 1969, p. 24.

RIBEIRO, Priscila Daniele Tavares. **Jornal do Commercio: Construtor e Artífice da modernidade em Manaus**. (Dissertação) Mestrado em História – Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2014.

RONSAVALLON, Pierre. **Por Uma História do político**. São Paulo: Alameda, 2010.

RUAS, Miriam Diehl. **A Doutrina trabalhista no Brasil (1945-1964)** Porto Alegre: Fabris Editor, 1986.

SAES, Décio. **Classe Média e Política na 1ª. República (1889-1930)**. Petrópolis: Vozes, 1975.

SAES, Guillaume Azevedo Marques de. Juarez Távora e o Projeto Econômico do Grupo Tenentista no Poder (1930-1934). **Revista História e-História**. Edição 2011, UNICAMP: 2011.

SANTA ROSA, Virgílio. **O sentido do tenentismo**. 3. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

SANTOS, Eloína Monteiro dos. **A Rebelião de 1924 em Manaus**. 2. ed. Manaus: Gráfica Lorena, 1989.

_____. **Uma liderança política cabocla: Álvaro Maia**. Manaus: Edua, 1997.

SANTOS, Francisco Jorge dos. et al. **Cem anos de Imprensa no Amazonas**. Manaus, 1990.

SANTOS, Francisco Jorge dos. et al. **Cem anos de Imprensa no Amazonas (1851-1950)**. Catálogo de Jornais. 2. ed. revisada. Manaus: Edua, 1990.

SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. História Econômica da Amazônia (1800-1920). (Dissertação) Faculdade de Economia e Administração Universidade de São Paulo: 1977.

SEGADILHA, Armando. Bodas de Ouro da Revolução Ginásiana. **A Crítica**, Manaus, 11 ago. 1980.

SOUZA, Maria do Carmo C. Campello. **Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930-1964)**. São Paulo: Editora Alfa Omega, 1983.

TELES, Luciano Everton. **A Vida Operária em Manaus: Imprensa e Mundos do Trabalho (1920)**. (Dissertação) Instituto de Ciências Humanas e Letras – UFAM. Manaus: 2008.

VIANNA, Luís Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. 2. ed. , Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

VIVIANE, Patrícia Carla. **A Trajetória Tenentista enquanto processo: do Forte de Copacabana ao Clube 3 de Outubro**. (Dissertação) Universidade Federal de São Carlos: 2009.

ZICMAN, Renée Barata. História através da Imprensa: algumas considerações metodológicas. **Projeto História**, nº 4. São Paulo: Educ, 1985.

PERIÓDICOS

JORNAL A NAÇÃO. Manaus: 03 de out. 1934.

JORNAL DO COMMERCIO. Manaus: 31 de out.1930.

JORNAL DO COMMERCIO. Manaus: 18 de abr. 1933.

JORNAL DO COMMERCIO. Manaus: 24 de abr.1933.

JORNAL ESTADO DO AMAZONAS. Manaus: 7 de out.1930.

JORNAL ESTADO DO AMAZONAS. Manaus: 8 de out.1930.

JORNAL TRIBUNA POPULAR. Manaus: 10 de out. 1933.

JORNAL TRIBUNA POPULAR. Manaus: 05 de nov. 1933.

JORNAL TRIBUNA POPULAR. Manaus: 15 de mai. 1934.

JORNAL TRIBUNA POPULAR. Manaus: 21 de mai. 1934.

JORNAL TRIBUNA POPULAR. Manaus: 28 de mai. 1934.

JORNAL TRIBUNA POPULAR, 6. ed. Manaus: 04 de jun. 1934.

JORNAL TRIBUNA POPULAR. Manaus: 18 de jun. 1934.

JORNAL TRIBUNA POPULAR. Manaus: 26 de jun. 1934

JORNAL TRIBUNA POPULAR. Manaus: 02 de jul. 1934.

JORNAL TRIBUNA POPULAR. Manaus: 06 de jul. 1934.

JORNAL TRIBUNA POPULAR. Manaus: 09 de jul. 1934.

JORNAL TRIBUNA POPULAR. Manaus: 13 de jul. 1934.

JORNAL TRIBUNA POPULAR. Manaus: 23 de jul. 1934.

JORNAL TRIBUNA POPULAR. Manaus: 24 de jul. 1934.

JORNAL TRIBUNA POPULAR. Manaus: 25 de jul. 1934.

JORNAL TRIBUNA POPULAR. Manaus: 30 de jul. 1934.

JORNAL TRIBUNA POPULAR, Manaus: 13 de ago. 1934.

JORNAL TRIBUNA POPULAR. Manaus: 17 de ago. 1934.

JORNAL TRIBUNA POPULAR. Manaus: 27 de ago. 1934.

JORNAL TRIBUNA POPULAR. Manaus: 20 de ago. 1934.

JORNAL TRIBUNA POPULAR. Manaus: 03 de set. 1934.

JORNAL TRIBUNA POPULAR. Manaus: 11 de set. 1934.

JORNAL TRIBUNA POPULAR. Manaus: 17 de set. 1934.

JORNAL TRIBUNA POPULAR. Manaus: 19 set. 1934.

JORNAL TRIBUNA POPULAR. Manaus: 24 de set. 1934.

JORNAL TRIBUNA POPULAR. Manaus: 14 de out. 1934.

JORNAL TRIBUNA POPULAR. Manaus: 29 de out. 1934.

JORNAL TRIBUNA POPULAR. Manaus: 05 de nov. 1934.

JORNAL TRIBUNA POPULAR, 29 ed. Manaus: 12 de nov. 1934.

JORNAL TRIBUNA POPULAR. Manaus: 19 de nov. 1934.

JORNAL TRIBUNA POPULAR. Manaus: 26 de nov. 1934.

JORNAL TRIBUNA POPULAR. Manaus: 29 de nov. 1934.

JORNAL TRIBUNA POPULAR. Manaus: 19 de dez. 1934.

JORNAL TRIBUNA POPULAR. Manaus: 14 de jan. 1935.

JORNAL TRIBUNA POPULAR. Manaus: 11 de fev. 1935.

JORNAL TRIBUNA POPULAR. Manaus: 24 de fev. 1935.

JORNAL TRIBUNA POPULAR. Manaus: 18 de mar. 1935.

JORNAL TRIBUNA POPULAR. Manaus: 01 de abr. 1935.

JORNAL TRIBUNA POPULAR. Manaus: 22 de abr. 1935.

JORNAL TRIBUNA POPULAR. Manaus: 27 de abr. 1935.

JORNAL TRIBUNA POPULAR. Manaus: 15 de mai. 1935.

JORNAL DO COMMERCIO. Manaus: 06 de jun. 1935.

JORNAL TRIBUNA POPULAR. Manaus: 08 de jun. 1935.

JORNAL TRIBUNA POPULAR. Manaus: 24 de jun. 1935.

JORNAL TRIBUNA POPULAR. Manaus: 15 de jul. 1935.

JORNAL TRIBUNA POPULAR, 65. ed. Manaus: 18 de jul. 1935.

JORNAL TRIBUNA POPULAR. Manaus: 22 de jul. 1935.

JORNAL DO COMMERCIO. Manaus: 25 de jul. 1935.

JORNAL TRIBUNA POPULAR. Manaus: 03 de ago. 1935.

JORNAL TRIBUNA POPULAR. Manaus: 12 de ago. 1935.

JORNAL TRIBUNA POPULAR. 71. ed. Manaus, 16 de ago. 1935.

JORNAL TRIBUNA POPULAR. Manaus: 26 de ago. 1935.
JORNAL TRIBUNA POPULAR. Manaus: 27 de ago. 1935.
JORNAL TRIBUNA POPULAR. Manaus: 29 de ago. 1935.
JORNAL TRIBUNA POPULAR. Manaus: 30 de ago. 1935.
JORNAL TRIBUNA POPULAR. Manaus: 31 de ago. 1935.
JORNAL TRIBUNA POPULAR. Manaus: 02 de set. 1935.
JORNAL TRIBUNA POPULAR. Manaus: 03 de set. 1935.
JORNAL TRIBUNA POPULAR. Manaus: 04 de set. 1935.
JORNAL TRIBUNA POPULAR. Manaus: 23 de set. 1935.
JORNAL TRIBUNA POPULAR. Manaus: 07 de out. 1935.
JORNAL TRIBUNA POPULAR. Manaus: 21 de out. 1935.
JORNAL DO COMMERCIO. Manaus: 29 de out. 1935.
JORNAL TRIBUNA POPULAR. Manaus: 11 de nov. 1935.
JORNAL DO COMMERCIO. Manaus: 12 de nov. 1935.
JORNAL TRIBUNA POPULAR. Manaus: 02 de dez. 1935.
JORNAL TRIBUNA POPULAR. Manaus: 09 de dez. 1935.
JORNAL TRIBUNA POPULAR. Manaus: 13 de jan. 1936.
JORNAL TRIBUNA POPULAR. Manaus: 20 de jan. 1936.
JORNAL TRIBUNA POPULAR. Manaus: 16 de mar. 1936.
JORNAL TRIBUNA POPULAR. Manaus: 02 de mar. 1936.
JORNAL TRIBUNA POPULAR. Manaus: 06 de abr. 1936.

FONTES DE PESQUISA

CONSTITUIÇÃO DO PARTIDO LIBERAL DO AMAZONAS. Manaus: 1932.
DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO AMAZONAS, Manaus: 1933-1935

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, seção 1, 20 de set. 1934.

JORNAL TRIBUNA POPULAR, Manaus: 1933-1936.

JORNAL DO COMMERCIO, Manaus: 1932 – 1935.

JORNAL ESTADO DO AMAZONAS, Manaus: 1930.

O JORNAL, Manaus: 1933.

JORNAL A REAÇÃO, Manaus: 1933.

BRASIL/ INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, Ano II/1936. Rio de Janeiro: Tipografia do Departamento de Estatística e Publicidade, 1936.

ANEXOS

ANEXO 3: Jornal Tribuna Popular 15/07/1935 – Criação do Partido Popular Amazonense

Estado do Amazonas - Brasil Mandacari, 15 de Julho de 1935

Tribuna Popular

Director politico - ANTONIO DE VASCONCELLOS

ANNO II Redactor-chefe - VIVALDO LIMA Redactor-secretario - OSCAR COSTA RAYOL NUMERO 64

O governador Alvaro Maia desdobra no Amazonas a bandeira de confraternização

Os partidos Socialista e Trabalhista, unicas expressões politicas prestigiosas no Estado, unem-se, numa eloquente lição civica, sob a legenda feliz do Partido Popular Amazonense



Governador Alvaro Maia

O Amazonas não podia ser diferente aos novos rumos traçados pelo illustre sr. dr. Getúlio Vargas, patriótico chefe do governo da Republica, em intuito de fazer os homens de responsabilidade administrativa a effectividade de seus programmas.

Atendendo á essa necessidade de natureza urgente, a aproximação das figuras prestigiadas no scenario politico da Patria corresponde tambem aos anseios do povo e produz a confiança das outras nações nos destinos do Brasil.

Demorad-se e acceros lido os prontos em que o novo povo deu sempre sobejas provas de sinceridade e equilibrio de convicções, e estas agitações partidarias serviram para nos convencer de que o povo continua com a mesma alma patriótica.

As condições economicas do pais exigem, porém, de quantos querem a sua reabilitação, um pouco de renúncia pessoal, um pouco de ponderação, um pouquinho de serenidade.

A instalação do PARTIDO POPULAR AMAZONENSE

A reunião effectuada, hontem, para o fim de se instalar a nova agremiação politica que ostenta, em expressiva mostra de democracia, a legenda «Partido Popular Amazonense» excedeu á expectativa geral, tal a numerosa assistência e a solidariedade emprestada por todas as classes sociais.

Foi, não ha duvida, uma prova inconcussa, uma demonstração eloquente de que o Povo Amazonense queria, de facto, a harmonia dos homens de responsabilidade e de prestigio na politica do Estado.

Havia, desde as primeiras horas da noite, em todos os recintos da cidade, uma alegria festiva, um entusiasmo communicativo, um jubilo a se reflectir accentuadamente, que bem podemos comparar á uma alleluia viva.

Era a alma patetica dos que amam o Amazonas progressista, dos que desejam ver a nossa terra plenamente victoriosa.

plants, concorrendo, com eficiencia, para a grandeza do Brasil.

A sessão civica realizada no Theatro Alcazar foi o testemunho do que observamos em todos os pontos da cidade.

A casa, magnificamente ornamentada, estava repleta, ostentando uma assistência numerosissima e, franqueza, seleccionada, da qual se destacavam os deputados João Baptista Vergosa e Leopoldo Amorim da Silva Neves, respectivamente presidente e vice-presidente da Assembleia Legislativa, deputados Antovilla Vieira, João de Paula Gonçalves, Moacyr Dantas, Antonio de Vasconcellos, Chaves Ribeiro, Ananias Celestino de Almeida, por si e como repete o deputado Manoel Monteiro, João Nogueira da Matta, por si e pela deputada Maria de Miranda Leão, Felismino Soares, A. y Tapajós, Ruy Barreto, por si e pelo deputado Manoel de Souza Lobo, Felix Valois Colliho, Carlos Augusto Machado, Vivaldo Lima e Benjamin Ferreira, dr. Manoel Severiano Nunes, capitão general do Estado, capitão de fragata Luiz Tirelli, o grande chefe das classes trabalhistas, drs. Xavier Sobrinho, inspector regional, do Ministerio do Trabalho, Ricardo Amorim, chefe de policia, Marcionilio Lessa, director do «Diario Official», Virgilio de Barros, José Ferreira Sobrinho, Honorio Cruz, Manoel José Machado Barbuda, Mario Martins, prof. Raymond da Gama e Silva, director do



Commandante Luiz Tirelli

vidade do momento e mostrando querer um Amazonas progressista, entenderam-se as mãos e o povo saudou, entre delirantes manifestações de cordialidade esperada e da qual se reflectia, para nós, uma época de grandes realizações.

Do abraço fraternal de Socialistas e Trabalhistas surgiu o Partido Popular Amazonense.

O P. P. A. será para todos os homens que se interessam pelo futuro de nossa terra uma bandeira de largas realizações. O seu programma unirá todas as classes sociais e insistirá que nos queiramos um Amazonas forte, livre de feitores, consciente de suas energias, tomando-se á altura de suas possibilidades.

Amazenses de nascimento e de coração! Alistai-vos nas fileiras do P. P. A.

Amazenses de nascimento e de coração! O P. P. A. representa o clarão civico de nossa gente!

Pelo Brasil!
Pelo Amazonas!

"O Gymnasio"

Vistemo-nos o primeiro numero do nosso confiado «O Gymnasio», dirigido pelo jovem Carlos Salgueiro.

O novo confiado que é orgão official do Gymnasio Amazonense «Falcão Serrano», trata o tema da colaboração de alunos e professores.

Acclamado, veio á tribuna o sr. Salgueiro e soube nos comegar dizendo dar o seu integral apoio a que anteriormente já fizera á fusão dos nucleos «Trabalhista» e «Socialista» para a organização do «Partido Popular Amazonense», possa dar ao Amazonas uma phase bonançosa e de real progresso. Esta victoria, diz o orador, não pertence somente aos homens enfileirados aos dois grupos gloriosos que ora se extinguem, mas ao Povo Amazonense que não assistirá um instante entre irmãos, entre cidadãos, filhos de uma

maior facilidade na effectividade do programma administrativo e ao povo, em geral, uma phase de Ordem e Trabalho. Que essa politica de concordia é a prova da grandeza patriótica de Alvaro Maia, e, mais ainda, a obediencia aos conselhos de ponderação e serenidade do illustre sr. dr. Getúlio Vargas, sobre chefe do Governo da Republica. Terminando, leu o seguinte:

«Partido Popular Amazonense» - Director - Presidente, dr. Alvaro Botelho Maia, Secret. no geral, sr. Archimedes Garipina Mués, Secretario, sr. Sebastião Saint Clair, T. esportista, sr. Antonio de Vasconcelos.

Comissão Executiva - Dr. Manoel Severiano Nunes, dr. Vivaldo Palma Lima, dr. Ary Tapajós, Galin, sr. José Ferreira da Silva, professor João Baptista Vergosa, dr. Ruy Barreto, dr. Francisco Rebelo de Souza, sr. João Vitorino Barbosa, sr. Francisco Maimon Jo de Carvalho e sr. Laurencão da Silva Braga.

O presidente, o pulado João Vergosa, pediu á Assembleia Geral que se reunisse, respondendo á Assembleia com a acclamação de todos os nomes indicados. Assim nos termos da constituição do sr. capitão de fragata Luiz Tirelli, o deputado João Vergosa, considero andos acclamados, deu posse immediata aos membros constituintes do primeiro directorio do Partido Popular Amazonense.

A assistência applaudiu delirantemente e ovacionou os nomes de Alvaro Maia e Luiz Tirelli, dando vivas calorosos ao Partido Popular Amazonense.

Por isso, á sua aprovação, em nome dos Socialistas, a fusão dos partidos «Trabalhista» e «Socialista». O novo partido será, como foram os que o originaram, conclui o sr. Salgueiro, a mais fructifera e a mais bella expressão da grandeza civica de nossa gente. O sr. deputado Antovilla Vieira, como o seu collega Antonio de Vasconcellos, foi entusiasticamente applaudido.

Voila a fallar, o sr. Luiz Tirelli e diz que, sentindo se bem com a sua responsabilidade de figura maxima do P. T. A., um dos partidos extintos, queria, de proprio, mostrando a sinceridade que preside a esse acontecimento, apontar os nomes a constituir a nova agremiação politica. Antes, porém, continuou a se, era preciso afirmar que a fusão das corren-

ANEXO 4: Jornal Tribuna Popular 18/07/1935 – Órgão do Partido Popular Amazonense

Estado do Amazonas - Brasil

Manaus, 18 de Julho de 1935

Tribuna Popular

ORGÃO DO PARTIDO POPULAR AMAZONENSE

Diretor político - ANTONIO DE VASCONCELLOS

ANNO II Redactor-chefe - VIVALDO LIMA Redactor-secretario - OSCAR COSTA RAYOL NUMERO 65

O Partido Popular Amazonense recommenda ao corpo eleitoral do Estado para deputados federaes, no proximo pleito de 7 de Setembro, os nomes illustres de: Luiz Tirelli -- Antovilla Mourão Vieira-- e Alexandre de Carvalho Leal

UNIDOS E FORTES A instalação do PARTIDO POPULAR AMAZONENSE

Os homens de bem do Amazonas não se cansam de expressar por toda parte e a todos os instantes o seu justo e entusiastico apoio a grande obra de fraternidade realizada e da qual surgiu, sob os auspícios dos illustres srs. Alvaro Maia e Luiz Tirelli, o Partido Popular Amazonense.

A nova corrente politica, traçada pelo patriotismo dos dois grandes chefes, é tambem a consequencia da sinceridade de concepções e da dedicacão a causa publica de quantos seguem a orientacão de Alvaro Maia e Luiz Tirelli.

Foi o idealismo, foi o desejo ardente de realizar a completa rehabilitacão de nossa terra, o motor de nossa uniao, certos, como sempre estivemos, de que o Estado seria o unico a sofrer as consequencias de uma guerra entre as duas grandes forças partidarias que se re-primavam.

Os novos e sinceros posicoes, habituados a modestia e a honestidade, indolentes com os homens crioulos de nossa terra, sem vaidades de poderio, perdoados e não odiados, todos nós, atendendo aos motivos de ordem superior, ponderamos, reflectimos e concluímos, depois de sentir bem a nossa responsabilidade, pela paz, pela tranquillidade da familia amazonense.

O povo compreendeu o patriotismo que nos levou a estarmos em memoravel trabalho. O povo foi ouvir a palestra dos dois srs. porem, sem o receio dos appoes, sem o temor de um propositum sem a devida fundamentacão, fallar de fronte e de peito, calmos, serenos, confiantes nas suas tradições de lealdade.

O povo compreendeu o sentido daquela hora de excepcional significacão para a nossa patria politica. O povo acreditou nos homens que o doutrina-ram e os seus applausos, e a sua respectiva assembleia, abraçou os nomes condecorados dos negocios politicos do Estado. O Amazonas todo está jubiloso, contentissimo, orgulhoso, orgulhoso de ser o Partido Popular Amazonense. Toda esta grandeza se manifesta, assim,

porque não tem ambições pessoais. Toda essa gente se manifesta, assim, porque sente que o Amazonas se renova, se fortalece, se reanima. Toda esta gente se manifesta, assim, porque compreende a razào da ser da felicidade colectiva. É uma gente que nunca fez politica profissional. É uma gente que ainda não perdeu o equilibrio de suas atitudes. É uma gente que não quer conquistar, no silencio de uma politica, o poder. É uma gente que, no silencio de seu trabalho, coratõe, edifica, prepara, no ao invulneravel de sua vontade patriótica, um futuro digno das novas gerações, a altura do Brasil e do Amazonas.

O povo não se ilude mais. O povo, hoje mais esclarecido, melho orientado, conhece bem e muito bem os que se lhe oprimem com honestidade nas suas promessas e os que só fazem promessas para fazer, a qualquer momento.

Os politiqueros poderão ficar certos de que a lição a receber, dentro em breve, será dura, será aspera.

As explorações, as intrigas, as perdas não produziram, já o viram, nem produzi-ram effectos.

Os homens que estão servindo o Amazonas, sob a bandeira civica do Partido Popular Amazonense, estão vinculados não só pelo idealismo da causa que abraçaram, como ainda por sincera amizade, amizade nascida como resultado de se conhecerem bem.

Inaugurou-se no Amazonas uma politica de elevados principios, uma politica que visa o bem do povo, uma politica de aproveitamento de valores reais, uma politica de vigilancia das condas publicas, uma politica de ordem e do trabalho.

O povo está com o Partido Popular Amazonense e o Partido Popular Amazonense quer um Amazonas triunphante e perfeitamente seguro de seus destinos.

O Partido Popular Amazonense, no proximo pleito, fazendo victoriosos os seus candidatos, mostrará, logo nos primeiros dias de sua existencia, a sua força e disciplina. Assim o quer a nossa gente!

A reunião effectuada, hon-tem, para o fim de se instalar a nova aggrégacão politica que ostenta, em expressiva mostra de democracia, a legenda «Partido Popular Amazonense» excedeu á espectacularidade a numerosa assistencia e a solidariedade emprestada por todas as classes sociais.

Foi, não ha duvida, uma prova inconcussa, uma demonstracão eloquente de que o Povo Amazonense quer, de facto, a harmonia dos homens de responsabilidade e de prestigio na politica do Estado.

Ha, desde as primeiras horas da noite, em todos os recantos e em todas as ele-mentares, um entusiasmo communicativo, um jubilo a se reflectir accentuadamente, que bem podem se comparar a uma alleluia civica.

Era a alma patriótica dos que amam o Amazonas progressista dos que desejam ver a nossa terra plenamente electo-ria, galhardamente triumphant, com o tremendo, com a eficiencia, para a grandeza do Brasil.

A sessão civica realizada no Theatro Alcazar foi o testemunho do que observáramos em todos os pontos da cidade.

A casa, magnificamente ornamentada, estava repleta, os bancos estavam a rebentar, a multidão, de uma quietude silenciosissima e, franquez, re-flectida, da qual se destacavam os deputados João Baptista Verçosa e Leopoldo Am-ir-fim da Silva Neves, respectivamente presidente e vice-presidente da Assembleia Estado, deputados Antovilla Vieira, João de Paula Gonçalves, Moacyr Dantas, Antonio de Vasconcellos, Chaves Ribeiro, Anias Celestino de Almeida, por si e comb representante do deputado Manoel Moutel-ro, João Nogueira da Matta, por si e pela deputada Maria de Miranda Leão, Felismino Soares, Ary Tapajós, Ruy Bar-tes, por si e pelo deputado Manoel de Souza Lobo, Felix Valos Coelho, Carlos Augusto Machado, Vivaldo Lima e Benjamin Ferreira, dr. Manoel Severiano Nunes, secretario geral do Estado, capitão de fragata Luiz Tirelli, o grande chefe das classes trabalhistas dr. Xavier Subitinho, inspector regional do Ministerio do Trabalho, Ricardo Amorim, chefe de policia, Mrcionillo Lessa, director do «Diario Official», Virgilio de Barros, José Ferreira Solrinho, Hon-rio Cruz, Manoel José Ma-chado Barbosa, Mario Martins, prof. Rymundo da Gama e Silva, director do Instituto dos Commerciantes, representantes da imprensa e de agcaes esportivas de municipios.

As 20 horas e minutos,

o civismo e a disciplina sempre revelados e os motivos de ordem patriótica que aconselharam os trabalhos a aceitar um pacto conciliatorio.

Dahi, arrebatado o orador, o apelo e o consentimento de todos os trabalhistas bem intencionados para a fusão com os Socialistas, dignos adversarios, tão nobres quanto os Trabalhistas, para a formação de um só bloco — o Partido Popular Amazonense. Fallou a seguir, o deputado Antovilla Vieira, presidente do Partido Socialista Amazonense, que, prefolou a sua oração, recordando a prepara ação do nucleo «Trez de Outubro» do Partido Socialista Amazonense.

Revoacando estas horas de extraordinarias emocões patrióticas, lembrou o grande companheiro cahido no inicio da luta, Ruy da Gama e Silva, dizendo que todos os socialistas se guardaram no coração, Exaltou, com lealdade e energia, o espirito de civismo e a elegancia moral de seus irmãos de idéias. Mas, diz o orador, «o Amazonas exige das duas correntes uni-unicos partidos de força electoral, a sua uniao indissolvel para o bem-commum, para a felicidade colectiva».

Pur isso, a sua approvacão em nome dos Socialistas, a fusão dos partidos «Trabalhistas» e «Socialista». O novo partido será, como foram os de origem, conciliatorio e de uniao fructiva e a mais, hant expresso da grandeza civica de nossa gente. O sr. deputado Antovilla Vieira, como o seu collega, Antonio de Vasconcellos, foi entusiasticamente applaudido.

Volta a fallar, o sr. Luiz Tirelli e diz que, sentindo se bem com a sua responsabilidade de figura maxima do P.T.A., um dos partidos extintos, que, elle proprio, mostrando a sinceridade que preside a esse acontecimento, apontar os no-

O NOVO PARTIDO

«Surgiu Part do Po. Ar Amazonense, alguns politicamente inaceitaveis, foram felizes ao sr. Alvaro Maia, estendendo-lhe a assignatura de actos que, se effectivados, trariam desastre á administração do novo amazonense que, até este momento...

O operário de hoje dispensa o concurso machavilico e interessiro dos pseudo-organistas, profis-sionaes da politica.

Falta-lhe a edição, mas sabe o que quer, e organiza-se por si; arrega-se, consciente, para colaborar na obra da rehabilitação do Amazonas e maximo engrandecimento da Patria.

rativo e ao povo, em geral, uma phase de Ordem e Trabalho. Que essa politica de concórdia é a prova da grandeza patriótica de Alvaro Maia, e, mais ainda, a credenciação aos conselhos de ponderação e serenidade do illustre sr. dr. Getulio Vargas, nobre chefe do Governo da Republica. Terminando, leu o seguinte:

«Partido Popular Amazonense» — Directorio — Presidente — dr. Alvaro Botelho Maia, Secretario geral, sr. Archimedes Caripua Maués, Secretario sr. Sebastião Saint Clair, Tr. executor, sr. Antonio de Vasconcellos.

Comissão Executiva — Dr. Manoel Severiano Nunes, dr. Vivaldo Palma Lima, dr. Ary Tapajós Cahin, sr. José Ferreira Silva, professor João Braz, sr. Carlos de Ruy da Gama, sr. João Rebelo de Souza, sr. Julio Venna Barbosa, sr. Francisco d'Amunio de Carvalho est. Lourenço da Silva Braga.

O presidente deputado João Verçosa, pediu á Assembleia Geral que se manifestasse, respondendo a Assembleia com a aclamação de todos os nomes indicados. Assim, nos termos da proposta do sr. capitão de fragata Luiz Tirelli, o deputado João Verçosa, considerando os acclamados, deu posse immediata aos membros constituintes do primeiro directorio do Partido Popular Amazonense.

A assistencia applaudiu de-irantemente e ovacionou os nomes de Alvaro Maia e Luiz Tirelli, dando vivas calorosos ao Partido Popular Amazonense.

Fallaram os srs. dr. José Ferreira Subitinho, Jena. Pua, sr. Mrcionillo Cahina e Octavio Camara, a proposito da nova aggrégacão partidaria, sendo basta-tesp, aplaudidos.

Aclamado, veio á tribuna o sr. dr. Salgueiro e Souza que começou dizendo dar o seu leigeiro apoio, o que anteriormente fizera á fusão dos nucleos «Trabalhistas» e «Socialista» para a organização de um só Partido, que, sob a legenda al-

ANEXO 5: Ficha de documentação para filiação ao Partido Trabalhista Amazonense/1934



PARTIDO TRABALHISTA AMAZONENSE

Manáos, 23 de Maio de 1934

Capua.

Ex.^{mo} Snr. Escrivão de Paz e Official do Registro Civil de
Parangaba M. de F. de Lacerda
Ceará

O Partido Trabalhista Amazonense, solicita de V. S.
para fins eleitoraes, a Certidão de Casamento
abaixo:

Nome Raimundo Barros
registrado em 14 de Agosto de 1928
filho de Antonio José de Barros
e de dona Barbara Maria de Barros,

Denhoradamente agradece o obsequio

De V. S. Cr.^o A.^{dor} e patricio

F. C. A. S.
Secretario.